

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Maria Cleidiana Oliveira de Almeida

**A catequese nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia:
perpetuação de uma memória milenar**

Vitória da Conquista – BA
Dezembro de 2014

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Maria Cleidiana Oliveira de Almeida

**A catequese nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia:
perpetuação de uma memória milenar**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro

Vitória da Conquista – BA
Dezembro de 2014.

A98a Almeida, Maria Cleidiana Oliveira de.
A catequese nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: perpetuação de uma memória milenar; Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro - Vitória da Conquista, 2014.
128 f.

Dissertação (mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2014.

1. Catequese. 2. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. 3. Memória. I. Bittencourt Santos Casimiro, Ana Palmira II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. A catequese nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: perpetuação de uma memória milenar.

Título em inglês: Catechesis in the Constitutions of the First Archbishopric of Bahia: perpetuation of an ancient memory.

Palavras-chaves em inglês: Catechesis, First Constitutions of the Archbishopric of Bahia, Memory.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro. César de Alencar Arnaut de Toledo. José Rubens Mascarenhas.

Data da Defesa: 16 de dezembro de 2014.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro (UESB)
(Orientadora)

Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo (UEM)

Prof. Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida (UESB)

Suplentes

Profa. Dra. Jaci Maria Ferraz Menezes (UNEB)

Prof. Dr. José Alves Dias (UESB)

Vitória da Conquista, 16 de dezembro de 2014.

Resultado:

RESUMO

Este estudo apresenta elementos da análise do modelo de catequese estabelecido pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, inserido na colônia portuguesa da América no início do século XVIII. As hipóteses centrais que nuclearam a pesquisa afirmam que o modelo de catequese das *Constituições Primeiras* foi herdeiro de uma memória cristã milenar e que estabelecia instruções distintas para os diversos segmentos da sociedade colonial. Ademais, teria sido a preocupação com a formação cristã dos negros escravos que motivou o sínodo baiano a estabelecer instruções catequéticas específicas para os cativos. A partir de uma metodologia tripartida em revisão bibliográfica dos clássicos sobre os conteúdos em pauta, no confronto das teorias com a base empírica e na análise documental, a dissertação foi dividida em três sessões: uma revista aos conceitos de memória e história, uma retrospectiva da história da evangelização e da catequese e, o núcleo do trabalho que constou de uma descrição e análise do modelo de catequese das *Constituições* (estrutura, funcionamento, forma, conteúdo e finalidade). Finalmente, estabeleceu-se as conclusões sobre a importância da memória coletiva na manutenção da memória cristã. Uma memória mantida pela coesão do grupo e adaptada aos diferentes contextos e interesses da Igreja, mas que nunca foi apagada ou silenciada. Também ficou evidente que, tanto ao criar uma forma da doutrina cristã direcionada aos habitantes da colônia, como uma breve instrução dos mistérios da fé direcionada aos negros escravos, a Igreja conciliou interesses cristãos e políticos, sendo o catecismo expedido pelas *Constituições Primeiras*, portanto, um documento ideologicamente elaborado ou mesmo um documento monumento.

PALAVRAS-CHAVE

Catequese. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Memória.

ABSTRACT

This study presents elements of the analysis of catechesis model established by the *Constitutions of the First Archbishopric of Bahia*, inserted in America Portuguese colony in the early eighteenth century. The central hypotheses which had nucleated research stated the catechesis model of the *First Constitutions* has been inherited by an ancient Christian memory and has set out different instructions for different segments of colonial society. Moreover, it would have been the concern about the Christian formation of black slaves who led the Bahia synod to establish specific catechetical instructions to the captives. From a tripartite methodology in the literature review of the classics on the content at hand, in the comparison of theories with empirical basis and document analysis, the dissertation was divided into three sessions: a magazine to the concepts of memory and history, a retrospective of history of evangelization and catechesis, and the working core which has consisted of a description and analysis of the *Constitutions* catechesis model (structure, function, form, content and purpose). Finally, the conclusions were established on the importance of collective memory in the maintenance of Christian memory. A memory held by the group's cohesion and adapted to different contexts and interests of Church, but never deleted or silenced. It was also evident that, both when creating a form of Christian doctrine directed the inhabitants of the colony, as a brief teaching of the mysteries of faith directed to black slaves, the Church reconciled Christians and political interests, being the catechism issued by the *First Constitutions*, therefore, an ideologically prepared document or even a monument document.

KEYWORDS

Catechesis. *First Constitutions of the Archbishopric of Bahia*. Memory.

AGRADECIMENTOS

São tantos, e tão especiais...

A Deus, razão maior de minha existência.

A professora Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro, minha orientadora, pelas lições sempre preciosas, pelo exemplo de competência e disciplina, pela disponibilidade e generosidade, que permitiram a realização dessa pesquisa.

A equipe de coordenadores, professores e técnicos do Programa de Pós- Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, e aos colegas de curso, pelo compartilhar de conhecimentos e pelo companheirismo.

Aos professores Rita de Cássia Mendes Pereira e José Rubens Mascarenhas de Almeida, que compuseram minha Banca de Qualificação, pelas críticas construtivas e pelas preciosas sugestões.

Aos professores da minha banca examinadora, Ana Palmira Bittencourt Casimiro, Cézár de Alencar Arnaut de Toledo e José Rubens Mascarenhas de Almeida, pela disposição em avaliar a Defesa dessa Dissertação.

Aos colegas do grupo de estudos, Fundamentos da Educação: A Relação Estado, Igreja e Educação no Brasil, pela colaboração constante e pela amizade compartilhada.

A minha família pelo apoio incondicional. Em especial minha mãe Terezinha por ter me ensinado a aprender e as minhas filhas Maria Luiza e Maria Eduarda por terem me levado a aprender a ensinar.

Aos meus amigos, vítimas maiores de minha reclusão nesses dois anos, que sempre me acalentaram com suas preciosas palavras.

Enfim, a todos que, de algum modo contribuíram para a realização dessa pesquisa.

Sumário

1 - INTRODUÇÃO.....	9
2 - ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA	17
2.1 - Memória: do mito à ciência, uma longa trajetória.....	17
2.2 A memória coletiva.....	18
2.3 Memória e História: uma discussão contemporânea	21
3 - EVANGELIZAÇÃO E CATEQUESE UMA MEMÓRIA MILENAR	26
3.1 Evangelização e catequese nos primórdios do cristianismo	26
3.1.1 Os primeiros tempos	26
3.1.3 A Igreja apostólica: catecumenato e catecismo	37
3.1.4 Cristianismo: expansão, crise e fortalecimento interno	46
3.2 A pedagogia cristã dos teólogos medievais	56
3.2.1 A missão evangelizadora no mundo bárbaro	56
3.2.2 A pedagogia monacal.....	59
3.2.3 Entre a filosofia e a fé: São Tomás de Aquino	60
3.3 Evangelização e catequese entre o velho e o novo mundo	63
3.3.1 Tudo pela glória de Deus	63
3.3.2 O projeto jesuítico: catequese tradicional e catequese missionária	67
4 - A CATEQUESE NAS CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA.....	76
4.1 A memória cristã no catecismo das Constituições Primeiras	76
4.2 Um projeto escravista-cristão	97
4.3 A influência da obra de Benci na catequese das <i>Constituições Primeiras</i>	103
5 – CONCLUSÃO	107
REFERÊNCIAS.....	112
ANEXOS	118
A - LIVRO PRIMEIRO DAS CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA.....	118
B - LIVRO TERCEIRO DAS CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA.....	120

1 - INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar o modelo de catequese presente nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, publicadas no início do século XVIII, e a rede de relações sincrônicas e diacrônicas que envolveram a publicação e a difusão de tal catecismo no Brasil colonial, surgiu a partir dos estudos realizados em um grupo de pesquisa do Museu Pedagógico-UESB, do qual fazemos parte¹.

Esse interesse em estudar a temática manifestou-se com maior intensidade quando constatamos que, desde os primórdios do cristianismo, por toda a Idade Média, até o Iluminismo, não se concebia a educação dissociada da evangelização e da catequese. E, se quiséssemos pesquisar a educação no Brasil colonial, precisaríamos estudar, inicialmente, a educação cristã, tendo em vista que o processo de catequese era o aporte para essa educação cristã.

Como objeto de estudo, a categoria catequese, mesmo tendo suas particularidades, está imbricada à categoria evangelização, tanto que nos primórdios do cristianismo não se fazia distinções entre as duas; somente na perspectiva da pastoral moderna há o costume de se fazer a distinção entre evangelização e catequese, sendo o primeiro termo reservado para o primeiro anúncio da mensagem cristã e o segundo termo para o caminho da iniciação cristã. É por meio da catequese que o cristão convertido aprende os ensinamentos da fé, ingressa na comunidade cristã e passa à participação progressiva dos cultos litúrgicos.

Conforme o Evangelho de São Marcos, a primeira etapa da transmissão da fé foi constituída pela evangelização, quando Jesus disse aos seus apóstolos: “Ide por todo o mundo, e pregai o Evangelho a toda criatura” (Mc 16,15)². E assim os apóstolos fizeram. Usando a oralidade, os apóstolos saíram levando as palavras e ensinamentos de Jesus a todos os povos. Contudo, a necessidade de levar esses ensinamentos a regiões mais distantes fez com que eles escrevessem cartas às comunidades que desejavam converter, que podem ser consideradas as primeiras memórias de catequese dos tempos apostólicos.

Ainda, segundo o Evangelho, além de ter ordenado aos apóstolos que proclamassem o Evangelho a todos os homens, Jesus teria acrescentado: “Quem crer e for batizado será salvo” (Mc 16,17). Por conseguinte, a condição inicial para ser cristão seria crer nas palavras de

¹ Grupo Fundamentos da Educação: A Relação Estado, Igreja e Educação no Brasil, sob a orientação da Prof^a. Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro.

² No presente estudo estamos utilizando a Edição da Bíblia de Jerusalém da Editora Paulus, 1973.

Jesus, conhecer seus ensinamentos e, por fim, ser batizado. Isso indica que Jesus prescreveu para os seus futuros discípulos uma fase de preparação doutrinária anterior ao batismo, um período de instrução religiosa para o conhecimento de seus ensinamentos e para a plena adesão a ele. Somente depois disso o candidato à vida cristã poderia ser recebido na Igreja, mediante a sua admissão pelo batismo.

A catequese, que tinha como objeto uma instrução a respeito da fé para que o convertido pudesse adentrar na comunidade cristã, foi gradativamente se fortalecendo nas comunidades cristãs que viviam a doutrina dos apóstolos, quando estas comunidades perceberam a importância fundamental desse tirocínio, que tinha sua culminância no batismo, momento em que o convertido iniciava sua jornada cristã e, conseqüentemente, sua vida era transformada e seu comportamento renovado, conforme as exigências da moral cristã.

Data do século I, a *Didaqué* ou *Doutrina dos Apóstolos* uma das primeiras memórias escritas sobre a catequese. Todavia, o primeiro testemunho, mais claro, sobre o catecumenato é de São Justino, que atesta tal prática, em Roma, por volta de 150. Após esse testemunho de São Justino, só no século III vamos encontrar indicações claras e minuciosas a respeito do catecumenato e do rito batismal. A razão dessa raridade de informações sobre a catequese nos tempos apostólicos e no segundo século da era cristã pode encontrar uma explicação nos depoimentos de São Basílio (329-379), o qual afirmava que, inicialmente, as informações sobre o catecumenato e sobre o ritual do batismo eram conservadas em segredo, para não serem divulgadas entre os pagãos e os descrentes.

Não podemos afirmar que a justificativa de São Basílio tem procedência. O que podemos assegurar é que as informações deixadas pelos apóstolos e pelos mais antigos Padres da Igreja a respeito da preparação para o batismo são escassas e que descrições mais consistentes sobre o catecumenato e o batismo só surgiram no início do século III, com a *Tradição Apostólica* e a *Liturgia e catequese em Roma*, de Hipólito de Roma, bem como o tratado *Sobre o Batismo*, de Tertuliano. A partir daí, outras tantas obras descreveram o processo catequético como as *Catequeses pré-batismais* e *Catequeses mistagógicas* de São Cirilo de Jerusalém; as *Peregrinações de Etéria*, da nobre dama Etéria; as *Oito Catequeses Batismais*, de São João Crisóstomo; a *De catechizandis rudibus* e a *Teoria e prática da catequese*, de Santo Agostinho; que mostram o notável nível dos discursos catequéticos nos séculos iniciais do cristianismo.

Os catecismos, livros elementares para a organização e sistematização da formação cristã, foram instrumentos usados no processo de catequização e possuem uma longa história, talvez tão longa quanto a própria história da Igreja. Presentes ao longo do cristianismo, os

catecismos tornaram-se preciosas memórias de sua tradição, ou seja, uma lembrança de seus ensinamentos, de suas metodologias, de suas linguagens e de suas técnicas de formação cristã, da qual a Igreja nunca se descuidou.

A Igreja cristã foi, aos poucos, crescendo, adaptando-se a outros tempos, lugares e culturas, tornando-se uma construção formada de partes diferenciadas, mas continuou sendo um conjunto bastante coerente com a sua origem. Assim como a Igreja, o processo de catequização, num notável esforço de renovação, também passou por várias transformações, correlatas com as crises sociais. Foram fases sucessivas de renovação, das quais emergiram preocupações que recaíam, muitas vezes, sobre o conteúdo, método, sujeito, ou mesmo sobre a finalidade de catequizar.

É importante destacar que esses catecismos foram elaborados com o objetivo de instruir os catecúmenos, mas, também, objetivavam iluminar as situações e problemas que se colocavam no caminho da Igreja. Ou, mesmo, resolver problemas do Estado, ao qual a Igreja se associou em vários momentos históricos.

No Brasil, por exemplo, a evangelização e a catequese foram efetuadas sob o regime do padroado lusitano, que tinha na atividade colonizadora uma finalidade política e outra religiosa: dilatar as fronteiras do império e da fé. A organização da Igreja, durante o período colonial, dependia diretamente dos reis de Portugal, e muitas vezes os interesses políticos se imiscuíam nos interesses religiosos. Tanto que a conversão ao cristianismo confundia-se com a submissão à coroa portuguesa.

A catequese, no Brasil colonial, passou por períodos distintos e, ao mesmo tempo, do ponto de vista teológico, por uma transmissão de fé contínua. Houve, no processo de catequização, momentos particulares: inicialmente tivemos uma catequese que caminhou em duas dimensões simultâneas e intercorrentes: catequese clássica ou tradicional (realizada em colégios estabelecidos nos centros urbanos, seguindo o modelo europeu e as diretrizes do Concílio de Trento) e catequese missionária ou indigenista (direcionada, particularmente, aos indígenas, chamados gentios, pois nada conheciam do cristianismo). A catequese missionária foi subdividida em dois momentos: tempos marcados pela experimentação e criatividade (século XVI) e tempo de ampliação territorial e consolidação dos centros catequéticos (séculos XVII-XVIII) e por fim, na segunda metade do século XVIII, a crise da catequese em decorrência da chegada das ideias ilustradas ao Brasil. Temos consciência que esta é apenas

uma periodização, dentre outras que encontramos ao longo de nossas pesquisas, mas foi a que adotamos pela necessidade de síntese, que ora se faz necessária³.

A Companhia de Jesus obteve papel proeminente no processo de catequização realizado no Brasil, uma vez que os jesuítas foram responsáveis por estabelecer uma evangelização sistemática desde que chegaram ao Brasil, em 1549. A atuação dos jesuítas na América Portuguesa estava explicitamente associada ao processo de organização da Empresa Colonizadora e o trabalho realizado por esses padres visava colonizar e ocupar as terras brasileiras. Assim que chegaram, adotaram como medida inicial a criação de escolas, inicialmente pensadas para catequizar os indígenas. Com o passar do tempo, ampliaram o ensino aos cristãos colonizadores e aos seus filhos.

Até 1580, os jesuítas foram praticamente os únicos a desenvolverem um trabalho sistemático de evangelização e catequese dos indígenas no Brasil. Mas, é preciso ressaltar que, além dos jesuítas, outras ordens religiosas atuaram no Brasil, como a dos franciscanos, carmelitas, beneditinos, mercedários, dentre outras, mas, certamente, a Companhia de Jesus foi a mais atuante. Os jesuítas e os franciscanos, durante suas ações missionárias, publicaram catecismos de toda sorte para ajudar no mister da catequização.

No início do século XVIII, foi escrito e entrou em cena um novo modelo de catequese instituído pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Este modelo de catequese, objeto de nosso estudo, foi elaborado em reuniões sinodais, que se inspiraram nas disposições do Concílio de Trento, nas Constituições de Évora e de Lisboa. E, como a maioria dos catecismos cristãos de sua época, se pautaram na tradição cristã, nos livros da Sagrada Escritura, nas homilias, nos escritos teológicos dos Primeiros Padres, nas disposições conciliares, no Direito Canônico, na Patrística e na Escolástica, nas apologias, nas homilias, nos dogmas e nos cânones.

A fim de melhor analisarmos o modelo de catequese presente nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, fizemos uma retrospectiva da Igreja Cristã primitiva, bem como das pedagogias religiosas cristãs, do ponto de vista da teologia moral e da prática cristã, uma vez que tais pedagogias influenciaram a redação de tal catecismo. Esta retrospectiva possibilitou identificarmos, com maior precisão, quais memórias milenares permaneceram na elaboração das instruções catequéticas, presentes no modelo de catequese apresentado pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*.

³ A periodização adotada foi baseada em Lustosa (1992).

Concebemos que a análise das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* é necessidade fundamental para o conhecimento da atuação catequética da Igreja em terras brasileiras, uma vez que, até o século XIX, elas foram a grande referência canônica e pastoral da Igreja no Brasil. Salientamos, entretanto, que o presente trabalho não visa estudar as constituições religiosas na sua íntegra, mas, apenas a parte que diz respeito ao modelo de catequese concebido e implantado no Brasil. As *Constituições Primeiras* falam do ensino da doutrina cristã em dois momentos: no Livro Primeiro, quando fala da obrigação dos pais, mestres, amos e senhores de ensinarem ou fazerem ensinar a doutrina cristã aos seus filhos, discípulos, criados e escravos; e no Livro Terceiro quando se refere às obrigações dos párocos de ensinar a doutrina cristã aos seus fregueses.

A delimitação temporal e espacial deste estudo foi organizada de forma flexível, uma vez que estamos trabalhando com a educação cristã, tema que envolve um arcabouço de memórias do passado e, por isso, difícil de determinar espacial e cronologicamente. O modelo de catequese estabelecido pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* foi influenciado pela tradição cristã dos primeiros séculos e dos demais períodos da História da Igreja, que contém imensas riquezas e que foram perpassando várias gerações.

É possível observar, por exemplo, que, no conjunto das tradições doutrinárias, litúrgicas, morais e eclesiais da Igreja, estiveram e ainda se encontram presentes, a riqueza do Antigo Testamento e dos Evangelhos de Jesus; os ensinamentos dos primeiros Padres, os conhecimentos da escolástica, as disposições conciliares, as homilias, os dogmas e cânones da Igreja, dentre outras tantas contribuições, para uma memória que vem perdurando ao longo da trajetória cristã e orientando, de acordo com as interpretações e interesses de cada tempo, as ações adotadas pela Igreja.

Ressaltamos que a maior abrangência temporal e espacial adotada deveu-se à necessidade de analisar um tema que envolve uma grande quantidade de memórias cristãs do passado, e que ainda hoje permanecem dentro do cristianismo. Entretanto, estabelecemos também um marco contextual menor, que abrange a primeira década do Século XVIII e o limite geográfico da cidade do Salvador (capital da colônia), período e local em que as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* foram normatizadas e promulgadas, e onde o modelo de catequese das *Constituições Primeiras* foi colocado em prática, daí se estendendo por toda a colônia.

Diante da necessidade de direcionar o foco de nossa pesquisa, elencamos algumas hipóteses que nos propusemos a confirmar ou refutar durante o desenvolvimento deste trabalho: a) As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* estabelecia modelos

distintos de catequese para brancos, negros e indígenas; como acontecia com o ensino elementar ministrado na colônia, haja vista que as concepções de educação eram diferenciadas e subordinadas às condições e ao lugar social de cada grupo. b) A ação pedagógica cristã que norteou o sínodo responsável pela elaboração do modelo catequético, apresentado nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, estava preocupada com a formação cristã dos negros escravos. c) Ao aportar em terras brasileiras a Igreja Católica já trazia uma herança catequética milenar, que foi acondicionada pelo modelo de catequese promulgado pelas *Constituições Primeiras*.

No intuito de analisar o modelo de catequese, presente nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, organizamos esta dissertação em cinco partes: a introdução, três sessões, a conclusão, as referências e os anexos.

Na primeira sessão, fizemos uma revisita aos campos epistemológicos da memória, a partir do momento em que ela se torna recurso de análise e objeto de pesquisa científica, precisamente a partir dos séculos XIX e XX, com as pesquisas de David Hume, Henri Bergson, Maurice Halbwachs e Frederic Bartlett. Em seguida, encetamos uma discussão sobre as diferenças entre os conceitos de memória e história, bem como as relações desses conceitos com a tradição e os ensinamentos cristãos.

Na segunda sessão, concernente à contextualização histórica, traçamos um panorama da história da evangelização e da catequese. Trata-se de uma sessão metodologicamente temática e não cronológica, onde destacamos alguns modelos catequéticos utilizados pela Igreja desde a sua origem até o início do século XVIII. Essa retrospectiva foi necessária, uma vez que, em se tratando de matéria religiosa, sabemos da permanência de dogmas e ensinamentos morais que sobreviveram a diferentes épocas e continuaram arraigadas no sustento da fé e das instituições religiosas.

A sessão mencionada foi dividida em duas partes: na primeira reconstituímos as pedagogias religiosas cristãs, do ponto de vista da teologia moral e da prática cristã, tomando como base as leituras que foram feitas em cada época histórica, desde a pedagogia dos apóstolos, passando pela leitura pedagógica patrística, até chegar à escolástica. Na segunda parte, recapitulamos a trajetória da Companhia de Jesus desde a sua fundação por Inácio de Loyola, em 1540, até a sua consolidação em território colonial brasileiro.

Na terceira sessão, referente ao *corpus* da pesquisa, abordamos de que forma as tradições bíblicas, as *Constituições Portuguesas* e as diretrizes do Concílio Tridentino foram adaptadas à realidade colonial pelos participantes do sínodo que elaborou as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707), especialmente no que diz respeito à catequese.

Em decorrência da natureza histórico-documental de nosso trabalho, fizemos uso da análise qualitativa e utilizamos como principal recurso as fontes documentais escritas. No que tange aos procedimentos, foi necessária uma ampla revisão da literatura, com levantamento e análise de fontes históricas. É sabido que os documentos escritos, quando bem interrogados, têm um mérito incontestável como ferramenta de trabalho para o pesquisador. Mesmo não sendo a única possibilidade de fonte para a elaboração do conhecimento, foi a que utilizamos, em decorrência do caráter da pesquisa.

Normalmente, os documentos históricos são carregados de intencionalidade, cabendo ao pesquisador, portanto, analisá-los e discuti-los criticamente, levando em consideração o momento e as circunstâncias em que foram escritos, a fim de realizar, com a maior precisão possível, a investigação à qual se propôs. Não caberá a nós, por exemplo, atribuir um juízo de valor ao sínodo responsável pela elaboração das *Constituições Primeiras*, ou mesmo, à Igreja, por permitir tal ação. Nosso objetivo será analisar o modelo de catequese apresentado pelo sínodo e a permanência das memórias cristãs que conseguiram perpassar longos períodos históricos e perpetuarem-se até o século XVIII.

Partindo de fontes secundárias, um estudo mais abrangente acerca do Brasil se fez necessário. Obras como a de André João Antonil (1979), Caio Prado Júnior (2000), Capistrano de Abreu (2000), Ronaldo Vainfas (1996-2000), dentre outras, forneceram informações sobre a colônia no que concerne aos seus aspectos sociais, políticos e econômicos.

Aproximando mais do objeto estudado, analisamos obras da História da Igreja, que apresentam grande quantidade de informações acerca dos processos de evangelização e catequização. Também foram analisados os trabalhos de Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro (2002), Carlos Verdete (2009), Cezar de Alencar Arnaut de Toledo (2003), Franco Pierini (1998), Henri- Irénéé Marrou (1990), Pierre Pierrard (1982), Roland Fröhlich (1987), dentre tantos outros que muito contribuíram para o estudo da História da Igreja e da História da Igreja no Brasil.

As fontes documentais primárias foram constituídas pela *Didaqué*, *História Eclesiástica* de Eusébio de Cesaréia, *História dos Hebreus* de Flávio Josefo, *De catechizandis rudibus* de Santo Agostinho, *As Regras Monásticas* de Basílio Magno, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, dentre outras. Da mesma forma consideramos como fontes primárias os livros de teologia moral e sermónario escritos no decorrer da História da Igreja Antiga e Medieval (Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, etc.) e no Brasil Colonial (AntônioVieira, João Antônio Andreoni (Antonil), Jorge Benci, etc).

Ressaltamos que o estudo sobre o modelo de catequese das *Constituições Primeiras* só foi possível mediante a análise de diversas obras históricas, sociológicas, educacionais e, especialmente, obras que abordam os estudos em memória que constituíram um importante recurso para a análise do objeto dessa pesquisa.

Dentre os teóricos da memória, destacamos como contribuições essenciais, os estudos de Jacques Le Goff (2012) que, em seu trabalho, apresenta uma importante abordagem sobre a memória cristã-judaica, bem como a importância dos documentos enquanto monumentos, e Pierre Nora (1993) que apresenta uma abordagem sobre os lugares de memória e uma distinção interessante entre memória e história. Além destes, também fizemos uso das contribuições de Maurice Halbwachs (2006) que, embora não trate especificadamente do nosso objeto, aborda, sob a influência de Émile Durkheim (2003), a importância dos grupos sociais na manutenção de uma memória coletiva, bem como a religião como um dos quadros sociais da memória.

2 - ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA

2.1 - Memória: do mito à ciência, uma longa trajetória

Na visão de Thomas Bulfinch (2000), as musas, filhas de Júpiter, e Mnemósyne eram as deusas do canto e da memória. Em número de nove, tinham as musas a seu encargo, cada uma separadamente, um ramo especial da literatura, da ciência, e das artes. Calíope era a musa da poesia épica, Clio, da história, Euterpe, da poesia lírica, Melpômene, da tragédia, Terpsícore, da dança e do canto, Érato, da poesia erótica, Polínia, da poesia sacra, Urânia, da astronomia e Talia, da comédia.

As religiões mitológicas da Grécia e da Roma antiga desapareceram. As chamadas divindades do Olimpo não têm mais um só homem que as cultue. Pertencem à literatura e às artes. A memória envolta em aspectos míticos, divinizada como Mnemósyne, tão presente desde a Antiguidade, também sucumbiu a um redirecionamento na Modernidade. E, de objeto de reflexão dos filósofos, passando ao domínio da Psicologia e Sociologia e ao debate com a História, percorreu um longo caminho. Nessa trajetória, a memória foi saindo do campo filosófico, associada à percepção dos indivíduos, até constituir-se, no século XIX, objeto do conhecimento científico.

No século XVIII, a ideia de memória havia caído em desprestígio, o cartesianismo desconfiava da memória. Ela foi, paulatinamente, para o lugar de mistificação, não cumpria papel na validação do sistema científico. Não havia, para Kant, na teoria do conhecimento, lugar para a memória. O tempo e o espaço não tinham memória, eram mecanismos de regulação, sendo a mesma relegada à posição de adorno ou tornou-se espúria. Todo conhecimento universalista não reconhecia particularidade, e a memória particulariza.

De acordo com Le Goff (2012), foi graças aos estudos de algumas, ciências, biologia, cibernética, psicologia, etc., que a memória, paulatinamente, passou a ser estudada de uma forma mais teórica e não somente empírica.

Hume, filósofo do início do século XVIII, foi um dos primeiros pensadores a tratar a memória como conceito, ao inseri-la em sua teoria do conhecimento. Para ele, a experiência seria o ponto de partida para o conhecimento, conseqüentemente, para o funcionamento da memória.

Em fins do século XIX, o filósofo Bergson também buscou dar ao conceito de memória uma nova abordagem relacionando-o aos estudos da ciência. A memória assumia lugar de destaque, justamente no momento em que o capitalismo industrial e o nacionalismo estavam em evidência.

Bergson (1999) foi um dos primeiros a debruçar-se sobre a subjetividade da memória. Ao compreender que a vida (material) subordina o intelecto humano (razão), ele pretendia superar o dualismo entre a matéria (percepção pura) e o espírito (memória pura). A memória seria, para o autor, o corpo, portador de várias durações, que nos permitiria lidar com as contingências. Bergson apontou, ainda, a existência da memória como hábito, que seria o automatismo psíquico adquirido pela repetição. Não necessitaríamos da repetição para conservar uma lembrança de algo, pois o interesse que temos já seria decisivo para conservá-la. Na abordagem desenvolvida por Bergson, é possível perceber o deslocamento do tema da memória, da filosofia para as ciências naturais e também para a psicologia.

No entendimento de Santos, “a teoria bergsoniana pode ser compreendida como sendo uma defesa da memória enquanto intuição humana em contraposição ao avanço das investigações biológicas, que tinham pretensão de reduzir as questões levantadas pelos filósofos sobre a natureza da memória” (2003, p.46).

Na primeira metade do século XX, sob provável influência de Bergson, o sociólogo Halbwachs, discípulo de Dürkheim, também utilizou a memória como conceito. Seu elemento diferenciador foi não abordá-la na perspectiva dos antecessores, ou seja, de forma individualizada. Segundo Casadei (2010), Halbwachs reprovou as teses psicologizantes da memória e afirmou que a memória não estaria materializada no corpo ou na mente do indivíduo, mas na sociedade circundante, através dos diversos grupos que a compõem.

2.2 A memória coletiva

Halbwachs (2006) trouxe a memória para o campo das ciências sociais, desenvolveu o conceito de “memória coletiva” e aplicou-o aos seus estudos de como o passado é recordado no seio da família, grupos religiosos e classes sociais⁴. A memória coletiva seria a recordação,

⁴ Halbwachs desenvolveu as suas noções sobre a memória coletiva em três de suas obras. Na primeira destas, *Les Cadres Sociaux de La Mémoire*, publicada em 1925, formulou a sua teoria sobre a memória coletiva. Na segunda, *La Topographie Légendaire des Évangiles en Terre Saint: Étude de Mémoire Collective* (1941), apresenta um estudo histórico de como os cristãos utilizaram as memórias da sua formação religiosa para

consciente ou não, de uma experiência vivida por uma coletividade que se encontra viva e cuja identidade forma parte integrante do passado. Para o autor, a memória individual existe, mas sempre a partir de uma memória coletiva, uma vez que todas as lembranças são formadas no interior de um grupo. A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós são, na verdade, inspiradas pelo grupo. O grupo não está presente para o indivíduo necessariamente pela sua presença física, mas pela possibilidade que o indivíduo tem de retomar os modos de pensar e as experiências comuns próprias do grupo.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Ainda, segundo o autor (2004), os indivíduos só lembram mediante quadros que guardam e regulam os fluxos das lembranças, chamados quadros sociais da memória, ou seja, toda memória está situada num quadro social: valor, espaço, língua etc. O indivíduo se reporta aos quadros, instrumentos que a memória coletiva usa para reconstruir as imagens do passado de acordo com a época e em sintonia com os pensamentos dominantes da sociedade. Recordar não significa, no entanto, reviver, mas reconstruir um passado desde os marcos do presente.

Após os estudos de Halbwachs, ocorreu uma verdadeira explosão da literatura abordando a memória em várias perspectivas, e o tema passou a ser estudado com mais dedicação por pensadores contemporâneos, confiantes na comprovação de sua dimensão social. Santos (2003) afirma que, na mesma época em que Halbwachs desenvolvia seus estudos, surgia, no campo da psicologia social, a preocupação em explicar a influência das determinações sociais sobre esquemas individuais de percepção. O psicólogo britânico Bartlett, por exemplo, estabeleceu, em 1932, uma série de conceitos, procurando explicar os processos mentais constituídos a partir de interações sociais que seriam responsáveis pela lembrança e pelo esquecimento. Bartlett elaborou uma teoria da memória a partir de uma perspectiva psicossocial, tornando-se, juntamente com Halbwachs, uma referência para o estudo da memória.

descobrir, por vezes com uma profícua imaginação, locais sagrados durante as suas visitas a Jerusalém. Na terceira obra, publicada postumamente, *La Mémoire Collective* (1950), aplica a sua teoria à análise de memória de infância, das percepções de tempo e espaço e das diferenças entre história e memória (PERALTA, 2007).

No Brasil, iniciativas de estabelecer diálogos com o campo da memória levaram autores, como Ecléa Bosi, já no final da década de 1970, a introduzir estudos mais apurados da memória, relacionando-a, nesse momento, com as histórias de vida, por meio das memórias individuais. Os estudos realizados por Bosi, no campo da psicologia social, influenciaram outras áreas do conhecimento, como história, sociologia, antropologia etc.

Myrian Sepúlveda dos Santos e Celso Pereira de Sá desenvolveram trabalhos que tomam a memória numa perspectiva teórica mais abrangente⁵. Santos, por exemplo, desenvolveu pesquisas, priorizando a memória coletiva e a teoria social no Brasil, já Celso Pereira de Sá desenvolveu, dentre outros, um projeto de pesquisa em sistematização da análise psicossocial da memória social brasileira. Não podemos deixar de destacar a importância desses pesquisadores que, com seus trabalhos, introduziram novas perspectivas a esse campo, sobretudo na memória social.

Para Peralta (2007), inaugurar uma conceitualização de memória enquanto fenômeno eminentemente coletivo e, introduzir esse conceito no léxico das ciências sociais, foi um grande legado de Halbwachs. Contudo, apesar da grande contribuição, não podemos eximi-lo de possíveis críticas. As lutas pela dominação, os conflitos, os interesses antagônicos subjacentes estão ausentes na análise de Halbwachs. Em suas abordagens sobre a memória coletiva, fica claro que ele negligenciou as tensões dialéticas existentes entre a memória individual e a construção social do passado.

Com efeito, toda a dinâmica processual decorrente das disputas ocorridas no palco social pela hegemonia da memória, ou seja, as lutas pela dominação, os conflitos, os interesses antagônicos subjacentes à construção social do passado, está ausente da análise de Halbwachs (PERALTA, 2007, p.6).

Na perspectiva de Halbwachs (2006), seria impossível pensar a memória sem a sociedade. Essa foi sua grande contribuição. Contudo, é interessante salientar que as críticas à sua análise são próximas às críticas que Dürkheim recebeu ao estabelecer a coerção do grupo sobre o indivíduo, ou seja, ao absolutizar o papel e a preponderância das instituições e da sociedade sobre os indivíduos. Então, “o grupo, conforme concebido por Halbwachs é uma

⁵ Myrian Sepúlveda dos Santos, professora adjunta de Ciências Sociais na UERJ, com pós- Doutorado na Universidade de Coimbra (2009) na Centre de *Recherche sur les Liens Sociaux*, Université de Paris V (2001) e na *University of Cambridge* (2000) e Celso Pereira de Sá, professor titular de psicologia social na UERJ, com pós- Doutorado na *Université de Provence* (1996) e na *École des Hautes em Sciences Sociales* (2004), na França.

entidade autônoma e independente no seio do qual é mantida uma ligação exclusiva com um passado comum” (PERALTA, 2007, p.7).

Em suma, Peralta comunga com a ideia de memória social de Halbwachs, mas critica o determinismo social halbaquiano. Para a autora, as relações não são determinadas socialmente, como diz Halbwachs, ou economicamente como diz Marx, elas são construídas por significado de relações a partir do que Weber chamaria de cultura.

O historiador Marc Bloch (1998), em sua resenha *Les Cadres* escrita para a *Revue de Synthèse*, também elogiou o trabalho de Halbwachs. Entretanto, o historiador fez uma série de críticas ao trabalho do sociólogo. De acordo com Bloch (1998), pelo menos, uma parte dos fenômenos que são chamados de memória coletiva são, na verdade, “fatos de comunicação entre indivíduos”. Neste sentido, para que um grupo social cuja duração ultrapasse uma vida humana se “lembre” não basta que os diversos membros que o compõem em um determinado momento conservem no espírito as representações que dizem respeito ao passado do grupo. Antes de qualquer coisa, “é também necessário que os membros mais velhos cuidem de transmitir essas representações aos mais jovens” (BLOCH, 1998, p. 229). Partindo dessa premissa, os mesmos problemas que afligem a comunicação, atingem também a memória coletiva. Ela estaria sujeita a erros de transmissão, a mal entendidos e até mesmo a distorções conscientes em torno do passado, o que poderia possibilitar surgimento o de falsas recordações.

2.3 Memória e História: uma discussão contemporânea

Outro ponto de divergência entre Bloch e Halbwachs foi a divisão bastante severa que o sociólogo fez entre memória e história. Para o Bloch (1998), os fatos históricos são produtos da intervenção ativa do historiador e, desta forma, os estudos da memória coletiva deveriam estar voltados às casualidades inerentes às ações sociais, não podendo ser derivadas de estudos empíricos sobre padrões de comportamento.

Na análise de Halbwachs (2006), história e memória se diferenciavam e não podiam se relacionar. Seus estudos postularam um grande fosso entre a memória e a história. Em sua leitura, a história começa justamente onde a memória acaba e esta acaba quando não se tem mais como suporte um grupo, ou seja, as lembranças seriam incorporadas pela história quando os grupos de sustentação deixassem de existir. A história acaba funcionando como um mecanismo de restabelecimento, de continuidade da tradição. A história seria a representação

escrita do passado vivido; algo exterior às nossas relações, seria um conjunto de dados que tomamos de empréstimo de um passado que existiu, que está sistematizado e é pertencente às sociedades, mas não é uma memória que está sendo vivida. Observemos o que o autor diz a este respeito:

Enquanto subsiste uma lembrança, é inútil fixá-la por escrito ou pura e simplesmente fixá-la. A necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade e até mesmo de uma pessoa só desperta quando elas já estão bastante distantes no passado para que ainda se tenha por muito tempo a chance de encontrar em volta diversas testemunhas que conservem alguma lembrança (HALBWACHS, 2006, p.101).

Desta maneira, a história é escrita e impessoal e, nela, grupos com suas construções desaparecem para ceder lugar a outros, pois a escrita não os registrou. A história seria construída a partir de muitas divisões e cortes temporais artificiais, se coloca acima do grupo e se pretende universal. Já a memória é história viva e vivida e permanece no tempo, renovando-se; seria uma corrente de pensamento contínuo, não artificial, que retém o que ainda está vivo (ou que é capaz de viver na consciência do grupo), se confina aos limites deste grupo e seria múltipla, já que existem várias memórias coletivas.

As informações frias da história só adquiririam um sentido mais denso se pudessem ser correlacionadas a alguma vivência pessoal do indivíduo ou de seu grupo mais imediato, ligado pelos vínculos entre gerações. Somente através do vínculo geracional se poderia efetuar a transição entre a memória aprendida e a memória vivida.

Um ponto de vista parecido ao de Halbwachs é compartilhado pelo historiador Nora (1993), que também aborda a distinção entre a memória e a história, afirmando que a categoria memória deixou de existir porque passou a ser reivindicada pelo discurso histórico. Para Nora, a memória tornou-se objeto da história, sendo por essa filtrada. Consoante Nora, memória e história se opõem em vários aspectos:

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências de repentinas revitalizações. A História é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente a história, uma representação do passado (NORA, 1993, p. 9).

Essa distinção apresentada por Nora sofreu muitas críticas. Estudiosos de várias áreas de conhecimento não aceitaram a distinção tão rígida entre a memória e a história apresentada pelo historiador. E sua grande contribuição no estudo da memória acabou sendo a criação do termo lugares de memória.

Para Nora (1993), fala-se muito em memória atualmente, porque a memória já não existe e tudo aquilo que se considera memória é, para Nora, história. Este esfacelamento ocorre devido a processos como a mundialização, a massificação, a democratização e a midiaticização. Seria necessário, portanto, segurar traços e vestígios, fazendo uma oposição ao efeito devastador da contemporaneidade. Para o historiador francês, como não existem mais os meios de memória, seria preciso criar os lugares de memória, locais onde a memória pudesse cristalizar-se e perpetuar-se. Uma ata, um minuto de silêncio, uma comemoração, um livro didático poderiam ser considerados lugares de memória, mas para que isso ocorresse seria necessário que estivessem envolvidos pela vontade, pelo desejo de memória, se não estivessem, seriam apenas lugares de história.

Observemos o que o autor diz a este respeito:

[...] se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez numa identificação carnal do ato e do sentido. Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história (NORA, 1993, p. 9).

Halbwachs, que havia sofrido inúmeras críticas por sua distinção entre memória e história, tentou amenizar os embates, criando o conceito de “memória histórica”, ao qual ele juntou ao conceito de memória coletiva para reforçar a diferenciação entre memória e história. Entretanto, memória histórica foi considerada uma expressão não muito feliz e que associou dois termos que se opõem em vários aspectos e que deixou lastros para outras discussões e contestações. Para o autor (2006), a memória histórica seria aquela memória que está externa ao indivíduo, seria a memória tomada de empréstimo, e que não é dele, não pertence ao seu grupo de convivência, seria, por exemplo, a memória que o indivíduo leu no livro de história, ou seja, mesmo que ele não tenha vivido, mas apreendeu, deu sentido, funcionalidade, passa a ser uma memória histórica. Para ele, somente a vivência seria responsável por dar o sentido de ser das coisas.

Apesar das críticas, não podemos negar a grande contribuição de Halbwachs ao criar um conceito de memória enquanto fenômeno eminentemente coletivo e introduzir esse conceito no campo das ciências sociais. O legado do pensamento halbaquiano ajudou a expansão da produção literária acerca da memória, que se tornou objeto de investigação de vários pensadores contemporâneos. Vale ressaltar ainda, que no contexto histórico que Halbwachs viveu, não havia tantas abordagens historiográficas como temos hoje; naquela época a abordagem predominante era a positivista, o que fazia os pesquisadores tomarem a história em uma perspectiva muito factual. O fato ou acontecimento estava acima dos indivíduos, ou seja, eram determinantes, coercitivos sobre a sociedade, que não tinha como mudar essa abordagem, que acabava perdendo a sua dimensão dialética.

Compreendemos que tão remotas quanto as divindades do Olimpo, são as discussões filosóficas e científicas que buscam compreender a relação entre memória e história. Duas áreas tão próximas que chegam a se confundir, tão semelhantes que parecem ofuscar o olhar de quem procura diferenciá-las. No entanto, cada uma mantém suas características singulares a fim de responder às necessidades de quem as invoca.

Independente das discussões acerca desse par analítico (memória e história) que, acreditamos não terem se esgotado, trabalhamos a teoria da memória defendendo, como Nora (1993) que o modelo de catequese presente nas *Constituições Primeiras* pode ser um lugar de memória se o nosso olhar estiver investido da vontade do desejo de memória, como Le Goff (2012), que a memória tem uma participação ativa no fenômeno religioso, mas que, ao mesmo tempo em que ela é um eixo de articulação que possibilita compreender as interações orientadas pela religião, pode ser também um instrumento a serviço do poder. E como Halbwachs (2006), que o grupo social tem uma importância relevante para a manutenção da memória.

A partir da abordagem de Halbwachs, concebemos a memória cristã como uma memória coletiva, que perpetua-se a partir do grupo formado por indivíduos seguidores dos ensinamentos de Jesus, mesmo que esses não vivam conjuntamente, mas conseguem preservar a memória a partir das práticas e ensinamentos cristãos.

Em outras palavras, a memória coletiva seria a recordação ou o conjunto de recordações, consciente ou não, de uma experiência vivida por uma coletividade que ainda se encontra presente. Mas para que a lembrança seja rememorada, os atores sociais precisam buscar marcas de proximidade que os façam se sentir parte de um mesmo grupo, dividindo as mesmas recordações, que, no caso dos cristãos, seria a própria vivência dentro do cristianismo.

Os ensinamentos cristãos estão vinculados à memória, suas vivências não se afastam da memória, suas narrativas e escritos não se deslocam da memória. Ou seja, o cristianismo é uma religião de memória (LE GOFF, 2012), que tem conseguido soldar indivíduos no seio de uma mesma comunidade, responsáveis por rememorar e preservar a memória cristã através dos tempos.

3 - EVANGELIZAÇÃO E CATEQUESE UMA MEMÓRIA MILENAR

3.1 Evangelização e catequese nos primórdios do cristianismo

3.1.1 Os primeiros tempos

Ao falar da ação evangelizadora e catequizadora da Igreja cristã na Antiguidade, não poderíamos deixar de fora o contexto histórico, religioso e cultural da Palestina, local onde surgiram o cristianismo e as matrizes iniciais da evangelização e da catequese. Matrizes que nortearam sua trajetória e influenciaram os modelos adotados posteriormente, inclusive aqueles perfilhados no Brasil colonial, e em especial, o que foi promulgado pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*.

Compreendemos que o acontecimento não se define por si, mas, na relação com o todo, por isso, para conhecê-lo é necessário retirá-lo de sua conexão com o todo e analisar suas especificidades, objetivando chegar à sua essência. Após concluir essa etapa, é possível o retorno ao conjunto e analisar sua conexão com a totalidade, visto que: “A DIALÉTICA trata da ‘coisa em si’. Mas, a ‘coisa em si’ não se manifesta imediatamente ao homem. Para chegar à sua compreensão, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *détour*” (KOSIK, 1976, p.13).

Por causa dessa nossa compreensão necessitamos fazer uma retrospectiva milenar, uma vez que a totalidade que explica nosso objeto se perde nas brumas do passado longínquo. Ou seja, precisamos compreender sua origem a partir da própria gênese do cristianismo.

A Palestina habitada, inicialmente, por vários povos (cananeus, filisteus e arameus), foi ocupada no segundo milênio antes de Jesus pelos hebreus. Os hebreus tinham sua ascendência em tribos semitas que saíram da Mesopotâmia em busca de uma terra onde pudessem se estabelecer.

Abraão [...] para obedecer à ordem que havia recebido de Deus, deixou a Caldéia na idade de setenta e cinco anos e foi morar na terra de Canaã, que ele deixou à sua posteridade. Era um homem muito sensato, muito prudente e de muito grande espírito e tão eloqüente que podia persuadir tudo o que queria. Como nenhum outro o igualava em capacidade e em virtude, ele deu aos homens conhecimento da grandeza de Deus muito mais perfeito do que o tinham antes. Foi ele primeiro que ousou dizer que existe um só Deus; que o Universo é obra de suas mãos e que é unicamente à sua bondade e não as nossas próprias forças que devemos atribuir a nossa felicidade (JOSEFO, 1990, p.55).

Foi na Palestina que surgiu o judaísmo, religião monoteísta, que mais tarde influenciaria o surgimento do cristianismo. Para Pierrard, “o coração de tudo estava em Jerusalém, cidade única, possuidora de um templo que era a morada do Deus único e refúgio de um monoteísmo elevado, que dava aos filhos de Israel a consciência de uma superioridade indestrutível” (1982, p. 14).

Conforme os ensinamentos religiosos, o laço concreto entre Deus e o povo hebreu era a Torá, também conhecida como lei de Moisés ou Pentateuco, uma coletânea de preceitos religiosos e morais, que completava o ensinamento preservado pela memória oral e que era transmitido de geração a geração.

De acordo com Josefo (1990), Moisés entregou por escrito nas duas Tábuas da Lei, os ensinamentos enviados por Deus que orientariam a vida do povo judeu, não sendo permitidas referências aos mesmos com as palavras enviadas, mas podendo transcrevê-las apenas no sentido:

Eis algumas das regras da religião, da moral e da justiça israelitas, tais como foram formuladas por Moisés: ‘Escuta, Israel, o Senhor nosso Deus é só e único Senhor. – Amarás o Senhor teu Deus de todo coração, de toda a tua alma e de todas as tuas forças. – Honra teu pai e tua mãe, a fim de que vivas longamente sobre a terra que Deus te dará. – Levanta-te diante daqueles que têm cabelos brancos e honra a pessoa do ancião. – Não procures vingar-te e não guardes lembrança da injúria. – Não prejudicarás a viúva nem o órfão. – Se um estrangeiro habitar em vosso meio, não lhe façais nenhuma exprobação e amai-o como a vós mesmos, pois vós também fostes estrangeiro no Egito. – Se comprares um escravo hebreu, ele e servirá durante seis anos; no sétimo ano, será livre e poderá partir sem nada te dar. – Não se punirá o homicida antes de ouvidas as testemunhas. Ninguém será condenado pelo testemunho de um só. – Aquele que ferir seu pai ou sua mãe será punido de morte. – Aquele que ferir um dos seus concidadãos será tratado como o tratou: receberá fratura por fratura e perderá olho por olho e dente por dente’. (ISACC; ALBA, 1968, p. 86).

Segundo a tradição judaica, Moisés recebeu não apenas a “Lei escrita” de Deus, mas também a “Lei falada”, que era proibida de ser escrita, devendo se adaptar às condições reais de vida em diferentes lugares e épocas. Fica evidente, portanto, que desde os primórdios de sua história, os hebreus tinham regras e mandamentos religiosos preservados e transmitidos oralmente. Essas regras e mandamentos constituíram uma memória oral que percorreu gerações e gerações de famílias hebraicas, e que influenciariam, mais tarde, as tradições cristãs.

No século I da era cristã, a vida religiosa judaica dividiu-se em três seitas: os fariseus (grupo que se apoiava nas camadas médias da sociedade, pregava o cumprimento ao pé da letra da Torá, acreditava na ressurreição e na vinda do Messias, que restauraria o poderio que tinham vivido no reino do rei Davi), os saduceus (grupo que se apoiava na casta sacerdotal, negava a ressurreição, pregava a observância da lei como um ato de virtude e aceitava o domínio romano. Era um partido elitista, sendo seus representantes membros das camadas superiores da sociedade) e os essênios (era um partido extremamente piedoso, vivia uma vida monástica, representavam uma tendência mística e ascética que se opunha ao luxo e à riqueza dos setores que pactuavam com a ordem romana, contavam com o apoio popular) (JOSEFO, 1990).

Ainda de acordo com Josefo (1990), Judas Iscariotes foi o autor de uma nova seita inteiramente diferente das outras três, os zelotes que tiveram sua fonte ideológica no apocalipsismo. Era um grupo que vivia à espera do dia em que Deus provocaria a grande mudança na história do povo judeu, e dedicava-se à libertação política da Palestina.

Foi durante o principado de Otávio Augusto (63 a.C. -14 d.C.) que surgiu, na Palestina, uma nova seita, o cristianismo. “O fundador do cristianismo foi Jesus de Nazaré. Nazaré era uma pequena cidade judia perdida no seio do imenso Império Romano, Jesus, portanto nasceu judeu, sujeito a Augusto” (PIERRARD, 1982, p.13), ou seja, o cristianismo nasceu das pregações de um judeu, cujos primeiros discípulos também eram judeus, que se dirigiram primeiramente a judeus (PIERRARD).

Como a religião oficial do povo de Israel, o judaísmo esperava um Messias que libertaria o seu povo da dominação de Roma. Todavia, a maioria dos judeus recusou Jesus como Messias. Eles alegavam que Jesus havia fracassado em libertá-los do jugo romano. A partir de suas práticas pastorais, Jesus, o Cristo foi tido por muitos judeus como um profeta e não como o filho de Deus. Outros judeus acreditaram que os primeiros cristãos não passavam de mais um grupo, uma *háiresi*, semelhante ao grupo dos fariseus⁶. Outro ponto de divergência surgiu quando os cristãos concebem Jesus como o Deus dos judeus “encarnado”, ideia considerada pagã para a mentalidade judaica da época. Os cristãos, ao contrário da maioria dos judeus, acreditaram que o Messias anunciado pelos profetas já havia chegado à Terra e seu nome era Jesus.

Além dos judeus, estudiosos de todos os tempos também negaram a existência divina de Jesus, chegando até a duvidar de sua existência material. Para Pierrard (1982), embora

⁶ Do grego *háiresi* (heresia), que significa escolha (MATOS, 1997).

Jesus tenha tido uma vida curta e não tenha deixado nada escrito é possível seguir seus passos através dos Evangelhos.

Consideramos oportuna essa consideração de Pierrard, a qual fala da importância dos Evangelhos no estudo da vida de Jesus. Mas, precisamos salientar que nosso olhar, aqui, não será o teológico, ressaltando os aspectos da fé, nem apologético, enfatizando os aspectos que julgamos mais nobres e positivos. O nosso olhar será o da História, isto é, uma visão crítica e documentada, já que a História da Igreja deve ser reconstituída, por métodos rigorosamente científicos, que regem toda a ciência histórica. Isso, porém, nem sempre acontece, sendo visível em muitos trabalhos, principalmente aqueles escritos por religiosos, certa interferência de aspectos subjetivos (CASIMIRO, 2002).

Outro obstáculo encontrado no trabalho com a História da Igreja, principalmente durante a Antiguidade, é o difícil acesso às fontes que, quando encontradas, são, em sua maioria, fontes cristãs. Cabendo, portanto, ao historiador distinguir informações de caráter histórico e as considerações de caráter mais teológico. Ambas são importantes para o historiador, mas não podem ser confundidas. Devem ser avaliadas e usadas com discernimento, respeitando-se o gênero literário de cada uma.

Indiscutivelmente, os documentos dos quais se pode tirar a quase totalidade das informações a respeito da vida de Jesus (exceto alguns poucos acenos de Tácito, Suetônio, Plínio, o Jovem, entre os pagãos; Josefo e o Talmud, entre os judeus) são os quatro livros de Mateus, Marcos, Lucas e João, que, de acordo com Pierini (1998), não são biografias no sentido ordinário da palavra, mas, cristologias com fundo biográfico. Cada evangelho tem suas características particulares, pois narram as experiências cristãs dentro de suas respectivas comunidades. Ou seja, memórias orais que foram preservadas e depois imobilizadas em documentos escritos, constituindo importantes mecanismos para a propagação da fé cristã.

Estamos, evidentemente, a falar dos Evangelhos sinóticos (sincrônicos, compatíveis e aceitos pela Igreja), embora saibamos da existência de muitos outros evangelhos cujas identidades são colocadas em dúvida, o que contribui para que sejam deixados às margens da teologia oficial. Mas, nem por isso devem ser desprezados como documentos históricos, salvaguardadas suas limitações.

Para Josefo (1990), por exemplo, Jesus era somente um homem sábio, que conseguiu converter judeus e gentios, e seus ensinamentos foram tão consistentes que, mesmo após a sua crucificação, por mando de Pilatos, os que o haviam amado não o abandonaram e dele os cristãos tiraram o seu nome. No entanto, as suas referências a Jesus são consideradas, pela maioria dos historiadores, como inserções posteriores. Esse é o caso dos relatos, não somente

de Josefo, mas, também, de Tácito e de outros escritores antigos. É o que assinala Kersten sobre a obra de Josefo:

[...] O historiador judeu Flavio Josefo publicou, por volta de 94 d.C., uma obra grandiosa, intitulada *Antiguidades Judaicas*, que cobre um espaço que vai desde a criação do mundo até a época de Nero, onde narra acontecimentos considerados mais importantes. Cita João Batista, Herodes e Pilatos; detalha, com minúcias, fatos políticos e sociais, mas não escreve uma só palavra sobre Jesus. No terceiro século, surgiu uma obra escrita por um cristão, intitulada *Testimonium Flavianum*, onde o historiador judeu Josefo aparece inesperadamente, narrando e confirmando os milagres e a ressurreição de Cristo. Os padres da Igreja, Justino, Tertuliano e Cípriano, nada sabiam a esse respeito e Orígenes nos lembra, repetidas vezes, que Josefo não acreditava em Cristo [...] (KERSTEN, 1988, p. 28-29).

Além dos testemunhos literários, encontramos, na atualidade, testemunhos arqueológicos sobre a existência histórica de Jesus, na Palestina, em especial em Nazaré, Jerusalém, sobretudo no Santo Sepulcro (PIERINI, 1998). Dentre os vestígios arqueológicos, existem os vestígios das construções arquitetônicas que foram preservadas, e que também são fontes históricas importantes.

Para Paul Ricouer, as vivências humanas inscrevem marcas no espaço, que constituem um apoio para o trabalho da memória. Segundo suas palavras, “o ato de habitar não se estabelece senão pelo ato de construir. Portanto, é a arquitetura que traz à luz a notável composição que forma em conjunto o espaço geométrico e o espaço desdobrado pela condição corpórea” (2007, p.158). Ricouer nos faz refletir acerca das construções arquitetônicas, enquanto elemento determinante de lugar social e, sobretudo, refletindo de que modo o lugar percebido corporeamente participa da função da memória, tornando-se um ponto de evocação do passado. Desta forma, os lugares sagrados do cristianismo, presentes na memória de seus fiéis, reforçam suas crenças, mantêm os preceitos religiosos sempre presentes e, muitas vezes, conseguem dar sentido para suas vidas, criando uma unidade, um sentimento de pertencimento entre os mesmos.

Ainda sobre a relação entre memória e espaço, Halbwachs destaca que “não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial” (2006, p.170). Ao afirmar isto, o autor está confirmando que a memória tem como pano de fundo as imagens do espaço vivido, de tal forma que, ao lembrarmos-nos do espaço, lembramos-nos dos acontecimentos que ocorreram naquele ambiente material. No caso dos cristãos, mesmo que não tenha sido uma memória vivida, e sim uma memória tomada de empréstimo, o lugar ajuda a rememorar os

ensinamentos e as crenças cristãs. Nesse sentido, são bastante familiares aos cristãos de hoje e de outros tempos alguns nomes de acidentes geográficos como Mar Morto, Mar da Galiléia, Rio Jordão, Monte Sinai e outros.

De acordo com a tradição cristã e com os Evangelhos, Jesus nasceu na cidade de Belém, situada na Judéia, próxima a Jerusalém. Sua juventude transcorreu na cidade de Nazaré, na região da Galiléia. Relata Pierrard (1982) que foi na Galiléia que a mensagem de Jesus tomou corpo, lá ele pronunciou suas mais belas parábolas, foi para as multidões reunidas na Galiléia que ele ensinou o “Pai Nosso” e anunciou sua Paixão.

Por ter surgido no seio do próprio judaísmo, o cristianismo manteve, inicialmente, muitas práticas similares às dos judeus. Para compreender como foi possível esta convivência entre cristãos e judeus, é necessário lembrar que o judaísmo, na época de Jesus, era muito tolerante com seitas que surgiam na Palestina. As perseguições que os primeiros cristãos padeceram só surgiram em decorrência de conflitos a respeito da observância da Lei (MATOS, 1997), e às preocupações do Império Romano com a manutenção do poder.

Um dos primeiros conflitos surgiu quando os judeus alegaram que os cristãos deveriam ser circuncidados e seguir os ritos de purificação dos judeus. Tal alegação provocou vários protestos, sendo que os maiores partiram de Antioquia (DREHER, 2007). Após muitas discussões e uma reunião dos apóstolos, em Jerusalém, o chamado “concílio apostólico” decidiu que os cristãos de origem não judaica não seriam obrigados à circuncisão, nem à observância da Lei de Moisés. Foi, segundo Verdete, “o que se pode considerar o primeiro concílio da Igreja, embora ainda não ecumênico: o Concílio de Jerusalém” (2009, p.91).

Aos poucos, os dirigentes judeus começaram a tomar distância com relação aos cristãos, excluindo-os das sinagogas e perseguindo-os. Por outro lado, as comunidades cristãs independentes foram cada vez mais unindo os seus vínculos (FRÖHLICH, 1987, p. 13). Mas, as divergências maiores entre judeus e cristãos ocorreram após a guerra judaico-romana. Segundo Josefo, que foi testemunha ocular do conflito:

Depois que o exército romano, que jamais se cansa de matar e de saquear, nada mais achou em que saciar o seu furor, Tito ordenou a destruição, até os alicerces, com exceção de um pedaço do muro, que está do lado do Ocidente, onde ele tinha determinado construir uma fortaleza e as torres de Hípicos, de Fazael e de Marina, porque, sobrepujando a todas as outras em altura e magnificência, ele as queria conservar para mostrar à posterioridade, quão grandes foram o valor e a ciência dos romanos na guerra, para apoderarem daquela poderosa cidade, que se tinha elevado a tal grau de glória. Essa ordem foi tão exatamente cumprida que não ficou sinal algum, que mostrasse haver ali existido um centro tão populoso. Tal o fim de

Jerusalém, cuja sorte só se pode atribuir à raiva daqueles revoltosos que atearam o fogo da guerra (JOSEFO, 1990, p.688).

Conforme a narrativa cristã, mesmo antes da guerra judaico-romana, muitos judeus voltaram-se contra o cristianismo, inclusive ajudando na delação de Jesus, que teve uma vida curta, uma vez que, perseguido pelos romanos, foi preso, julgado e condenado à morte, tendo sido crucificado no monte Calvário⁷. “A morte de Jesus é admitida. Já sua ressurreição choca, escandaliza ou provoca risos” (PIERRARD, 1982, p.17).

Embora a existência divina e material de Jesus seja questionada, não podemos negar a existência de uma pedagogia cristã que surgiu no mundo antigo e vem perdurando até os dias atuais. Influenciando em épocas e lugares diferentes as demais pedagogias cristãs, inclusive a que foi estabelecida pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*.

3.1.2 A pedagogia de Jesus de Nazaré

Para melhor compreender a pedagogia deixada por Jesus, faz-se necessário analisar o seu embrião gerador, ou seja, a ação pedagógica dos hebreus. Povo que não teve apenas um único modelo pedagógico, já que a história educativa judaica sofreu variações de acordo com mudanças políticas e sociais. Portanto, nos limitaremos ao modelo inicial, estabelecido na Antiguidade, que influenciou diretamente a pedagogia-cristã.

Inicialmente, a educação hebraica gravitava em torno da família. A instrução ministrada pelo pai era realizada, muitas vezes, na forma de perguntas e respostas⁸. Em outras ocasiões, eram os filhos que formulavam as perguntas; havia, ainda, o ensinamento direto, em que os pais tomavam a iniciativa de ensinar sem necessidade de perguntas e respostas e, por fim, a memorização, um dos métodos pedagógicos mais elementares e que teve um papel fundamental na instrução dos hebreus (BRAVO, 2007, p.16-17).

Dessas informações, podemos perceber que a educação hebraica era uma educação doméstica e familiar, na qual, por meio de perguntas oralizadas eram passados os ensinamentos religiosos. Segundo Le Goff (2012), a atividade menemônica era comum em sociedades possuidoras de escrita, já que havia um senso comum que saber de cor era verdadeiramente saber. Também é relevante destacar que, embora a escrita já existisse, a

⁷ Cabe lembrar que a pena máxima da crucificação era usual no ambiente em que Jesus viveu.

⁸ A forma dialogada, catequética, era de uso constante entre os hebreus (SOUZA, 2006).

maioria da população não dominava o saber letrado, o que tornava necessária a utilização das mnemotécnicas.

A educação dos hebreus era também predominantemente religiosa, baseava-se no estudo dos textos sagrados e, prioritariamente, na língua sagrada “A Torá, regia a vida escolar, prescrevendo as normas morais, as ideias religiosas, as festividades, a história etc” (SOUZA, 2006, p.28). Mais do que o aprendizado de ações e condutas corretas, o estudo da Torá era um dever e sua realização era uma profunda experiência religiosa. Sua importância era tanta que o elemento central do culto sinagoga era a leitura e a interpretação da Torá. É o que também confirma Josefo:

Pois tampouco deixou o pretexto da ignorância, pois apresentou a lei como a forma de instrução mais formosa e mais necessária. E ordenou que se escutasse não uma vez, mas duas, nem muitas, mas a cada semana, abandonando as demais ocupações, nos reuníssemos para ouvi-la e apreende-la corretamente (JOSEFO, 1990, p.189).

Nas escolas hebraicas os mestres ensinavam como ler a Torá. Ressaltamos que não era uma tarefa fácil porque, naquela época, o hebraico não estava ainda vocalizado, a matéria podia ser aprendida unicamente por meio da leitura do mestre e da memória auditiva dos alunos. Os mestres exigiam forte trabalho de memorização, não apenas de sentenças breves, mas também de passagens completas. Os mestres repartiam os conteúdos de sua classe em determinadas unidades e os alunos deveriam repetir até que os dominassem completamente (BRAVO, 2007).

O grande especialista em Antigo Testamento, Norbert Lohfink, afirma que o *Sitz im Leben* ou contexto vital no qual surgiram os Salmos veio do costume dos judeus piedosos de sussurrar essas orações, que eram sabidas de memória. Muitos sabiam determinados salmos, outros sabiam o saltério completo, isto é, os 50 salmos, os quais recitavam no intervalo de uma semana (BRAVO, 2007, p.27).

Ainda com base nesse autor (2007), havia uma distinção entre a memorização e as técnicas ou recursos que se utilizavam para conseguir reter conteúdos na memória. A mais utilizada era a repetição em voz alta que, acompanhada de determinada entonação, acabava convertendo-se em uma espécie de cantoria. Crianças, jovens e adultos faziam uso dessa mnemotécnica, que era útil para assegurar mais facilmente a memorização.

Para os israelitas, tal como para os egípcios, o coração era a sede do entendimento e da vontade, e o lugar onde se localizava a memória. Daí a expressão *guardar ou gravar na (tábua) do coração* e outros similares significarem *memorizar*. Por sua vez, a menção de lábios e boca faz referência ao costume generalizado de memorizar por meio de repetição em voz alta (BRAVO, 2007, p.17).

Um dos principais legados que os primeiros cristãos receberam dos hebreus foi essa visão de educação predominantemente religiosa. Segundo Marrou (1990), o termo “educação cristã” tinha um sentido estrito, tratava essencialmente da educação religiosa, isto é, de uma parte, da iniciação dogmática e, por outra parte, da formação moral. Marrou (1990) ainda ressalta que a expressão “educação cristã” foi usada por São Clemente de Roma, por volta de 96. O apóstolo Paulo, antes dele, preocupou-se em dar conselhos sobre a maneira correta de educar nos ensinamentos cristãos.

Dessa forma, pode-se observar que, nos primórdios do cristianismo, a educação estava associada aos ensinamentos religiosos. Era o estudo catequético que regia a “vida escolar”, prescrevendo as normas morais, os ensinamentos religiosos e, prioritariamente, preparava o catecúmeno para o batismo.

Sobre a pedagogia cristã, sustenta Casimiro (2002) que, herdeira da tradição judaica, a pedagogia cristã teve início, segundo os doutores da Igreja, a partir de ensinamentos de Jesus. Posteriormente, foi fecundada na Revelação bíblica, com os Apóstolos, e cresceu pela necessidade de preservação da Fé e da Igreja. E, em seu florescimento, contou com os conteúdos da Filosofia Cristã, da Teologia, dos dogmas e dos cânones, firmados durante a caminhada da Igreja, principalmente a partir dos concílios: Concílio de Nicéia (325), Concílio de Constantinopla (381), Concílio de Éfeso (431), e Concílio de Calcedônia (451), responsáveis por estabelecerem as bases da doutrina cristã posterior.

Esse ensinamento cristão teve início com Jesus e depois com os discípulos. Os discípulos seguiram as pegadas do mestre e foram os primeiros responsáveis pela propagação de seus ensinamentos. Em suas ações evangelizadoras, formaram comunidades entre os judeus convertidos da Palestina; seguiram depois para os espaços judaizantes da diáspora e foram ainda mais longe, traçando um itinerário que atingiu o continente europeu e asiático.

A ação pedagógica cristã não se limitou apenas àquela transmitida pelos discípulos, os pais e mais tarde os mestres também foram imprescindíveis nesse processo. A herança cristã, que destacava o papel da família na educação, pode ser visualizada em muitos contextos: “Educar cristãmente os filhos, fazê-los participar do tesouro da fé, inculcar-lhes uma sã

disciplina em matéria de vida moral é o dever fundamental dos pais” (MARROU, 1990, p.479-480).

Entretanto, o mesmo autor (1990) afirma que por mais importante que fosse o papel da família e das escolas tradicionais, estas eram apenas subsidiárias, já que o essencial da educação religiosa era a iniciação que o neófito receberia da Igreja antes de ser batizado. Uma vez que a formação religiosa não terminava com o ato do batismo, mas, prosseguia ao longo de toda a vida cristã.

É possível perceber que Jesus, mesmo tendo sido educado conforme a cultura judaica, criou um modelo pedagógico único. Independentemente da fé ou do contexto histórico, o modelo pedagógico cristão é inquestionável quanto à sua unidade, coerência e sentido moral, e existe como memória e documento. Ou seja, ele é real, fez e faz parte da realidade histórica. No início de sua prática missionária, Jesus se apresentava como profeta. No grande sulco da tradição de Israel, essa atividade tinha sido exercida pelos nomes respeitados de Jeremias, Isaías, Amós, Oséias e João Batista. Também Jesus começou sua missão de profeta. O profeta percorria quilômetros para atingir seus destinatários, não se empenhava em longos discursos, mas, em breves anúncios; por isso, mais que falar, devia anunciar, alto e forte, a sua mensagem. Dada a sua mobilidade, não tinha um auditório estável, mas, ocasional, sempre diferente; não tendo ainda, a possibilidade de ter cuidados contínuos com um grupo particular (TERRINONI, 2007).

Foi provavelmente na conclusão da sua grande viagem pela Galiléia, que Jesus agregou a si discípulos (Mc 1, 16-20), aos quais confiou a sua mensagem, mas, também concedeu uma grande quantidade de ensinamentos. Passou, assim, do modelo do profeta para o de mestre.

Os ensinamentos de Jesus tiveram continuidade com o chamamento dos discípulos para fazerem parte de sua missão. Jesus pediu aos discípulos que o acompanhassem, observando seus ensinamentos. De acordo com Bravo (2007), no judaísmo, eram os discípulos que escolhiam o mestre que deveria ensinar-lhes. Jesus, ao contrário, foi quem escolheu seus discípulos. Os demais mestres aceitavam como discípulos aqueles que haviam se desenvolvido nos estudos. Jesus, ao contrário, escolheu pessoas de diferentes condições. Diferentemente dos outros mestres, Jesus não preparava seus discípulos para serem mestres; para ele, o discipulado era uma condição imanente.

Nas escolas rabínicas da época, a condição de discípulo era transitória, já que tinha uma finalidade e um fim. A grande aspiração do *talmid* (aluno) era tornar-se *rab* (mestre), igual àquele que lhe havia ajudado a compreender e interpretar a Torá. Na escola de Jesus, ao

contrário, não existia promoções de qualquer espécie, não se conseguia títulos e não se tornava mestre nunca, mas, permaneciam com a qualificação de discípulos (TERRINONI, 2007).

Os discípulos aparecem normalmente nos evangelhos sinóticos como ouvintes das palavras de Jesus, como testemunhas de suas controvérsias com seus adversários e como espectadores de suas manifestações de poder, ou seja, aprendiam escutando, vendo e imitando o mestre. É preciso destacar, entretanto, que Jesus não se dirigia apenas aos seus discípulos:

Jesus, assim como os profetas, porém, contra muitos mestres contemporâneos dele, dirigiu-se a todo povo de Israel e, especialmente, a essa classe de desconhecedores da Lei, chamados de Am-Haarez. Seu ministério itinerante explica-se pela amplitude de sua missão que o diferenciava da grande maioria de judeus. Ensinava, portanto, a todos sem fazer exclusão, isto é, incluía e se relacionava também com aqueles que eram marginalizados ou desprezados por diversas razões (BRAVO, 2007, p.42-43).

Jesus ensinava com autoridade: “os três sinóticos coincidem neste ponto tão importante que mostra que Jesus não só ensinava, mas que, além disso, fazia-o com autoridade” (BRAVO, 2007, p.42). E mostram ainda que Jesus era chamado de “mestre” por pessoas das mais variadas origens: seus discípulos, gente do povo, fariseus, saduceus, escribas, publicanos e até ele mesmo se designava com este título: "Vós me chamais de Mestre e Senhor, e dizeis bem, porque eu o sou" (João 13:13).

Todavia, esse mesmo ensino desenvolvido por Jesus, foi utilizado como instrumento de acusação contra ele pelos sumos sacerdotes diante de Pilatos, como se pode ver em Lucas: “Ele está provocando revolta entre o povo, com seus ensinamentos. Começou na Galiléia, passou por toda Judéia, e agora chegou aqui” (Lc 23,5). Ao utilizar um método que, muitas vezes, instigava a uma reflexão sobre a realidade circundante, ele passou a ser mal visto por muitos. Bravo (2007) elencou algumas formas utilizadas por Jesus para ensinar, que podem ser agrupadas em várias categorias: parábolas, sentenças, imagens, perguntas, citações da Escritura e do judaísmo, próprio testemunho, denúncia, exposição ou ensino direto, ensino situacional.

Em outro aspecto, Casimiro acrescenta que a pedagogia inicial do cristianismo norteou-se por princípios fundados no primeiro mandamento do Decálogo:

[...] 1 – princípios de claras intenções de justiça social; 2 – princípios de amor que se desdobram na caridade e no perdão; 3 – princípios pedagógicos

e metodológicos de *práxis* evangélica que se voltam para o ser humano. Princípios esses que nem sempre foram seguidos fielmente, como se vê na História da Igreja (CASIMIRO, 2002, p.32).

A pedagogia cristã foi assimilada pelos seguidores de Jesus e no decorrer dos séculos seguintes disseminada por lugares longínquos, desenvolvendo padrões de difusão cada vez mais claramente definidos e adequados a novos tempos e lugares.

3.1.3 A Igreja apostólica: catecumenato e catecismo

Após a morte de Jesus, a expansão da pedagogia cristã foi missão dos discípulos, que, através de suas pregações, difundiram o cristianismo pelo mundo romano: “Essa missão, muito próxima da matriz inicial, foi desempenhada pelos Apóstolos e se encontra nos documentos basilares que a tradição cristã utiliza como fontes: Os *Evangelhos*, as *Epístolas* e, principalmente, os *Atos dos Apóstolos*” (CASIMIRO, 2002). Papel destacado no processo de difusão da nova religião teve o apóstolo Pedro, considerado o fundador da Igreja Cristã e primeiro bispo de Roma, e Paulo, famoso pela conversão dos gentios.

Os discípulos seguindo as pegadas do mestre Jesus, formaram comunidades entre os judeus convertidos da Palestina, seguiram depois para os espaços judaizantes de diáspora, chegando a atuar em outros continentes. Nas pegadas dos discípulos, vieram seus seguidores, homens que esboçaram os caminhos da tradição cristã que, por séculos, delinearam os fundamentos teóricos e práticos do cristianismo. Homens que ajudaram a comunidade cristã a dar seus primeiros passos, edificar seus rituais, organizar sua vida eclesial e definir suas verdades doutrinárias.

O conhecimento da teologia e da mística desses homens pode ser visualizado em vários contextos históricos e, em muitos momentos, foi utilizado para resolver e orientar ações religiosas ou, mesmo, elaborar novas diretrizes para a Igreja, como observamos, séculos depois, na elaboração das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*.

O conjunto de escritos primitivos da era cristã, que registraram as experiências, os ensinamentos, os rituais e a vida eclesial desses homens, foi denominado Patrística e seus escritores foram intitulados Padres da Igreja⁹. Muitos desses padres eram episcopos,

⁹ Esta definição foi cunhada por João Gerhard, teólogo luterano, em 1653 (BOGAZ; COUTO; HANSEN, 2008).

presbíteros, diáconos, ou mesmo leigos. Para serem considerados como Padres da Igreja, deveriam se integrar em algumas condições básicas: doutrina ortodoxa, santidade de vida, antiguidade na história da Igreja, aprovação da Igreja e diálogo (BOGAZ; COUTO; HANSEN, 2008).

Na visão teológica cristã, os chamados Padres Apostólicos foram os primeiros missionários que, direta ou indiretamente, tiveram acesso aos ensinamentos de Jesus. Com a missão de levar a Boa Nova, saíram anunciando o Evangelho e fundando as primeiras comunidades cristãs.

Anteriormente aos Padres, a difusão do Evangelho fora da Palestina encontrou em Paulo de Tarso um dos mais entusiastas e competentes missionários. Seu nome merece destaque neste período, não somente por sua contribuição na difusão do cristianismo, como, também, pelo volume e valor literário de suas epístolas.

Saulo (5-64), como era chamado originalmente, nasceu cidadão romano, filho de uma família de judeus observantes que morava em Tarso. Formou-se na escola de fariseus, grupo do qual se tornou partidário, e opôs-se, até sua conversão, ao movimento que se constituía ao redor de Jesus. Mas, após sua conversão, Paulo concebeu como seu dever pessoal a universalidade da missão cristã e a evangelização dos gentios. De sua conversão, em 32, até sua morte, em 64, realizou várias viagens missionárias (Chipre, Ásia Menor, Macedônia, Grécia e possivelmente à Península Ibérica).

Seu método de evangelizar era original e eficiente, ele dirigia-se primeiramente aos pagãos que mantinham contatos com os judeus da Diáspora, somente depois ele dirigia-se aos gentios. “No mundo helênico ele apresenta Cristo como o ‘Kyrios’, o Senhor, procurado pelo povo ‘às apalpadelas’” (MATOS, 1995, p.5).

Paulo também escreveu muitas cartas endereçadas a diversas comunidades cristãs, na década de 50 d. C. e, já na fase final de sua vida, enviou cartas de cunho mais pessoal aos seus auxiliares, Tito e Timóteo (PIERRARD, 1982).

A primeira carta de Paulo deve ter sido a que ele enviou aos fiéis da Galácia – a Carta (ou Epístola) aos Gálatas – por volta de 50 d.C. A esta seguiram-se duas cartas endereçadas aos cristãos de Tessalônica (1 e 2 Tessalonicenses) e duas aos de Corinto (1 e 2 Coríntios – embora seja provável que houvesse, originalmente, pelo menos três epístolas aos coríntios). A carta de Paulo aos romanos, repleta de densos argumentos teológicos, provavelmente data de 55/56 d.C., ao passo que suas cartas às igrejas de Éfeso, Filipos e Colossos devem ter sido escritas no cativeiro, em Roma, ente 59 e 61 d.C. (DOWLEY, 2009, p.22).

Paulo se destacou por ter defendido os direitos dos cristãos de origem não judaica e por ter ajudado na expansão da mensagem de Jesus. Ao comunicar o Evangelho às culturas grega e romana, permitiu que a mensagem cristã saísse de seu contexto judaico original e se espalhasse pelas províncias do Império Romano. Nas palavras de Pierini, Paulo contribuiu:

[...] com uma riqueza de personalidade excepcional, uma fé ardorosa, uma sensibilidade aguda, por vezes desconfiada, uma vontade dona de uma saúde débil, uma inteligência apurada pelas formas cotidianas da vida apostólica, uma dialética nutrida ao mesmo tempo pelo rabinismo; por fim, uma caridade insondável (PIERINI, 1982, p. 20).

Gradativamente o cristianismo foi se firmando no mundo antigo. Jesus e seus seguidores foram responsáveis por estabelecer as bases para a edificação de uma Igreja que atravessou barreiras geográficas, culturais e religiosas. Em suas missões evangelizadoras, foram responsáveis pela fundação de uma Igreja que se organizou sob a forma de comunidade. Para Verdete (2009), a comunidade de Jerusalém era modelo para todos os fiéis e para todas as igrejas. Os *Atos dos Apóstolos*, especialmente nos primeiros capítulos (At 1, 12-22), apresentam um dos retratos dessa comunidade.

Durante a Antiguidade, comunidades cristãs se formaram e desenvolveram-se em três ambientes: entre os judeus tradicionais da Palestina; entre os judeus da Diáspora, adaptados à cultura helênica; e entre os greco-romanos. Nesse quadro de heterogeneidade étnico-cultural, foi surgindo, aos poucos, uma tessitura social marcada pela interseção de memórias distintas, que confluíram, gradativamente, para a consolidação de uma memória coletiva cristã, originada na tradição e perpetuada nos escritos evangélicos.

Segundo Halbwachs (2006), a memória individual é formada a partir das interações sociais dos indivíduos, ou seja, nasce do convívio e das teias de reciprocidade social que os indivíduos estabelecem em sociedade; portanto, ela é resultado de uma operação coletiva e, sobretudo, da seleção que o grupo faz sobre os acontecimentos do passado e que cultiva com sua imagem, sua identidade. Ele acentua o caráter coletivo da memória, enfatizando a participação do grupo na elaboração das lembranças, pois, para acessar um conjunto de memórias sempre nos apoiamos no testemunho dos outros. Nas palavras do autor: “só lembramos se nos colocamos no ponto de vista de um ou muitos grupos e nos situamos em uma ou muitas correntes e pensamentos coletivos” (HALBWACHS, 2006, p.41).

Halbwachs (2006) destaca a importância do grupo social para a manutenção da memória. Com base nesse autor, podemos afirmar que as pessoas se lembram porque são participantes de uma comunidade afetiva e se esquecem na medida em que se distanciam dessa comunidade, porque deixam de compartilhar a memória que tem em comum. Os cristãos conseguiram manter essa memória, porque formaram uma comunidade afetiva ligada pelos ensinamentos do cristianismo. As práticas religiosas cristãs possibilitaram a formação de uma rede de interações sociais, razão pela qual os testemunhos se conectaram e se antecruzaram, a partir de pontos que são marcos de uma vivência em comum.

Também Michael Pollak (1992), em sua análise sobre memória individual e coletiva, argumenta que a memória coletiva é composta pelos acontecimentos vividos “pessoalmente” e os acontecimentos “vividos por tabela”, ou seja, há memórias que são individuais e outras que são herdadas e sobrevivem no seio do grupo. São transmitidas de geração a geração e promovem uma sensação de pertencimento entre os indivíduos. Os vínculos sociais se fortalecem através dessas memórias herdadas, porque todos se sentem como parte desse passado, ainda que não tenham vivenciado pessoalmente os acontecimentos.

Observamos que muitos cristãos que transmitiram a tradição apostólica não precisaram viver diretamente com Jesus para que guardassem a memória de seus ensinamentos. Esta memória foi tomada de empréstimo a indivíduos que conseguiram, através dos tempos, perpetuar estes ensinamentos e transmiti-los a essas comunidades afetivas ligadas pelo cristianismo.

Inicialmente, essas comunidades cristãs primitivas se reuniam no templo judaico, onde faziam suas orações e escutavam as Escrituras. O templo era um lugar comum para os judeus e para os cristãos de origem judaica. Porém, após a queda e a destruição de Jerusalém, no ano 70, deu-se uma definitiva separação entre judeus e cristãos. A partir daquele momento, estes foram pressionados a estabelecerem seus próprios templos.

A Igreja fundada por Jesus, sob a forma de comunidade, só aceitava os homens incorporados pelo batismo, considerado então como um rito de iniciação cristã, onde um membro novo da comunidade dava um testemunho público de sua fé.

No que diz respeito ao batismo, batizai em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, em água corrente. Se não tens água corrente, batiza em outra água; se não puderes em água fria, faze-o em água quente. Na falta de uma e outra, derrama três vezes água sobre a cabeça em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Mas, antes do batismo, o que batiza e o que é batizado, e se outros puderem, observem um jejum; ao que é batizado, deverás impor um jejue de um ou dois dias (DIDAQUÉ 7, 1-4).

Numa prática herdada do judaísmo, os cristãos adultos faziam a iniciação através do banho de água, mas, para que isso ocorresse, havia uma preparação, já citada anteriormente, que era o catecumenato, palavra que significa período de preparação dos “catecúmenos”, isto é, “aqueles que se instruem na religião”, ou seja, aqueles que recebem instrução nas doutrinas do cristianismo antes do batismo. Daí se originaram as palavras catequese e catecismo.

[...] no Dicionário Etimológico Nova Fronteira, a palavra evangelizar vem de Evangelho *evangelium* – latim, que deriva do grego *euaggélion*, significando ‘doutrina de Cristo’, também denominando cada um dos quatro livros do Novo Testamento. Para levar o Evangelho, o primeiro passo é a catequização. Catequização é palavra derivada de catecismo, livro elementar de instrução religiosa, ensino de dogmas e preceitos da religião, do latim: *catecismus*, derivado do grego *katechismós*. De catecismo derivam as palavras catequese (doutrina) e catecúmeno (aquele que se prepara para receber o batismo). Catequese é termo conhecido desde a Antiguidade e significa a instrução dos convertidos, ou catecúmenos, ou seja, instrução dos iniciandos nos rudimentos da fé (CASIMIRO, 2009, p.112).

O batismo constituía a entrada nessa novidade de vida cristã, um sacramento inicial que era conferido após o longo tirocínio, ou seja, o catecumenato. Essa preparação poderia ser muito curta, como acontecia nos primórdios do cristianismo, quando o batismo ocorria a partir do dia de Pentecostes, ou mais prolongada, podendo durar anos. O catecumenato normalmente variava de lugar para lugar. Em alguns lugares, durava a quaresma inteira; em outros lugares durava até três anos. Em Jerusalém, por exemplo, de acordo com as *Catequese Mistagógicas* de Cirilo e as *Peregrinação de Etérea*, a catequese era ministrada durante toda a quaresma, culminando na semana da oitava da Páscoa. Já em Roma, segundo Hipólito, o catecumenato durava três anos: “Ouçam os catecúmenos a Palavra durante três anos. Se algum deles for atento e dedicado, não lhe considerará o tempo: somente o seu caráter – nada mais será julgado” (HIPÓLITO DE ROMA, 1977, p.49).

Sobre as características gerais do catecumenato nos primeiros séculos, Morás (2004) ressalta que, geralmente, ela ocorria em cinco etapas, quando eram ministrados: um ensinamento dogmático (conhecer as verdades da fé) e um ensinamento moral (conhecer as atitudes que traduzem em comportamento concreto a incorporação em Jesus).

Na primeira etapa, o candidato seria o *postulante*, ou seja, aquele que queria se tornar cristão, denominado *accedente* apresentava-se ao bispo ou ao diácono. Em seguida, o candidato era interrogado sobre os motivos pelos quais desejava ser cristão e era feita uma avaliação para detectar possíveis impedimentos (MORÁS, 2004). Santo Agostinho, em sua

obra *A instrução aos Catecúmenos*, denomina esta categoria de rudes, porque ainda careciam dos rudimentos da fé.

Os que eram levados pela primeira vez para ouvir as pregações eram interrogados sobre o motivo pelo qual se aproximaram da fé. Eram inquiridos também a respeito do trabalho e ocupação dos que se apresentavam para serem instruídos; não se aceitava como catecúmenos pessoas que pretendiam se tornar militares, mas, admitiam que soldados já alistados pudessem ser batizados. Os cargos públicos também eram considerados incompatíveis com a fé cristã, assim como as profissões ligadas ao culto pagão ou de alguma forma escandalosas: sacerdote, guardião de ídolo, magistrado, meretriz, devasso, invertido, prostituta, pintor, escultor, professor, ator, lutador, gladiador, porteiro dos templos, mago, feiticeiro, astrólogo, dentre outros (MATOS, 1997).

Na segunda etapa, ocorria a admissão e, após o exame, o postulante era aceito ou não. Caso fosse aceito, tornava-se um catecúmeno. O rito de admissão comportava o sinal-de-cruz, a imposição das mãos e o sal sobre a língua. A partir daí, o catecúmeno poderia participar da assembleia dos fiéis, assistir à liturgia da Palavra, receber instruções, mas, não poderia assistir à missa inteira. Nessa etapa, o bispo ou diácono narrava as Sagradas Escrituras aos catecúmenos que faziam sua iniciação nas orações, no jejum e na vida moral. (MORÁS, 2004).

A admissão na missa completa só ocorria após a catequização e o batismo, quando já conhecia o mistério da eucaristia, da conversão do pão e do vinho no corpo e sangue de Jesus. Mesmo o Pai Nosso só era ensinado na véspera do batismo (VERDETE, 2009). Aqueles que se encontravam fascinados e maravilhados pela proclamação do Evangelho só teriam seus pecados perdoados após a conversão e o batismo.

No período da quaresma, os catecúmenos e os audientes recebiam instruções particulares e sistemáticas, as chamadas catequese; os exorcismos cotidianos, antes ou depois da catequese; e a *traditio symboli*, ou seja, o ensinamento oral do credo¹⁰. Devendo recitar de memória o Credo “*redditio symboli*”; observar o jejum e confessar as culpas (MORÁS, 2004).

A terceira etapa era a eleição, que ocorria após o período probatório de preparação, quando a comunidade cristã daria seu parecer acerca da admissão ou não do catecúmeno à preparação intensa para o batismo. Em Roma, a preparação durava a quaresma inteira; já em Jerusalém, era feita depois de transcorridos quarenta dias da quaresma. Os *eleitos*, agora

¹⁰ Os audientes eram os cristãos penitentes (MORÁS, 2004).

chamados *competentes*, tinham uma iniciação que consistia na explicação do Símbolo do Credo (*treaditio symboli*) e do Pai-Nosso. Faziam-se sobre eles a imposição das mãos, com o intuito de um exorcismo de purificação (MORÁS, 2004).

Escolhidos os que receberão o batismo, sua vida será examinada: se viveram com dignidade enquanto catecúmeno, se honraram as viúvas, se visitaram os enfermos, se só praticaram boas ações. E, ao testemunharem sobre eles os que os tiverem apresentado, dizendo que assim agiram, ouçam o Evangelho. Desde o momento em que houveram sido separados, seja imposta a mão sobre eles, diariamente, e ao mesmo tempo sejam exorcizados (HIPÓLITO, 1977, p. 50).

Na quarta etapa, realizada na Vigília Pascal, ocorria o batismo propriamente dito, momento em que o catecúmeno proclamava a fé (*redditio symboli*); recebia, logo depois, o batismo; era crismado; e participava da eucaristia. O *neófito*, ou seja, o novo batizado, receberia as instruções para a catequese (MORÁS, 2004). Sobre os ritos dos três sacramentos recebidos na Vigília Pascal, Hipólito testemunha:

Batismo: Ao cantar do galo, reza-se, primeiro, sobre a água. Deve tratar-se de água corrente, na fonte, ou derramando-se do alto; assim deve ser, porém, exceto em caso de necessidade: se esta persistir, ou for premente, usa-se a água que se encontrar. Os *baptizandi* despirão suas roupas [...]. No momento previsto para o Batismo, o bispo dará graças sobre o óleo, que porá em um vaso e chamará “óleo de ação de graça”. E tomará outro óleo, que exorcizará e chamará “óleo de exorcismo”. O óleo de exorcismo era usado no momento da renúncia a Satanás e o óleo de ação de graça era usado depois do batismo na água. **Confirmação:** O bispo, impondo as mãos sobre eles, faça a invocação, dizendo: Senhor Deus, que os tornaste dignos de merecer a remissão dos pecados pelo banho da regeneração, torna-os dignos de acumular o Espírito Santo [...]. Depois, derramando óleo santificado nas mãos e pondo-a sobre sua cabeça, diga: Eu te unjo com o óleo santo, no Senhor Pai Onipotente e em Jesus Cristo e no Espírito Santo. Marcando-o na fronte com o sinal-da-cruz, ofereça o ósculo e diga: O senhor esteja contigo. Responda o que foi marcado: e com teu Espírito. **Primeira eucaristia:** Os diáconos ofereçam então a oblação ao bispo; dê graças sobre o pão, para representação do Corpo de Cristo e sobre o cálice de vinho preparado; igualmente sobre o leite e o mel misturado, para lembrar a plenitude da promessa feita aos antepassados; nessa promessa, anunciou Deus a “terra onde corre leite e mel” (HIPÓLITO DE ROMA, 1977, p.51-54).

Na quinta e última, os *neófitos* vestidos de branco recebiam explicações detalhadas sobre os três sacramentos recebidos na Vigília Pascal, que ocorria na semana da oitava da Páscoa (MORÁS, 2004). São Cirilo de Jerusalém (2004), em seu livro *Catequeses pré-batismais*, escreve dezoito lições sobre a catequese, que eram ministradas oralmente, das seis às nove horas da manhã, todos os domingos da quaresma. Os catequizandos as escutavam de pé. Outra cinco Catequeses Mistagógicas, conforme São Cirilo, eram ministradas aos

neobatizando na semana da oitava da páscoa, com o objetivo de explicar os sacramentos recebidos no sábado de aleluia, conforme relata Morás:

A primeira catequese mistagógica de Cirilo se concentrava na explicação do sentido e na finalidade das cinco catequese. A segunda catequese explica o significado do Batismo. A terceira versa sobre o sacramento do Crisma como descida do Espírito Santo; nesta catequese também se explica o significado do óleo para os crismados. A quarta catequese fala do Mistério do Corpo e do Sangue do Senhor. E a quinta catequese detalha o significado e o simbolismo da Eucaristia e seus ritos (MORÁS, 2004, p.58-59).

A prática catecumenal foi progressivamente desaparecendo a partir do século V. Segundo Morás (2004), dois motivos justificaram esse desaparecimento: em primeiro lugar, a enorme afluência dos candidatos foi tornando sempre mais difícil a organização e o acompanhamento; em segundo lugar, o costume de batizar crianças foi se intensificando. Entretanto, ela não desapareceu totalmente, mas, sofreu um processo de readaptação, uma vez que as ações evangelizadora e catequista nunca foram abandonadas pela Igreja.

Uma forma de facilitar o processo de catequização foi a elaboração de catecismos, isto é, livros elementares que facilitavam os ensinamentos deixados por Jesus. Dentre os manuais de religião utilizados pelos primeiros cristãos, merece destaque o mais antigo, ou seja, a *Didaqué*, também conhecida como *Doutrina dos Doze Apóstolos* ou *Instrução dos Doze Apóstolos*. Um documento constituído por apenas dezesseis capítulos, mas de grande relevância histórica e teológica, que nos ajuda a conhecer as origens do cristianismo, já que se trata da fonte mais antiga da catequese, conhecida. Existem dúvidas acerca de sua autoria, mas é senso comum entre os estudiosos de História da Igreja, que a mesma não tenha sido escrito pelos apóstolos, ainda que o título do escrito lhes faça menção. (ZILLES, 2009). Acredita-se que ele seja fruto de uma compilação anônima de várias fontes escritas ou orais, que retratam a tradição viva das comunidades cristãs do séc. I.

A obra é dividida em três partes: a primeira parte é um tratado moral para os catecúmenos. Seu conteúdo ético é de origem judaica e orienta os cristãos no esquema dos dois caminhos, o caminho da vida e o caminho da morte; a segunda parte é um antigo ritual litúrgico, contendo instruções sobre a administração do batismo, o jejum, a oração e a celebração eucarística; a terceira parte apresenta as instruções relativas à vida em comunidade, fala dos pregadores itinerantes, mostra a necessidade de hospitalidade para com os apóstolos, recomenda bondade e prudência, santificação do domingo, e apresenta

qualidades requeridas aos bispos e diáconos, bem como os critérios para elegê-los (ZILLES, 2009).

A *Didaqué* também contém as mais antigas orações eucarísticas, dentre elas a oração do Pai-Nosso, que passou a ter importância nas comunidades cristãs, uma vez que era recitado três vezes ao dia, conforme ensinava a *Didaqué*:

Também não rezais como os hipócritas, mas como o Senhor mandou no seu evangelho: Nosso Pai no céu, que teu nome seja santificado, que teu reino venha, que tua vontade seja feita na terra, assim como no céu; dá-nos hoje o pão necessário (cotidiano), perdoa a nossa ofensa assim como nós perdoamos aos que nos têm ofendido e não nos deixeis cair em tentação, mas livrai-nos do mal, pois teu é o poder e a glória pelos séculos. Assim rezai três vezes por dia (DIDAQUÉ 8,2-3).

As muitas menções de trechos da *Didaqué* em escritos da Igreja Antiga atestam sua importância. Até o século IV, esse manual catequético foi altamente valorizado, sendo considerado quase canônico. Tal manual gozava de ampla circulação no mundo antigo, sendo aceito pelo menos por uma parte da Igreja. Atanásio (296-373), por exemplo, fez menção a ele como adequado para a instrução catequética. O texto foi mencionado também por escritores antigos, inclusive por Eusébio de Cesaréia (263-339), em seu livro *História Eclesiástica*, e por outros padres da Igreja.

Além da *Didaqué*, que era uma tradição catequética escrita, havia o Credo Apostólico, que era uma tradição catequética oral. O Credo Apostólico era um compêndio oral, utilizado pelas primeiras comunidades cristãs na instrução dos catecúmenos com o nome de *Symbolum Apostolicu*. De acordo com a Tradição, os apóstolos, depois de Pentecostes, antes de se separarem para pregar o evangelho, redigiram um breve sumário da doutrina revelada por Jesus. Este texto que recupera os principais ensinamentos da fé cristã foi a base comum para as pregações apostólicas (BOGAZ; COUTO; HANSEN, 2008).

Como era típico das tradições orais, o conteúdo do Credo Apostólico era memorizado e repetido nas celebrações litúrgicas. Havia, inclusive, um ritual de entrega deste *symbolum*, conhecido como *traditio et reditio symboli*. O texto escrito, que recupera o conteúdo do Credo Apostólico, como uma espécie de *anamnesis* dos antepassados, é datado do século VI (BOGAZ; COUTO; HANSEN, 2008). Segue uma breve síntese do Credo Apostólico:

Creio em Deus Pai. Criador absoluto: Deus como origem de todas as coisas. Creio no Jesus Cristo (*Khristós*: graça divina; ser humano ungido). **Concebido pelo Espírito** (sabedoria divina no mundo). **Nascido de mulher** (encanado no

gênero humano). **Padeceu sob Pôncio Pilatos** (processo de condenação). **Morreu** (condição final dos seres criados). **Desceu aos infernos** (lugar dos falecidos). **Ressuscitou** (Jesus venceu a morte). **Creio na Igreja Católica** (comunidade de fé universal). **Comunhão dos santos** (unidade espiritual entre vivos e mortos). **Vida eterna** (destino futuro do ser humano) (BOGAZ; COUTO; HANSEN, 2008, p.57).

O conteúdo dessa tradição oral era uma verdadeira síntese das principais verdades do cristianismo. Mais do que normas éticas ou comunitárias, eram verdades doutrinárias, que se tornaram de suma importância para o processo de catequese. Mesmo que não houvesse uma compreensão plena dos seus elementos doutrinários pelos primeiros cristãos, foram preparando as raízes para a elaboração sistemática da fé cristã ao longo dos séculos seguintes. Num exemplo de memória resguardada, o *Symbolum Apostolicu* sobreviveu àquelas primeiras comunidades cristãs, passou pelos séculos como símbolo dos dogmas cristãos e até o presente é cantado e recitado na Igreja e ensinado na catequese, quase como na forma original:

Creio em Deus Pai todo-poderoso, criador do céu e da terra; e em Jesus Cristo, seu único filho, Nosso Senhor: que foi concebido pelo poder do Espírito Santo; nasceu da Virgem Maria, padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado; desceu à mansão dos mortos; ressuscitou ao terceiro dia; subiu aos céus, está sentado à direita de Deus Pai todo-poderoso, donde há de vir a julgar os vivos e os mortos. Creio no Espírito Santo, na santa Igreja Católica, na comunhão dos santos, na remissão dos pecados, na ressurreição da carne, na vida eterna. Amém (SEGUNDO CATECISMO DA DOCTRINA CRISTÃ, 2008, p.5).

3.1.4 Cristianismo: expansão, crise e fortalecimento interno

O cristianismo foi se expandindo, atravessou o Mar Mediterrâneo, e chegou a outros domínios de Roma. Sua expansão para além do mundo semita e sua penetração em territórios de outros povos marcaram profundamente a nova seita, possibilitando a apropriação, por parte do cristianismo, de uma rede de significados, conceitos e categorias da filosofia clássica, o que contribuiu para o enriquecimento da doutrina cristã. Ou seja, sem o influxo da cultura helênica, não existiria o cristianismo, como o concebemos hoje. Por outro lado, esse contato também provocou mudanças substantivas no pensar e no comportamento dos povos clássicos. “A mensagem de Jesus ouviu-se, ao longo da expansão cristã, nas mais variadas línguas, exprimiu-se dentro das culturas que penetrou, sofrendo influências das mesmas” (VERDETE, 2009, p.14).

Mesmo com as resistências iniciais, o cristianismo sofreu influências helênicas e estas perpetuaram-se ao longo do trajeto da Igreja cristã, influenciando a elaboração dos modelos catequéticos posteriores.

No período da expansão cristã, a Igreja teve que enfrentar duras provas que ameaçaram a continuidade de sua existência. De um lado, estava a prova externa das perseguições, às quais a Igreja resistiu bravamente. Ao final, as perseguições acabaram tendo um efeito contrário ao desejado pelos seus instigadores, e acabou não sendo esta a mais importante ameaça sofrida pela Igreja nos primeiros tempos. De outro lado, a grande ameaça consistia numa prova interna. A Igreja cristã teve que enfrentar lutas teológicas contra infiltrações gnósticas no cristianismo, contra a literatura anticristã, contra heresias trinitárias e cristológicas e, principalmente, lutas dentro do próprio cristianismo ortodoxo na sua escalada em busca do poder temporal. Com a expansão das comunidades cristãs, percebeu-se que nem todos cristãos falavam com a mesma voz.

Numa época em que a Igreja lutava para estabelecer os cânones normativos do Novo Testamento, as influências da gnose chegaram a seu ponto máximo e ameaçavam por apresentar uma mistura sedutora de cristianismo, especulação religiosa, misticismo, filosofia grega e judaísmo. O marcianismo, uma das seitas gnósticas, por exemplo, teria ajudado a acelerar o estabelecimento dos cânones testamentário da Igreja cristã, quando o seu líder Marcião, estabeleceu um cânone dos escritos bíblicos, que tentava eliminar tudo que era judeu de dentro da Igreja, forçando-a a afirmar que o Deus do Antigo Testamento era o Deus de Jesus, acentuando a unidade do Antigo e do Novo Testamento. “O Deus do Antigo Testamento é o Pai de Jesus Cristo e também o criador do universo. A criação é e continua sendo uma boa criação de Deus” (DREHER, 2007,37).

A Igreja decidiu determinar um conjunto de escritos que definisse e delimitasse a fé cristã, que mostrassem aos fiéis o que era correto e aceito e o que não era, e que servisse de parâmetro para outros textos e tradições que se pretendessem cristãos. Em outras palavras, era preciso determinar com clareza quais eram os textos cristãos definitivos, inclusive os livros didáticos e catequéticos.

É preciso lembrar que os primeiros cristãos transmitiam sua fé pela palavra falada. Para Le Goff (2012), mesmo nas sociedades letradas existiam os homens-memória, responsáveis por guardar a tradição. Neste sentido, é possível deduzir que os apóstolos, os discípulos, ou seja, todos aqueles que tentavam preservar os ensinamentos de Jesus pela oralidade foram, de alguma forma, homens-memória. Uma vez que atuaram em comunidades onde poucos sabiam ler e escrever e, por isso, faziam uso da memorização como um

importante instrumento no processo de evangelização. Nestas transmissões orais, a memória era investida de função importante, porquanto constituía um acervo de informações sobre os ensinamentos transmitidos. Cabendo aos mais velhos na tradição cristã, o papel de fiéis depositários de um saber que seria transmitido de geração a geração.

Na medida em que foram morrendo os apóstolos e desaparecendo as primeiras gerações que haviam conhecido Jesus, tornou-se necessário um registro mais permanente dos princípios da fé, a ameaça do esquecimento e as infiltrações gnósticas tornaram mais urgente a necessidade de pôr por escrito e conservar melhor o que até então fora transmitido apenas pela oralidade da tradição (MATOS, 1997).

Antes de escrever a história de Jesus, os apóstolos se deixaram impulsionar pela força do Espírito Santo para anunciá-lo oralmente em todas as regiões por onde conseguiam andar ou navegar. Eles não se preocupavam em escrever, e sim em praticar tudo o que Jesus lhes havia ensinado. Somente a segunda geração, que já não conheceu Jesus em vida, sistematizou todo o acontecido em vários livros, chamados de evangelhos, que significa “boa notícia” (WENZEL, 1997, p. 14).

Podemos observar que os Evangelhos escritos foram a transformação de um ensinamento oral que, por uma ameaça de esquecimento, passaram a ser transmitidos às comunidades cristãs, na sua forma escrita, mas, mesmo com essa transformação, conseguiram preservar os ensinamentos dos apóstolos e as estruturas catequéticas. É preciso ressaltar, entretanto, que a tradição oral das primeiras comunidades, transferida à textualidade, não se reteve totalmente nas linhas escritas, mas, perpassou novamente as experiências cristãs para assumir diferentes situações da oralidade, como: os provérbios, as adivinhações, os contos, as máximas, os nomes próprios, os cantos, etc.

[...] os evangelhos são resultado de um longo processo de transmissão oral no interior das diversas comunidades primitivas sobre os dito e atos de Jesus de Nazaré. Isto significa que estes escritos transmitem o que, por sua vez, receberam daqueles que foram os transmissores orais (BRAVO, 2007, p.10).

Dessa forma, gradativamente, os ensinamentos de Jesus foram abandonando a oralidade e ganharam forma escrita. Para Halbwachs (2006), quando o fato ainda tem permanência, ele pode ser concebido como memória, mas se não tem mais a permanência, ele já é história. Em outras palavras, a História marca uma descontinuidade na preservação da memória social. Quando a memória já não é capaz de resgatar por si própria os elementos do passado, surge a necessidade de escrever e publicar uma história.

Em geral a história só começa no ponto em que termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto subsiste uma lembrança, é inútil fixá-la por escrito ou puramente e simplesmente fixá-la. A necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade e até mesmo de uma pessoa só desperta quando elas já estão bastante distantes no passado para que ainda se tenha por muito tempo a chance de encontrar em volta diversas testemunhas que conservam alguma lembrança (HALBWACHS, 2006, p.101).

Como os ensinamentos dos apóstolos perpetuaram-se até os nossos dias, e como muitos destes ensinamentos ainda são apreendidos pelos cristãos, na sua forma oral ou escrita, além de matéria teológica e histórica, trata-se de memória, a memória do “povo de Deus”. Uma memória que, em grande parte, foi herdada do povo hebreu, passou pelos ensinamentos de Jesus e seguiu, daí, uma longa trajetória até chegar às *Constituições Primeiras*, em início do século XVIII.

A ligação a uma memória coletiva garante nossa aproximação com a identidade de um grupo. Quanto mais distantes estivermos das experiências e do convívio com determinado grupo, menor o número de lembranças que dele reteremos. Assim, a memória coletiva tem um forte vínculo com a nossa identidade social. Nas sociedades modernas, pertencemos a um número cada vez maior de grupos que geram uma pluralidade de memórias, as quais muitas vezes duram pouco e não são apoiadas pelas forças das tradições.

A pluralização extrema prende o indivíduo a pequenas memórias cada vez menos coesas entre si. A pertença individual aos grupos torna-se cada vez mais funcional e técnica e cada vez menos vinculada à memória orgânica e organizadora. (...) Esse fenômeno evidencia a fragilidade das identidades individuais que não são exclusivas, duram menos e se constituem sem o apoio das grandes tradições (RIVERA, 2001, p.33).

O campo religioso é uma das esferas onde fica mais evidente o papel da tradição na constituição da identidade coletiva. A memória da crucificação de Jesus, por exemplo, atravessou milênios garantindo identidade à religião cristã. Já os ensinamentos afastados do passado, e que não guardam a força das tradições, correm o risco de serem apagados. Foi nesse contexto que a Igreja cristã preocupou-se com o registro de uma história institucional, justamente no momento em que a memória coletiva de suas origens fundadoras corria o risco de dissipar-se em virtude do surgimento de outras vertentes no campo religioso cristão. A ameaça à unicidade cristã foi um dos elementos propulsores que levou a Igreja a buscar amparo no registro escrito dos ensinamentos de Jesus.

Os primeiros escritos de que temos notícia são as cartas de Paulo, endereçadas a diversas comunidades cristãs na década de 50 d.C. Além das cartas de Paulo, foram escritos os quatro Evangelhos sinóticos e outros tantos apócrifos, considerados documentos fundadores do cristianismo. Seriam registros escritos das palavras e atos de Jesus que os apóstolos narraram e, ao longo da história, foram sucedidos por outros tantos escritos norteadores dos princípios da fé e da conduta cristão.

Foi no cenário dos dois primeiros séculos que apareceram os primeiros pensadores cristãos — denominados apologistas. Os apologistas eram padres que faziam apologia ao cristianismo. Alguns procuravam justificar sua fé, apresentando argumentos em favor de suas crenças, outros buscavam explicar a fé usando os ensinamentos de Jesus, registrados nos primeiros textos bíblicos. O ofício dos apologistas pode ser sintetizado da seguinte forma:

Três tarefas esperavam aqueles que chamamos apologistas, que daí em diante são escritores de profissão: defender o cristianismo contra as calúnias do povo e queixas dos filósofos; refutar a idolatria e o politeísmo afirmando o Deus único, revelado em Jesus Cristo, e apresentar a fé cristã numa linguagem e em conceitos acessíveis a um público culto (HAMMAN, 1995, p.25).

Alguns apologistas desprezavam a filosofia helênica, porque viam nessa forma pagã de pensamento uma abertura para o pecado, a dúvida, o descaminho e a heresia. As investigações filosóficas ou científicas não poderiam, de modo algum, contrariar as verdades estabelecidas pela fé. Os religiosos não precisavam se dedicar à busca da verdade, pois ela já havia sido revelada por Deus aos homens.

Ao mesmo tempo, surgiram apologistas que, para defender o cristianismo, defendiam o conhecimento da filosofia helênica, e viam a importância de utilizá-la como instrumento a serviço do cristianismo. Conciliado com a fé cristã, o estudo da filosofia helênica ajudaria a Igreja a enfrentar os descrentes e derrotar os hereges com as armas racionais da argumentação lógica. O objetivo era convencer os descrentes, tanto quanto possível, pela razão, para depois fazê-los aceitar a fé cristã.

Entre os apologistas da Antiguidade, merecem destaque: Justino Mártir (ca.100-165), Irineu de Lião (ca.140- 202), Clemente de Alexandria (ca. 150-215), Orígenes (ca.185-254) e Tertuliano de Cartago (ca.155-220). Esses pensadores cristãos eram personalidades cultas, que utilizavam de meios literários e jurídicos para se protegerem contra discriminações à minoria à qual pertenciam. Homens que tiveram que travar uma luta teológica contra os

exageros do cristianismo judaico, contra infiltrações gnósticas no cristianismo, contra a literatura anticristã, contra heresias trinitárias e cristológicas.

A expansão do cristianismo e sua abertura à tradição intelectual grega fizeram emergir, no finalzinho do século II, as primeiras dificuldades teológicas: Muitos questionavam como a divindade de Jesus poderia ser conciliada com a unicidade de Deus. A confusão teológica era imensa e acabou deslocando-se para a divindade do Espírito Santo e para as duas naturezas de Jesus, discussões que se arrastariam por todo o século III. Entretanto, é importante ressaltar que foram essas controvérsias e debates ideológicos que acabaram contribuindo para a consolidação lenta, mas firme dos dogmas cristãos.

Sobretudo a partir do século IV, a Igreja foi enriquecida com a atuação de homens excepcionais, aos quais muito deve a tradição cristã. “Nesse período, surgiram algumas obras de catequese fundamentais para se compreender a evolução da teologia moral, as normas de conduta e a pedagogia religiosa cristã, devido a padres como Cirilo, Basílio Magno, Ambrósio, Santo Agostinho e outros” (CASIMIRO, 2002, p.61).

Da autoria de Cirilo de Jerusalém (313-387) possuímos uma *Homilia sobre o paralítico*; uma *Carta ao imperador Constantino*, referente à misteriosa aparição de uma cruz luminosa em Jerusalém; e quatro pequenos *fragmentos de homilias*. Entretanto, os estudiosos da Patrística reconhecem, como seu legado mais importante, as catequeses (ALTANER; STUIBER, 1988).

A fama de Cirilo de Jerusalém vem, sobretudo, da sua segunda obra catequética, ou seja, das 24 *Catequeses Mistagógicas* pregadas, no ambiente sugestivo da basílica do Santo Sepulcro. As *Catequeses Mistagógicas*, apresentavam e explicavam o culto cristão, particularmente os sacramentos da iniciação cristã.

As primeiras 18 Catequeses, excetuando-se uma instrução preliminar, pronunciada durante a Quaresma, são consagradas aos catecúmenos (*photizótistoi*); as últimas 5, proferidas na semana da Páscoa, aos neófitos (*neophótistoi*). As primeiras 5 Instruções versam sobre o pecado, a penitência e a fé; 6-18 constituem uma explanação continuada do Símbolo batismal de Jerusalém, que se assemelha notavelmente ao Símbolo do Concílio de Constantinopla, de 381. As últimas 5 Instruções mais breves, são as mais importantes; tratam dos sacramentos recebidos na festa da Páscoa: 19 e 20 falam do batismo; 21, da crisma; 22, da eucaristia; 23, da liturgia dos fiéis; por isso são chamadas Catequeses mistagógicas (ALTANER; STUIBER, 1988, p.315).

Suas palavras acolhedoras aos iniciados revelam a importância da conversão e o amor que predominava na sua catequese. Cirilo não usava regras metodológicas precisas, apresentava suas considerações como elas lhe vinham à mente, de maneira popular e simples. Principalmente quando a doutrina era de ordem moral, ele não observava nenhuma ordem, em tom de conversação desenvolvia as suas instruções (FIGUEIREDO, 1977).

Basílio Magno (329-379) foi conhecido como “o romano entre os gregos”, pela precisão e clareza de sua doutrina, distinguiu-se pelo que escreveu. Foi autor de várias obras, merecendo destaque as duas regras monásticas, que foram base para a organização da vida cenobítica do Oriente¹¹.

Em sua missão evangelizadora, Basílio foi exemplar. Cotidianamente, preparava os catecúmenos para o batismo, fazia pregações, celebrava, escrevia homilias e discursos para as comunidades. Sempre insistindo para que os fiéis não perdessem suas qualidades morais e de santidade que marcaram os tempos do martírio. No contexto dos estudos bíblicos, comumente indicava pistas para que os cristãos utilizassem dos autores pagãos para situar a mensagem dos livros sagrados (BOGAZ; COUTO; HANSEN, 2008).

Apesar de sua absorvente operosidade episcopal e política, Ambrósio de Milão (339-397) também encontrou tempo para publicar numerosos escritos. Entretanto, a iniciação à fé cristã e a preparação para o Batismo desempenharam papel importante na obra de Ambrósio. Dentre os escritos catequéticos podemos destacar:

a) *De mysteriis* trata do batismo, da crisma, e da eucaristia, sendo a obra, fora de toda dúvida, da autoria de Ambrósio. b) Sobre os mesmos temas e ainda sobre a oração do Senhor fala um catequista nos 6 livros *De sacramentis*, sem respeitar, no entanto, a chamada disciplina do arcano, de modo que, por estes livros, conhecemos pormenores importantíssimos para a história da liturgia. Trata-se, certamente, de notas estenografadas de catequeses, que não foram publicadas, inicialmente. Assim é compreensível haver sido a autoria de Ambrósio, por muito tempo, contestada; agora, no entanto, dificilmente lhe é negada. c) Problema análogo apresenta a *Explanatio symboli ad initiandos*, explicação catequética do símbolo em preparação ao batismo (ALTANER; STUIBER, 1988, p.383).

Dentre os Padres da Igreja que constituíam a chamada patrística, merece destaque especial Santo Agostinho (354-430). Seja pela profundidade de sua especulação teológica, seja por sua contribuição como homem da Igreja, ou por fazer parte do rol dos grandes

¹¹ Cenobítica é derivado de cenobismo que significa vida religiosa em comunidade (JORGE, 1999).

filósofos da Antiguidade tardia e, por ser autoridade fundamental para a especulação medieval posterior e mesmo, por nos ter legado *De Catechizandis Rudibus* ou *A Instrução dos Catecúmenos*. Obra que se destacou por ser um documento catequético dos primeiros séculos, um verdadeiro tratado teórico e prático sobre o modo de catequizar.

A Instrução dos Catecúmenos foi uma obra que recapitulou e sintetizou a metodologia catequética, quando Santo Agostino retomou a tríplice dimensão da catequese estruturada desde o início do século III e que fora fixada em três dimensões: instrução da fé; introdução à oração litúrgica; conversão dos costumes (PAIVA, 2005). Que podem ser resumidas no trinômio: crer, orar e agir.

A Instrução dos Catecúmenos foi um grande legado de Santo Agostinho, obra na qual ele revela sua sagacidade teológica e sua percepção psicológica, orientando com conselhos e técnicas a maneira pela qual os catequizandos deveriam ser instruídos. Com um texto breve e simples, ele descreve a maneiras pelas quais se deve conduzir a narração, a arte de exortar e dar preceitos. Ademais, ele ensina como evitar nos ouvintes o cansaço, utilizando-se para isso de ferramentas pedagógicas que envolvem a alegria e o bom humor. *A Instrução dos Catecúmenos* foi um modelo que muito contribuiu na formação de gerações de mestres catequistas, inclusive foi bastante utilizada em elaborações de modelos catequéticos posteriores (AGOSTINHO, 2005).

Para Casimiro (2002), não é fácil precisar, nos primeiros tratados apologéticos, os limites entre o que hoje se considera matéria teológica, jurídica ou canônica. Mas, afirma a autora, o embrião catequético inicial, fertilizado com os escritos dos primeiros padres da Igreja e enriquecido com as soluções filosóficas gregas, já continha toda a matéria doutrinária para a catequese dos catecúmenos de todos os tempos. Os acréscimos posteriores foram importantes, mas, acrescenta a autora, em toda a história da Igreja e da pedagogia cristã, em caso de dúvidas sobre questões dogmáticas ou em caso de dificuldades na conversão de pagãos, os argumentos mais convincentes deveriam ser buscados na pedagogia dos primeiros séculos.

Em 313, o imperador Constantino (288-337) publicou o Edito de Milão, instaurando a tolerância religiosa e a liberdade de culto entre os cristãos. Tal medida imprimiu uma virada na História da Igreja, que passou de uma Igreja afastada do poder, frequentemente perseguida, para uma Igreja associada ao Estado. Em outras palavras, a Igreja primitiva deixava de ser a igreja das catacumbas, dos mártires e dos perseguidos e passava a ser a igreja das basílicas e do poder.

Religião e Poder sempre formaram uma espécie de binômio em quase todas as sociedades. Em alguns momentos, a relação entre eles era de tal cumplicidade, que era difícil dissociar as duas partes que formavam o binômio. Em outros momentos, a relação era conflituosa ou mesmo de resistência. Na época de Constantino se estabeleceu uma relação de cumplicidade entre fé e poder, uma vez que suas intenções eram políticas. A Igreja, por outro lado, não queria ser seita, mas uma instituição que pudesse agir em todo o mundo. Nessas fronteiras mal delineadas, na tensão dialética entre cumplicidade e resistência, o cristianismo foi se firmando e garantindo seu espaço dentro do Império Romano.

Após a liberdade de culto concedida aos cristãos, a Igreja dedicou-se a definir a ortodoxia a seguir. Uma série de concílios foram convocados, com a difícil tarefa de expressar dois paradoxos específicos da fé cristã: “Só há um Deus – mas Deus revelou-se como Pai, Filho e Espírito Santo”/ “Cristo tem uma natureza divina e uma natureza humana; é ao mesmo tempo Deus e homem” (DOWLEY, 2009, p.40).

Foi com Ário da Antioquia (256-336) que a discussão chegou ao seu ápice. Ele aceitava a linha conservadora que defendia que o Pai e o Filho não tinham a mesma *ousia* (essência), segundo Ário: “O Filho não é igual ao Pai e também não é da mesma essência que ele. Ele foi criado através da vontade do Pai antes dos tempos e éons, mas não assim que tivesse sido antes criado (...) Cristo é uma criatura feita do nada” (DREHER, 2007, p.64). Ou seja, Jesus não teria coexistido desde toda a eternidade como o Pai, tendo sido criado do nada, não sendo, portanto, Filho de Deus por natureza, não seria um filho gerado, mas um filho adotivo, pelo qual não seria apropriado chamar, também, Deus (VERDETE, 2009, p.108).

Por suas ideias, Ário entrou em choque com o novo diácono, nomeado por Alexandre, chamado Atanásio (295-375), que defendia a igualdade e a codivindade do Pai e do Filho com termos emprestados à filosofia. O imperador Constantino temia que as disputas entre arianos e atanasianos dividissem a Igreja sob a qual ele queria colocar as bases de seu império. Constantino resolveu interferir diretamente na questão, convocando um sínodo de todo o Império, que deveria reunir-se em Nicéia, em 325, e resolver a questão. “Os 300 bispos reunidos definiram no “Símbolo” (fórmula de fé) a igualdade substancial (*homoousios*) do Pai e do Filho. Vários bispos, após o Concílio, retiraram sua aprovação” (FRÖHLICH, 1987, p. 33).

A passagem do “Credo de Nicéia” que foi aprovado tinha o seguinte teor:

Creemos em um Deus, o Pai onipotente, criador de todas as (coisas) visíveis e in-visíveis. E em um Senhor, Jesus Cristo, o Filho de Deus, gerado como

unigênito do Pai, isto é, da *ousia* do Pai, Deus de Deus, Luz de Luz, verdadeiro Deus de verdadeiro Deus, gerado, não criado *homoousios* com o Pai (...) (DREHER, 2007, p.65).

Como pontuou Dreher (2007) não se sabe quem sugeriu ao Imperador o termo *homoousios*, que ele usou para por fim à especulação a respeito do Logos, mas, passado algum tempo, cada um interpretava o *homoousios* à sua maneira¹². O certo é que o Concílio de Nicéia aceitou, portanto, como ortodoxia, a concepção religiosa do bispo Atanásio.

Em 380, através do Edito de Tessalônica, também conhecido como edito *Cunctos populos*, o imperador cristão Teodósio (347-395) decretou a proibição dos cultos pagãos e elevou o cristianismo à condição de religião oficial do Império romano. “Ninguém mais podia deixar de ser cristão! As comunidades cristãs perderam sua autonomia e ficaram completamente sob tutela dos bispos, por sua vez, tutelados pelo Estado” (DREHER, 2007, p.69).

No segundo Concílio Ecumênico, reunido em Constantinopla (381), Teodósio reafirmou as decisões de Nicéia e declarou a igualdade e a codivindade do Espírito Santo. O catolicismo ortodoxo foi confirmado como a religião oficial de todo o mundo romano, e o imperador empreendeu a destruição do politeísmo no mundo romano, além de beneficiar o cristianismo com vários privilégios fiscais e jurídicos (PIERRARD, 1982, p.43).

As discussões teológicas perduravam, no contexto da Igreja. Uma das questões bastante debatidas no século V era a questão da natureza humana e da natureza divina de Jesus. Um teólogo chamado Nestório (m.c.451 d.C.) separava as pessoas humana e divina de Jesus, mas, o terceiro Concílio Ecumênico, reunido em Éfeso (431), insistiu na unidade das duas. Em 449, ocorreu outro concílio em Éfeso, onde aprovaram a tese de um teólogo chamado Eutiques, o qual afirmava que, antes da encarnação, Jesus tinha duas naturezas; depois da encarnação, a divindade engoliu a humanidade, só restando uma natureza. A decisão do Concílio foi refutada pelo papa Leão de Roma, chamando o concílio de “sínodo dos ladrões”.

No IV Concílio Ecumênico, que se reuniu em Calcedônia, em 451 d. C., os bispos endossaram a posição de Leão Magno: “Jesus Cristo é uma única pessoa com duas naturezas, uma humana, outra divina, distintas, mas unidas na unicidade de sua pessoa” (DOWLEY,

¹² O termo *homoousios*, significa de igual essência (DREHER, 2007).

2009, p.41). No Egito e no Oriente Próximo, os cristãos rejeitaram as decisões do Concílio de Calcedônia, por acreditarem na “natureza única” de Jesus, ou seja, no monofisismo.

Em suma, até a oficialização do cristianismo, os cristãos eram a minoria e defendiam o seu direito de existência por meio de uma posição defensiva frente às perseguições sangrentas. Após a oficialização e a garantia de liberdade aos cristãos, a vida da Igreja passou por inúmeras transformações, além do estreitamento de seus laços com o Estado, as “massas” puderam aderir a uma igreja, então oficializada. Os quatro grandes concílios da Antiguidade ora mencionados (Nicéia, Constantinopla, Éfeso e Calcedônia) tiveram papel relevante na definição e aprofundamento dos conteúdos da fé, amenizando os questionamentos e debates que tinham surgido desde os primórdios do cristianismo, contribuindo assim para a unificação e o fortalecimento da Igreja.

Enquanto se estabeleciam as novas relações de poder ente a Igreja cristã e o Império Romano, a prática do catecumenato se desenvolvia progressivamente, na medida em que se multiplicavam os novos convertidos. Nesse novo contexto, o Estado assumiu funções que antes só pertenciam à Igreja e começa a utilizar a ação catequética para legitimar e perpetuar situações de alienação, dominação e exploração. Podemos afirmar que a Igreja foi conivente com tal ação, uma vez que, permitia que o material doutrinário se tornasse documentos ideologicamente elaborados para convencer os fiéis.

3.2 A pedagogia cristã dos teólogos medievais

3.2.1 A missão evangelizadora no mundo bárbaro

A ruptura entre o Império Romano do Ocidente e Império Romano do Oriente, no final da Antiguidade, foi também o começo da separação da Igreja Católica que veria o progressivo distanciamento entre a Igreja ocidental e a Igreja oriental.

Na Igreja, a ruptura é visível. Basta comparar a diferença entre a geração de Ambrósio (que conhece bem o grego e a teologia oriental) e a de Agostinho (apenas quinze anos mais novo!), que não conhece bem nem o grego nem a teologia do Oriente. Até as heresias são diferentes! O Ocidente ignora apolinarismo, nestorianismo, monofisismo, que dividem o Oriente; o Ocidente ignora o pelagianismo ocidental, que tanto trabalho dará a Agostinho (MATOS, 1997, p.114).

Fragmentado, o Império romano sofreu sucessivas invasões dos povos germânicos que, empurrados por eslavos e asiáticos, conseguiram atravessar as fronteiras do antigo Império Romano e, aos poucos, se estabeleceram nas regiões da Europa Central e Ocidental. No final do século V, a Igreja do Ocidente não era mais protegida pelas autoridades romanas. Ela se via diante de reis germânicos, de tendência ariana, donos das regiões recém-conquistadas, os quais, às vezes, perseguiram os chefes da Igreja, por serem católicos ou mesmo por representarem o mundo romano que ainda resistia às invasões (MATOS, 1997).

Mesmo em meio às adversidades, a Igreja acabou tendo um papel notável na salvaguarda de valores culturais e humanitários, tanto do cristianismo como da humanidade, no seu todo.

Gradativamente, os bispos, cuja responsabilidade civil também havia aumentado nesse período de crise, prosseguiram o seu trabalho evangelizador junto aos pagãos, tanto nas cidades, quanto no meio rural (MATOS, 1997). O primeiro povo bárbaro que se converteu ao cristianismo foi o visigodo, mas a Igreja teve seu primeiro grande sucesso quando São Remígio, bispo de Reims, aceitou o rei dos francos, Clóvis, na comunidade católica. O batismo do rei serviu de exemplo para o povo franco e para outras tribos germânicas. Curiosamente, os francos passaram diretamente do paganismo para o cristianismo. Esta conversão estabeleceu uma ponte sobre o abismo que mantinha separada a população romana da germânica, facilitando, posteriormente, uma aliança entre a Igreja e o reino dos francos, associação que se consolidaria durante o reinado de Carlos Magno.

Essa aliança entre os francos e a Igreja simbolizou o início de um pacto entre os dois poderes medievais: por um lado, o poder espiritual (personificado pelo Papa) e, por outro lado, o poder temporal (personificado pelo Rei ou Imperador). Nesse jogo de interesses, ambos saíram ganhando. Enquanto a autoridade civil ganhava uma legitimação religiosa, a Igreja era beneficiada com a proteção do Estado. É preciso destacar, no entanto, que esta aliança foi permeada por disputas constantes e que o equilíbrio entre o “altar” e o “trono” raramente foi estável.

A relação íntima entre a Igreja e o rei/imperador, que recebe a unção (e com isso o poder religioso sobre seus súditos) das próprias mãos da Igreja, torna-se uma fonte permanente de tensões, cada uma das partes aspirando e devendo aspirar à subordinação da outra, numa luta constante (FRÖHLICH, 1987, p.57).

Já no plano educacional, a educação desenvolveu uma estreita união com a Igreja, com a fé e com as instituições eclesiais, que eram as únicas delegadas a educar, a formar e a

conformar. O conhecimento só era considerado válido se passasse pelo crivo da Igreja Católica, grande mentora e dominadora do conhecimento. Aos poucos, as escolas profanas, herdeiras da Antiguidade, foram desaparecendo. Em seu lugar emergiram escolas religiosas. Que a um só tempo instruíam nas *litteris et bonis moribus* (MARROU,1990)¹³.

As invasões bárbaras tiveram reflexos em vários âmbitos. Um dos efeitos mais notáveis dessas invasões foi a separação da Igreja Ocidental de suas fontes helênicas. Esse movimento de separação, iniciado por Santo Agostinho (pouco à vontade na língua e no pensamento grego), foi se acentuando até o ponto em que o Ocidente foi obrigado a viver uma autarquia cultural. Segundo Manacorda (1996), o Papa Gregório Magno, o último escritor de destaque no Oriente latino, e que costuma ser considerado o mais duro adversário da cultura clássica, apresentou em suas cartas posicionamentos exigindo que a formação do clero e a educação do povo cristão não se contaminassem pelas seduções pagãs.

Ainda segundo o autor (1996), até mesmo entre os homens da Igreja verificou-se um processo de empobrecimento cultural. No Concílio de Cartago (400), por exemplo, estabeleceu-se que os bispos estavam proibidos de lerem os textos clássicos. Esta ruptura com as raízes gregas foi acompanhada de uma regionalização literária e teológica, que foi se intensificando até Carlos Magno, responsável por reconstruir um novo Ocidente cristão.

Graças ao imperador Carlos Magno, a educação teve um novo impulso no século VIII. A cultura greco-romana guardada nos mosteiros teve um reflorescimento, embasando as reflexões da época. Escolas ligadas às instituições católicas foram emergindo, e nelas a educação romana foi utilizada como modelo. No ambiente cultural das escolas e universidades do século XI, surgiu uma produção filosófico-teológica denominada escolástica. A busca da harmonia entre a fé e a razão passou a ser o centro das discussões filosóficas nesse novo contexto.

Nascidas conjuntamente, a Universidade e a escolástica estão ligadas uma à outra: a Universidade é o corpo fechado constituído pelos mestres e a escolástica é o ensino magistral que a Universidade tem por função proporcionar. Vivem uma para a outra: não há Universidade sem escolástica, nem escolástica sem Universidade (LE GOFF; SCHMITT, 2006, p.367).

A aproximação com os árabes fez os europeus terem acesso às traduções e comentários das obras de Aristóteles que, até então, eram desconhecidas por eles. Paulatinamente, a filosofia aristotélica foi penetrando o pensamento escolástico. A escolástica

¹³ Nas letras e nas virtudes.

passou então a se beneficiar de duas heranças: “de um lado, da tradição de pais latinos, cujos textos são autoridades; de outro lado e ao mesmo tempo, dos textos recebidos do saber grego e do saber muçulmano” (LE GOFF; SCHMITT, 2006, p.369).

3.2.2 A pedagogia monacal

Outra valiosíssima contribuição que a Igreja recebeu, nesse processo de abertura de extensas ações missionárias, foi dos monges, religiosos, que, ao lado dos bispos, foram promovendo uma profunda transformação a partir do espírito que reunia a diversidade heterogênea numa única e sólida cristandade. Homens que se dispunham a ser educadores nesse novo contexto e que tiveram um papel decisivo na aproximação dos povos bárbaros com o cristianismo e também na conservação da tradição cultural greco-romana

Graças aos mosteiros e aos seus monges, nomeadamente os beneditinos, é que, num mundo em convulsão, foram preservados escritos antigos do cristianismo, bem como os escritos clássicos greco-romanos. Escritos que seriam usados como fonte nos momentos em que surgissem novas controvérsias dentro da Igreja, ou mesmo quando ela precisasse estabelecer novas diretrizes, novos dogmas, novos modelos pedagógicos, novos catecismos, etc.

Dentre todas, a figura que mais poderia ilustrar a pedagogia monacal no Ocidente foi São Bento de Núrsia (480-547), monge que fundou o mosteiro de Monte Cassino, berço dos beneditinos, e uma regra para seus próprios monges. Uma regra que, pelo equilíbrio com que harmonizou as diversas expressões da vida monástica, deu ao monaquismo ocidental sua forma quase definitiva. Com o lema *ora e labora*, a regra de São Bento defendia a necessidade da oração e do trabalho, além de enfatizar a obediência ao abade e a observância da humildade.

O certo é que a afluência dos bárbaros despertou a consciência pastoral da Igreja. Aos poucos, os líderes eclesiais se convenceram de que em lugar algum encontrariam forças tão eficazes para subtrair o povo cristão do barbarismo e evangelizar os pagãos, por isso, quase todos os mosteiros europeus adotaram a regra de São Bento e o monaquismo ocidental foi evoluindo para uma unidade (MATOS, 1997).

O Papa Gregório Magno (550-605), monge beneditino, foi responsável por dar um grande impulso à atividade missionária dos monges, atuando inclusive além das fronteiras do

antigo Império Romano. A ele devemos, em boa parte, a conversão da Europa ao cristianismo, quando esse continente testemunhava, além das invasões bárbaras, dois acontecimentos trágicos: a perda de fiéis para o Islã e o cisma da Igreja no Oriente.

Gregório Magno tinha consciência de que os bárbaros haviam chegado para ficar, assim, com a ajuda de seus bispos, impôs-se o objetivo de evangelizar a Europa. O modo de agir dos beneditinos, orientados por ele, consistia em conquistar para a fé, em primeiro lugar, os reis e os nobres. Paulatinamente, o povo acabava seguindo o exemplo de seu monarca. Ele também dava instruções para as obras de expansão da Igreja, incentivando sempre que possível, a adaptação da ação pastoral aos costumes locais. Segue um trecho das instruções que o Papa Gregório Magno deu aos religiosos da Inglaterra:

Desde que tu nos deixaste e te seguíamos com o pensamento, achamo-nos na maior incerteza, não tendo recebido nenhuma notícia da conclusão feliz de vossa viagem. Agora que o Deus todo poderoso vos conduziu até o nosso venerável irmão, o bispo Agostinho, transmiti-lhe o que, depois de longa reflexão, eu decidi a respeito dos Bretões. Os templos que este povo consagrou aos deuses não devem ser destruídos; destruí-se-ão apenas as imagens dos deuses que neles se acham. Que se benza a água, que se faça aspersão com ela no interior dos templos, que se levantem altares e neles se ponham relíquias. Porque quando estes templos são construídos solidamente, é preciso subtraí-los ao culto dos demônios e consagrá-los ao culto do Deus verdadeiro. Quando virem que seus templos não foram destruídos, este povo arrancará o erro de seu coração para reconhecer e adorar o Deus verdadeiro e ele se reunirá mais facilmente em lugares que lhe são familiares (EUSÉBIO DE CESÁREIA, 1999, p.70-71).

Outra figura de grande destaque dentro do pensamento cristão medieval e uma das mais ilustres figuras da escolástica, foi São Tomás de Aquino (1225-1274), que procurou elaborar uma síntese entre a educação cristã e a educação clássica, e estabelecer uma educação integral que favorecesse o desabrochar de todas as potencialidades do indivíduo. Na concepção de Casimiro (2002), a obra e a importância de São Tomás devem ser compreendidas dentro do ambiente histórico do século XIII, onde ele buscou distinguir a Filosofia da Teologia sem, contudo, advogar uma separação prática entre essas duas áreas do saber.

3.2.3 Entre a filosofia e a fé: São Tomás de Aquino

Inserida no movimento escolástico, a filosofia de São Tomás de Aquino tinha como objetivo organizar um conjunto de argumentos para demonstrar e defender as revelações do

cristianismo. Para isso, o teólogo fez uso da filosofia de Aristóteles, e buscou elementos racionais que explicassem os princípios da fé cristã. Com o apoio da filosofia aristotélica, São Tomás de Aquino conseguiu uma sistematização da doutrina cristã que, na sua essência, abarcava muitos elementos estranhos ao aristotelismo: o conceito da criação do mundo, a noção de um deus único, a ideia de que o vir-a-ser (a passagem da potencia ao ato) não é autodeterminado, mas procede de Deus (COTRIM, 2000). Boehner e Gilson esclarecem mais um pouco essa questão afirmando que:

Foi a S. Tomás que coube a empresa histórica de retificar, num sentido cristão, este aristotelismo malsão que corria ao lado da teologia, sem correlação orgânica com ela, e de superá-lo de tal modo que, depois de depurado e organicamente integrado no edifício teológico, ele passasse a servir de fundamento seguro para a mesma teologia. Na explanação dos textos tomistas importa não perder de vista que os termos e conceitos aristotélicos devem ser interpretados à luz do pensamento de Tomás, e não do de Aristóteles (BOEHNER; GILSON, 1995, p.447).

Inicialmente, São Tomás de Aquino encontrou grandes dificuldades para desenvolver seu trabalho, uma vez que o papado combatia a predominância dos dialéticos sobre os teólogos. Para a Igreja, a dialética não deveria ser mais do que um instrumento auxiliar e os mestres de teologia não deveriam fazer "ostentação de filosofia", era o que determinava uma disposição papal de 1231. No entanto, aos poucos, a filosofia aristotélica foi ganhando adeptos cada vez mais entusiasmados entre os dialéticos, que nela viam um alimento intelectual superior e se esforçavam para adaptá-la à revelação bíblica.

Entretanto, as oposições da Igreja acabaram caindo no vazio, diante do entusiasmo do público. O papa Gregório IX limitou-se então a ordenar a propagação das obras de Aristóteles, desde que expurgadas de afirmações contrárias aos dogmas da Igreja. Iniciava-se assim a cristianização da filosofia aristotélica, o que só veio a se tornar possível graças ao espírito analítico, à capacidade de ordenação metódica e à habilidade dialética de São Tomás de Aquino, que conseguiu aliar brilhantemente as ideias de Aristóteles a um profundo sentimento de fé cristã (BARAÚNA, 1979).

Para a Igreja Católica, São Tomás de Aquino tornou-se um Doutor por excelência. Para confirmar essa condição basta analisar o pensamento de um intelectual católico contemporâneo:

Não só transportou para o domínio do pensamento cristão a filosofia de Aristóteles na sua integridade, para fazer dela o instrumento de uma síntese teológica admirável, como também e ao mesmo tempo superelevou e, por

assim dizer, transfigurou essa filosofia. Purificou-a de todo vestígio de erro (...) sistematizou-a poderosa e harmonicamente, aprofundando-lhe os princípios, destacando as conclusões, alargando os horizontes, e se nada cortou, muito acrescentou, enriquecendo-a com imenso tesouro de tradição latina e cristã (JACQUES MARITAIN, 1989, p.65).

Por outro lado, filósofos não cristãos questionaram os méritos da filosofia de São Tomás de Aquino, considerando seus argumentos insuficientes para justificar sua reputação:

Há pouco do verdadeiro espírito filosófico em Aquino (...) Não está empenhado numa pesquisa cujo resultado não possa ser conhecido de antemão. Antes de começar a filosofar, ele já conhece a verdade; está declarada na fé católica. Se, aparentemente, consegue encontrar argumentos racionais para algumas partes da fé, tanto melhor; se não, basta-lhe voltar de novo à revelação. A descoberta de argumentos para uma conclusão dada de antemão não é filosófica, mas uma alegação especial. Não posso, portanto, admitir que mereça ser colocado no mesmo nível que os melhores filósofos da Grécia ou dos tempos modernos (RUSSELL, 1982, p.174).

Independente das discordâncias sobre os méritos de São Tomás de Aquino, é praticamente unânime o reconhecimento de que sua extensa obra, que, adequada ao seu tempo, representou o apogeu do pensamento medieval católico, fundamentou a pedagogia teológico-moral da Igreja de sua época e, graças à sua importância, influenciou toda a pedagogia cristã posterior.

Foi na *Suma Teológica* que o “Doutor Angélico” reuniu em uma única síntese todas as tendências da tradição anterior, dando à Teologia Moral uma nova configuração. Os sete pecados, chamados capitais, foram relacionados por São Tomás de Aquino na sua *Suma Teológica*. Em 1256, ele expôs em cinco opúsculos separados o Símbolo, o Padre Nosso, a Saudação Angélica, o Decálogo e os Sacramentos. Nesses opúsculos, São Tomás de Aquino afastou-se de seu habitual método científico e constituiu uma verdadeira catequese pré-batistal. Em 1281, o Sínodo de Lambeth fez dos opúsculos tomistas um conjunto doutrinário, ao qual acrescentou explicações sobre as obras de misericórdia e as sete virtudes contrárias aos sete pecados capitais (MARTINS, 1951).

No aspecto pedagógico, São Tomás de Aquino desenvolveu um pensamento compassado com a Filosofia cristã, no qual, com base no pensamento aristotélico, atualizou o pensamento de Santo Agostinho. O Bispo de Hipona havia feito uma vigorosa análise do ato docente num trabalho cognominado *De Magistro*. Nove séculos depois, São Tomás de Aquino retomou o tema readmitindo, como Santo Agostinho, que o verdadeiro mestre que ensina dentro de nossa alma é Deus. Assinalando as qualidades do mestre cristão e a base

psicológica do ensino, ele fez ver a necessidade do educando no processo educativo (ROSA, 1993).

Os escritos pedagógicos de São Tomás de Aquino, também intitulados *De Magistro*, exerceram grande influência em toda a educação ocidental posterior. Sendo inclusive transplantado para o Brasil pelos jesuítas que aqui chegaram, inaugurando uma nova fase da escolástica, denominada escolástica ibérica. Dentre eles merece destaque o Jesuíta Jorge Benci que, por meio de sua obra *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, influenciou o sínodo responsável pela elaboração das *Constituições Primeiras*.

3.3 Evangelização e catequese entre o velho e o novo mundo

3.3.1 Tudo pela glória de Deus

A chegada dos europeus à América pelos navegadores europeus, a revolução da imprensa pelo alemão Gutenberg, o Humanismo, o Renascimento Cultural, a Reforma Protestante, o Concílio de Trento, a política mercantilista, foram alguns acontecimentos que agitaram a Europa no início da modernidade. Nesse mesmo momento histórico, foi criada a Companhia de Jesus e, com ela, chegaram os primeiros jesuítas ao Brasil, com a missão de catequizar, fazer pregações, ouvir confissões e cuidar da educação como meio para o homem chegar ao seu fim maior predestinado, o contato com Deus e seus ensinamentos, em fim, “alcançar a vida eterna”¹⁴.

Como Ordem oficial da empreitada colonial tanto portuguesa quanto espanhola, os padres jesuítas catequizaram os índios, conquistando, desta maneira, novos fiéis para a igreja católica, então defasada devido à adesão de alguns países ao protestantismo. Além da catequese dos índios, coube aos padres jesuítas também instruir os filhos dos colonos, e cuidar para que os colonos que estavam em terras distantes da Europa não se desviassem dos dogmas católicos (ARNAUT DE TOLEDO; RUCKSTADTER, 2007, p. 34).

¹⁴A primeira representação da Companhia de Jesus que chegou ao Brasil era encabeçada pelo Padre Manoel da Nóbrega e composta por seus companheiros Padre Leonardo Nunes, João Azpilcueta Navarro e Antonio Pires, e os irmãos Vicente Rodrigues e Diego Jacome (PUENTES, 2002).

Os jesuítas que aqui aportaram estavam imbuídos de uma mentalidade de conquista espiritual, reflexo do espírito cruzadista, tão presente na Europa do século XVI. Para Azzi (2008), essa mentalidade não era uma particularidade dos membros da Companhia de Jesus, pois outras ordens religiosas também participavam do mesmo impulso missionário.

Fundada pelo padre espanhol Inácio de Loyola (1491-1556) em 1534, embora passasse a existir oficialmente com a bula papal *Regimini Militantes Ecclesiae*, criada pelo papa Paulo III, em 27 de setembro de 1540, a Companhia de Jesus surgiu no seio da Igreja Católica logo após a ruptura da cristandade ocorrida com a Reforma Protestante (VAINFAS, 2000).

Iñigo Lopez de Loyola nasceu, na província de Guipúzcoa. Ainda muito jovem foi enviado pelo pai para o lar de João Velázquez, onde foi treinado nas maneiras e nas habilidades apropriadas a um cortesão. Após a morte de Velázquez, Iñigo entrou no serviço militar, e foi ferido na Batalha de Pamplona. Em sua convalescência, o jovem militar, chegou à convicção de que Deus estava lhe falando e que deveria começar uma vida nova. Uma vez recuperadas suas forças físicas, ele seguiu para o mosteiro beneditino de Montserrat, na Catalunha, onde daria seu primeiro passo em direção à peregrinação a Jerusalém, período em que a inquietação tomou conta de sua alma, sendo acalmada quando começou a usar suas experiências religiosas para ajudar os outros. Provavelmente foi nesse período que emergiram os elementos essenciais dos seus *Exercícios Espirituais* (O'MALLEY, 2004).

Ainda segundo o autor (2004), em 1523, após muitas inquietações e frustrações, Iñigo chegou a Jerusalém de onde não queria mais sair. Mas ao perceber que seu plano, de ajudar almas, não era atingível naquele momento voltou para a Europa, onde se dedicou aos estudos (Alcalá, Salamanca e Paris), adotando nessa época o nome de Inácio. No Colégio de Santa Bárbara, conheceu Favre e Xavier, que seriam seus primeiros recrutas no grupo que daria origem à Companhia de Jesus.

A Companhia foi fundada para a “defesa e propagação da fé” e pelo “progresso das almas na vida e doutrina cristãs”. Foi fundada “para a maior glória de Deus” – ad majorem Dei gloriam, uma frase ou idéia encontrada mais de cem vezes nas Constituições e, com o tempo, adotada extra-oficialmente pelos jesuítas como seu lema (O'MALLEY, 2004, p.39).

Quando Loyola morreu (1556), a Companhia, sob a sua liderança, já tinha elaborado três documentos, que direcionavam, de maneira muito rígida, a metodologia jesuítica: o texto dos *Exercícios Espirituais*, a parte IV das *Constituições da Companhia de Jesus* e o *Ratio Studiorum*.

Os *Exercícios*, que eram verdadeiras práticas mnemônicas, foram inicialmente pensados por Loyola como procedimento e método para potencializar a capacidade de interiorização, contudo ele se deu conta de que também poderia ser empregado por outros, ou seja, poderiam servir como instrumento de evangelização. Segundo Casimiro (2002), os *Exercícios* não eram um tratado de teologia ou espiritualidade, mas, um manual prático, com indicações para um orientador e um exercitante da prática espiritual, com sugestão de temas, para meditação à luz do Evangelho.

Profundamente marcada pelos *Exercícios Espirituais*, as *Constituições* elaboradas em 1547, porém concluídas em 1551, compunham o texto legislativo máximo da Ordem e dedicam uma boa parte à educação (Parte IV). Intitulada ‘*Como instruir nas letras e em outros meios de ajudar o próximo os que permanecem na Companhia*’, o texto era destinado aos jesuítas para instruí-los no trabalho docente, dentro do objetivo apostólico, que a Ordem pretendia realizar (KLEIN, 1997).

Segundo Arnaut de Toledo e Ruckstadter (2010) as *Constituições* são essenciais para a compreensão desses ideais inacianos, além de nos fornecer informações a respeito da própria organização e estruturação da Ordem. Um texto que completa os *Exercícios Espirituais*, uma vez que estes, cuidam da parte espiritual e individual e as *Constituições* cuidam da vida em grupo, isto é, organizam a Companhia de Jesus e a vida de seus membros.

O *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*, comumente chamado *Ratio Studiorum*, na sua versão definitiva, de 1599, era o conjunto de normas pedagógicas, com seiscentas regras que permitiram a prática educativa, religiosa e missionária dos jesuítas (CASIMIRO, 2007). De acordo com Arnaut de Toledo (2013), o *Ratio Studiorum* não expressa ou indica um novo método pedagógico. Ele é explicitamente tributário do *modus parisiensis* de ensino e aprendizagem, indicando, este, sim, clara filiação escolástica.

Ainda sobre o *Ratio Studiorum*:

O documento é um conjunto de regras destinadas à organização dos estudos nos colégios da Ordem. É destinado, também, a dar parâmetros para os estudos, avaliar as responsabilidades e atribuições e, ainda, reger as formas de avaliação e promoção nas escolas - estabelecendo metas, objetivos e procedimentos universais. As regras sempre partem do superior da hierarquia para chegar aos inferiores. Primeiramente, vêm as regras para aqueles que devem mandar; depois, as regras para os que devem obedecer (ARNAUT DE TOLEDO, 2013, p. 19).

Inicialmente, a catequização e a evangelização nortearam os caminhos da Companhia de Jesus que obteve importante destaque no Brasil, uma vez que os jesuítas foram os

responsáveis por estabelecer uma evangelização sistemática desde que chegaram. À vinda dos jesuítas para as terras brasileiras estava explicitamente associada ao processo de organização da empresa colonizadora e o trabalho realizado por esses padres visava colonizar e transformar a colônia.

A instalação dos jesuítas em Portugal e seus domínios ultramarinos foi muito precoce pois, já no ano seguinte ao reconhecimento formal da Companhia, o padre Francisco Xavier dirigiu-se para o Oriente, passando a pregar no Índia e no Japão. No Brasil, o primeiro grupo, liderado por Manuel da Nóbrega, chegou em 1549, na comitiva de Tomé de Souza (VAINFAS, 2000, p.326).

A cristandade também era interesse dos portugueses, o que pode ser evidenciado desde a primeira expedição que aportou em terras brasileiras, muito antes da decisão pela colonização, quando o escrivão da esquadra Pero Vaz de Caminha ao descrever as maravilhas, recursos e frutas da Terra de Vera Cruz, teria afirmado: “contudo, o melhor que dela se pode tirar parece-me que será salvar essa gente. E essa deve ser a principal semente que Vossa Alteza em que ela deve lançar” (CAMINHA, 1996, p.18). Ao descrever as riquezas naturais da “Ilha de Vera Cruz”, Caminha revela desde o primeiro instante, as preocupações mercantis da colonização portuguesa na América. Mas a cruz, emblema da Ordem de Aviz, símbolo da fé católica, anunciava, igualmente, seu caráter religioso, evangelizador.

Pela análise da carta de Pero Vaz de Caminha, podemos perceber a importância que foi destinada ao aspecto religioso da conquista, enfatizando-se, desde o início, a necessidade de agregar os habitantes da nova terra à fé cristã.

A monarquia portuguesa, que havia recebido dos pontífices romanos da época os direitos de padroado sobre as terras descobertas e sobre as futuras conquistas, chamou então os jesuítas e confiou-lhes a missão da conquista espiritual desse novo estado¹⁵. Os missionários jesuítas colocavam-se diretamente a serviço dos monarcas católicos; comprometendo-se assim em defender os interesses régios no exercício de sua tarefa evangelizadora. Eles tinham consciência de que sua missão religiosa inseria-se num projeto maior, transformar os habitantes das novas terras em súditos do reino (AZZI, 2008).

Segundo Paiva (1982), a integração dos jesuítas ao estamento dominante fez com que agissem de acordo as concepções e interesses deste estamento, mas, ainda segundo o autor, não eram só os jesuítas, era toda a Igreja quinhentista que estava aliada aos “donos do poder”,

¹⁵ Através do Regime do Padroado, outorgado desde meados do século XV, a Coroa lusitana assumia o “múnus” de administradores eclesiásticos das regiões descobertas (LUSTOSA, 1992).

através da concepção do “*orbis christianus*”¹⁶. Concepção que corroborou para que a dominação territorial e a conversão cristã caminhassem de mãos dadas.

Inicialmente, apenas os jesuítas receberam autorização da Coroa portuguesa para atuarem como evangelizadores dos povos indígenas no Brasil. Escolhida pelo monarca D. João III (1502-1557), a Companhia de Jesus foi encarregada oficialmente da missão de transformar os indígenas em súditos da Coroa Lusa, mediante a conversão (AZZI, 2008). Para Lustosa (1992, p. 19), os clérigos e missionários que passaram pelo Brasil nos primeiros anos de colonização, pouca importância deram à tarefa sistemática de catequese propriamente dita. Somente em 1549, quando foi instituído o primeiro governo geral do Brasil com a nomeação de Tomé de Souza é que começou a fase da catequese institucionalizada.

Quando teve início a União das Coroas Ibéricas em 1580, ocorreu o ingresso de outras ordens religiosas no Brasil. Vieram para o Brasil: franciscanos, beneditinos, carmelitas, mercedários e capuchinhos¹⁷. Azzi (2008) salienta que duas razões principais motivaram a fixação dessas ordens em solo brasileiro: o desejo de expansão de suas obras no novo território e as solicitações insistentes das lideranças locais. A motivação desse apelo estava no fato de que a edificação de um convento ou igreja dava prestígio a localidade, facilitando assim sua ascensão de povoado à categoria de vila e de vila à categoria de cidade.

3.3.2 O projeto jesuítico: catequese tradicional e catequese missionária

A doutrinação iniciou-se por missões volantes, nas quais os padres saíam pelas aldeias pregando a Doutrina cristã, quando se expunham a enormes perigos. Alguns chegaram a ser devorados pelos indígenas. Em outros casos, eles tinham que enfrentar os pajés e a cobiça dos bandeirantes de apresamento. Para contornar tais dificuldades, a Ordem resolveu inverter o processo: em vez de abrir-se sem limites em direção às aldeias indígenas, ela passou a reduzi-las em aldeamentos cristãos (PAIVA, 1982).

¹⁶ O “*orbis christianus*” era uma imagem cristã medieval do mundo. Fundada na crença de que o mundo era de Deus, cujo representante na terra seria a Igreja Católica. Este Deus, por ser verdadeiro, exigia que todos o reconhecessem e lhe prestassem culto. A verdade absoluta, era o princípio e o fim do “*orbis christianus*” (PAIVA, 1982).

¹⁷ Tania Conceição Iglesias em seu trabalho, *A experiência educativa da ordem franciscana: aplicação na América e sua influência no Brasil colonial*, afirma que os franciscanos chegaram ao Brasil muito antes que os jesuítas, Segundo a autora, documentos comprovam a ação desses missionários em Santa Catarina no ano de 1538 (IGLESIAS, 2010).

Embora detentor de uma visão apologética sobre a Companhia de Jesus, Serafim Leite (2004) descreve, com precisão, como era realizada a distribuição quotidiana nas aldeias: ao romper da manhã, tocava-se a campainha (substituída mais tarde pelo sino) chamando para a missa. As crianças juntavam-se à porta da Igreja ou dentro do altar-mor, onde ajoelhados e repartidos em dois coros iguais, geralmente os meninos de um lado e as meninas de outro, onde faziam o sinal da cruz, recitavam o hino *Veni Creator Spiritus* e entoavam o Rosário do nome de Jesus:

Começava um coro em voz alta: “*Bendito e louvado seja o Santíssimo Nome de Jesus*”. Respondia o outro coro: “*E da Bem-aventurada Virgem, mãe, para sempre, amen*”. Repetiam essas duas partes do coro por dez vezes e finalizavam todos juntos: “*Gloria Patri et Filio et Spiritui Sancto, amen*” (LEITE, 2004, II, p.233).

De acordo com Serafim Leite (2004), o Rosário era recitado até começar a missa, que era depois assistida em silêncio, ora de joelhos, ora de pé e de mãos postas. Findada a missa, os adultos se retiravam para as suas fainas e as crianças recebiam os ensinamentos catequéticos. Um Padre ou Irmão ensinava-lhes as orações mais comuns, Padre-Nosso, Ave-Maria, Salve-Rainha, Credo e as fórmulas da doutrina cristã; depois ensinavam o catecismo dialogado, a princípio na língua portuguesa e, mais tarde, também na língua tupi. Acabada a doutrina, os indígenas faziam um rápido almoço. Começava então o ensino do abecedário: ler, escrever, cantar e tocar instrumentos musicais. Em algumas aldeias, a escola terminava com a Salve-Rainha. E os indígenas podiam ir para suas casas.

Ao anoitecer, juntavam-se novamente à porta da Igreja, formavam uma procissão, tendo a cruz alçada à frente, seguiam cantando, em voz alta, cantigas santas na própria língua, até uma cruz erguida no terreiro, onde faziam as orações e encomendavam as almas do purgatório. Concluídas as orações, voltavam da mesma forma até a porta dos Padres, entoavam novamente o Rosário do nome de Jesus. Após receberem a benção do Padre, voltavam para casa. Algumas vezes, antes de dormir, ainda ensinavam a doutrina aos pais (LEITE).

Podemos afirmar que, desde os primórdios da colonização, a catequese indígena, esteve entre as prioridades da colonização portuguesa, embora, evidentemente fosse, menos importante do que os interesses comerciais. Esse interesse foi sendo dilatado ao perceberem a crescente resistência dos nativos ao avanço português e a aliança de muitos indígenas com os franceses. A Coroa concluiu, então, que sem a catequização e pacificação dos indígenas, seu projeto colonizador estaria ameaçado.

Por outro lado, os jesuítas perceberam que a conversão dos indígenas adultos à fé católica seria uma tarefa árdua e extremamente demorada; a maioria dos indígenas tinha

dificuldade para abandonar suas tradições religiosas e seus costumes tribais. Os jesuítas decidiram-se então pelos jovens, que eram mais maleáveis e mais fáceis de serem convertidos e catequizados. Os jesuítas acreditavam que os jovens poderiam, uma vez que tivessem conhecimento razoável da fé, ajudar na conversão de seus pais e de outros adultos da tribo (AZZI, 2008).

Como podemos observar, a “integração” entre os nativos e os religiosos foi acontecendo aos poucos, sempre que um problema de relacionamento entre os dois grupos de configurava. Com o processo de catequização e com a elaboração dos manuais catequéticos, a lógica era a mesma: as dificuldades de compreensão do catecismo vernáculo ou latino levou a necessidade do catecismo em Tupi, as dificuldades em compreender o panteão das divindades cristãs levou à necessidade do sincretismo dos santos.

Para facilitar o processo de conversão, foram trazidos de Portugal alguns órfãos, que convivendo com jovens indígenas poderiam facilitar a assimilação das tradições e costumes lusitanos, criando-se assim condições para a catequização. Para facilitar essa assimilação, os jesuítas permitiam que os meninos órfãos também cultivassem alguns costumes indígenas, como o idioma, o canto e a dança. Com a chegada de D. Pero Fernandes Sardinha (1496-1556), primeiro bispo do Brasil, essa prática foi condenada, embora Nobrega continuasse a utilizar. Conforme Azzi (2008), D. Pero Sardinha teria afirmado que os jesuítas estavam invertendo as coisas; ao invés de converterem os indígenas à fé católica, estavam fazendo com que os meninos portugueses se tornassem pagãos.

Inconscientes ou não, do apagamento da memória coletiva indígena, ou da adaptação dos jesuítas às necessidades dos ameríndios, estes continuaram adentrando o território brasileiro. A penetração e a exploração do território, nas décadas posteriores, só agravaram o problema com os indígenas, ao apresentaram uma diversidade de etnias e culturas, cuja distinção foi se revelando mais notória à medida que as expedições se voltavam para o interior. A solução foi buscar uma catequese que estivesse mais próxima às tradições nativas, começando pelo aprendizado das línguas.

Nessa etapa de evangelização, o conhecimento da língua tupi ou brasílica, que era a matriz falada ou, pelo menos, entendida pelas tribos do litoral, foi de suma importância para a eficiência da catequese. Para avançar no adiestramento da língua, muito contribuiu a *Arte da Gramática*, de autoria do padre José de Anchieta que, antes de ser impressa em 1595, circulou pela colônia em cópias manuscritas (LUSTOSA, 1992).

A catequese missionária impôs aos jesuítas, gradativamente, novas estratégias de atuação que facilitassem o processo de conversão dos indígenas. De acordo com Lustosa

(1992), aproveitando o domínio da língua tupi e de outros dialetos aprendidos, os padres ampliaram as experiências catequéticas com técnicas e métodos diversificados. Peças teatrais, procissões, músicas e danças passam a integrar o quadro pedagógico de uma catequese que foi se tornando muito mais atraente aos ameríndios e que não poupava esforços na tentativa de seduzi-los para a vida cristã.

O teatro foi um recurso muito utilizado pelos padres da Companhia de Jesus, principalmente com intuito catequético. Na Europa, no Brasil, ou em qualquer outra parte do mundo onde houvesse um colégio jesuítico, temos referências quanto à utilização do teatro enquanto instrumento pedagógico (TOLEDO; RUCKSTADTER, 2007, p.4).

Quando se iniciou a colonização do Brasil, era comum aos religiosos, trazerem da Europa e, particularmente, da Península Ibérica os manuais de catequese que por lá circulavam. Mas, a dificuldade de atingir tribos de formações culturais tão diversas, levou os jesuítas a redigir os primeiros catecismos em língua brasílica. A partir dos catecismos europeus, foram muitos os jesuítas que redigiram e publicaram catecismos que saíam do prelo sob os mais diversos nomes. Além dos catecismos dos jesuítas, tivemos catecismos de outras ordens religiosas que atuaram no Brasil a partir de 1580.

Na história do Brasil, desde cedo se fez sentir a falta desses manuais, apropriados para a catequização dos infiéis. Coube aos missionários que aqui chegaram organizar cartilhas ou cartinhas para esse fim, Alguns compuseram obras inteiras originais; outros adotaram a matéria dos catecismos europeus, alguns foram impressos e outros eram copiados à mão (MARTINS, 1951, p.25).

Segundo Le Goff (2012), a memória ocidental sofreu uma lenta, mas, intensa transformação, em decorrência da invenção da imprensa. No que diz respeito aos catecismos, a imprensa facilitou a edição de manuais que, produzidos segundo moldes clássicos, foram utilizados como instrumentos de catequização entre os colonos. Os *Catecismos* do jesuíta Pedro Canísio, por exemplo, marcaram época e tornaram-se modelos para a instrução de muitos fiéis. Assim como a publicação da *Doutrina Cristã* do cardeal Roberto Belarmino que contribuiu com a edição de múltiplos catecismos (LUSTOSA, 1992).

Mas, a quem afinal se impôs definitivamente, pelo método e pela doutrina, foi São Pedro Canísio, S. J., com três catecismos: a “ Summa doctrinae christianae, seu Catechismus maior”, de 1555, para pessoas cultas e para o uso das escolas superiores; a “ Summa doctrinae, seu Catechismus parvulus” de 1556, para crianças e pessoas rudes, com uma edição vulgar; o “

Catechismus parvus catholicorum”, de 1558, curso médio para ginasiais, edição vulgar em 1563. Este último é o melhor de todos. Em edições posteriores, o próprio Canísio aumentou a número de perguntas do Catecismo maior (MARTINS, 1951, p.24).

O autor (1951) ainda ressalta que, os primeiros catecismos da América são anteriores aos de Lutero, de Pedro Canísio, Padre Ripalda, e outros que apareceram na Europa durante o século XVI. Foram compostos por missionários franciscanos, jesuítas, dominicanos e agostinianos.

Desde muito cedo, esses missionários sentiram a necessidade de criar catecismos que facilitassem a ação catequética, mas, é preciso lembrar que dentre os povos da colônia brasileira quase não havia pessoas detentoras do saber letrado. Em sua maioria, eram povos de cultura eminentemente oralizada. Diante dessa realidade, a aprendizagem da doutrina cristã presente nos catecismos passou a ser auxiliada por exercícios de memorização, as mnemotécnicas.

Afirma Leite (2004) que ao padre Pero Correia se deve, por volta de 1552, a primeira *Suma da Doutrina Cristã*, em língua natural da terra. O Padre Luiz da Grã, pouco antes de 1560, compôs, em português, o *Diálogo ou Suma da Fé*, que o Padre Provincial ordenou e compôs, para que, perguntando e respondendo, com maior facilidade lhes ficasse na cabeça. Este *Diálogo ou Suma da Fé* se propagou pelas aldeias em cópias manuscritas e, em 1566, uma cópia foi enviada a Portugal. Também, em 1566, se falava de um catecismo em forma de Diálogo, do Padre Braz Lourenço.

O Padre Marcos Jorge havia publicado, em Portugal, uma *Doutrina Cristã*, à maneira de Diálogos, para ensinar os meninos. A mesma *Cartilha da Santa Doutrina* foi remodelada pelo Padre Inácio Martins e ficou célebre. O Padre Grã pediu-a, em 1564 e o Padre Leonardo do Vale, a pedido do provincial Padre Tolosa, traduziu-a do português para o tupi, em 1574. Em 1575, a Congregação Provincial, na Bahia, pediu a impressão da *Doutrina Cristã*. Em 1586, o padre Gouvêa recomendou que se tivesse em casa a *Doutrina* e o *Diálogo*. Em 1592, a Congregação tornou a solicitar a impressão da *Doutrina Cristã* juntamente com a *Arte de Gramática* do Padre José de Anchieta. Porém só foi impressa a *Arte de Gramática* (LEITE, 2004).

O itinerário de publicações teve o seu primeiro ponto alto com a edição do *Catecismo na língua brasileira*, na qual se contém a suma da doutrina cristã (1618), atribuída ao padre Antônio de Araújo, mas que contou com o apoio solidário de vários padres catequistas. Dele é tributário o padre Antônio Vieira. Bem como o *Catecismo brasílico* da doutrina cristã (1653) do padre Bartolomeu de Leão, que reeditou a obra do padre Araújo. (LUSTOSA, 1992).

Os jesuítas também elaboraram catecismos específicos na língua de algumas tribos. O padre Manuel Nunes, considerado o primeiro missionário dos Ingaíba, por exemplo, compôs um catecismo na língua deles, ou seja, na língua Nheengaíba. Já o padre Luiz Vincêncio Mamiani compôs um catecismo na língua da nação Kiriri e também a *Arte de Grammatica da Lingua Brazilica da Nação Kiriri* (LEITE, 2004).

A autoria do primeiro texto em tupi é atribuída a José de Anchieta, que se destacou por sua rica produção literária. Embora existam no Arquivo Geral da Companhia de Jesus dois manuscritos, *Devocionário Brasílico* e *Doutrina Cristã*, atribuídos a José de Anchieta, Serafim Leite (2004) mostra que não existe uma clareza acerca da elaboração daqueles documentos¹⁸. Em sua análise, este autor argumenta que, como todo padre deveria ter uma cópia da *Doutrina Cristã*, aquela encontrada com a letra de Anchieta poderia ser uma cópia da que ele copiou do Padre Leonardo do Vale. Alguns biógrafos de Anchieta refutaram tal afirmação, alegando que ele teve expressiva participação na composição da *Doutrina Cristã*. É o que pretendemos verificar em pesquisa posterior¹⁹.

Independentemente da autoria do primeiro *Catecismo Brasílico*, o fato é que ele foi a base do primeiro catecismo em língua tupi, publicado na Europa, por Antônio Vieira. Em 1592, os manuscritos do catecismo de Anchieta foram encaminhados para impressão em Portugal, onde foram aprovados pelo padre Geral, mas, a impressão não foi realizada. Cardoso supõe que a Companhia não dispunha de recursos para imprimi-lo, porque havia a necessidade de se imprimir também, a *Arte da Grammatica Brasilica*, da autoria do mesmo autor. E a preferência foi dada a ela, porque se sabe que a gramática foi impressa em 1595, porque seu texto era mais longo que o do catecismo, portanto, mais difícil de circular em manuscrito; e porque, na ocasião, tinha maior prioridade de impressão, por ser um manual de estudo do idioma tupi, atividade da qual dependia o próprio ensino do catecismo (CARDOSO, 1992).

A partir do século XVI, depois do Concílio de Trento, os catecismos passaram a ser escritos em um padrão delineado pela cúria romana, o que os tornavam compêndios

¹⁸ O *Devocionário Brasílico* é todo em língua tupi, exceto o título das matérias e os capítulos, que são em português, mas a letra não é de Anchieta. Já a *Doutrina Cristã* é uma obra que consta de duas partes: a primeira é um pequeno caderno com a doutrina, escrita pelo próprio Anchieta; e a segunda, é um caderno um pouco maior com várias poesias de Anchieta, copiadas pelo Padre Antonil (LEITE, 2004,).

¹⁹ Segundo seus primeiros biógrafos e também contemporâneos, os padres Quirício Caxa e Pero Rodrigues, Anchieta teria grande participação na elaboração da *Doutrina Cristã*, além de ter tido facilidade para decifrar a gramática para o tupi, talvez pela semelhança com sua língua materna, o basco, e por seu conhecimento do grego, língua com a qual comparou o tupi para sistematizá-lo (RODRIGUES, 1988).

doutrinários com poucas variações na forma de escrita e de temas abordados. Geralmente os catecismos eram compostos de duas partes. A primeira chamada de ‘Doutrina’, também conhecida como ‘suma da fé’ ou ‘rudimentos da fé’, que versava sobre a doutrina católica do Credo, do Pai Nosso, dos Dez Mandamentos, dos Sacramentos etc. Já a segunda parte, comumente denominada ‘cerimonial’, oferecia orientação para as práticas espirituais mais comuns da vida religiosa católica, como a celebração da missa, por exemplo (MARTINS, 1951).

Na análise de Azzi (2008) os indígenas assimilavam muito melhor o catolicismo popular, de tradição medieval, do que o catolicismo oficial, de inspiração tridentina. Tal fato se devia, evidentemente, à grande afinidade do catolicismo popular com a cosmovisão agrária sacralizada, típica dos indígenas. Daí a educação na fé cristã para os indígenas ser feita muito mais por meio de símbolos, imagens e ritos do que mediante uma pregação doutrinal teórica e sistemática.

Nas aldeias e cidades que foram emergindo, os jesuítas estabeleceram colégios que, além do ensinamento cristão, instruíam os filhos dos colonos que herdavam os direitos paternos ou, mesmo, outros filhos, que ingressavam nas ordens religiosas. Muitas vezes, a educação ministrada nesses colégios era diferente daquela destinada aos indígenas e mestiços. Enquanto estes recebiam nas missões, nos engenhos e nas igrejas, apenas o catecismo preparatório para o batismo, para a vida cristã e para cumprir os deveres para com Deus e o Estado, os brancos, portugueses, os filhos da elite (pouquíssimos) eram alvo de uma educação formal, longa e diversificada, preparatória para o poder e/ou para a vida eclesiástica. Outros portugueses brancos (segmentos restritos das classes populares) tinham acesso apenas aos rudimentos escolares: isto é, ler, escrever e contar (CASIMIRO, 2009).

Gradativamente, a educação e o ensino foram tomando espaço, mas sempre relacionados ao fim religioso da Companhia de Jesus. É preciso ressaltar que, embora a instrução tenha sido um meio utilizado pelos jesuítas durante sua ação missionária, esse não era o principal objetivo da Ordem. A respeito do ideal da ordem jesuítica, Arnaut de Toledo e Ruckstadter afirmam:

A ordem nasceu com um ideal missionário, mas em pouco tempo a educação que não figurava entre os principais objetivos de Inácio sobressaiu-se dentre as demais atividades que os jesuítas exerciam. Assim, inúmeros colégios foram fundados pelos jesuítas (ARNAUT DE TOLEDO; RUCKSTADTER, 2003, p. 258).

Nos colégios ocorria uma catequese mais tradicional, repetindo-se praticamente o que ocorria na Europa. Era uma catequese reforçada pelas prescrições do Concílio de Trento (sessões XXIV e XXV) que havia dado normas obrigatórias para o processo de catequese e, mais ainda, impôs a obrigatoriedade do *Catecismo de Trento*. De acordo com Pires (1951), a obrigatoriedade desse catecismo, para os párocos, era insistentemente lembrada pelos documentos pontifícios e em todos os Regulamentos e Constituições religiosas.

A necessidade de um manual de instrução para clérigos e leigos foi discutida desde o início do Concílio de Trento, mas, os trabalhos da elaboração do catecismo só começaram no final do concílio. O objetivo do *Catecismo de Trento* era oferecer aos párocos uma clareza mínima dos principais tratados da teologia católica de então e, sobretudo, explicar detalhadamente o credo, os mandamentos, os sacramentos e as principais orações (MORÁS, 2004).

O sínodo deveria produzir um texto sem devaneios, sem longos discursos, ser acessível e claro na explanação dos dogmas e, também, deveria ser escrito em latim e em vulgar para ensinar as crianças e ao povo iletrado. “Como Deus é um, e uma é a fé, uma também deveria ser, para todos, a regra prescrita de ensiná-la e de instruir o povo cristão em todos os ofícios de piedade” (MARTINS, 1951, p.29)²⁰.

Inspirando-se no manual pastoral trabalhado pelos jesuítas S. Pedro Canísio, Edmundo Auger, e pelo Cardeal Roberto Belarmino, também jesuíta, o *Catecismo de Trento* foi elaborado. Após a conclusão dos trabalhos, o Papa São Pio V (1566- 1572) mandou publicar o catecismo que, vulgarmente foi denominado de *Catecismo Romano*. Obra que se tornou no século XVI, uma referência para à formação de eclesiásticos e de leigos em todo universo católico.

Muitos resumos foram proliferando ao longo dos anos. O catecismo dirigido aos párocos, antes na forma dissertativa, chegou até nós no estilo pergunta e resposta e reduzido a algumas dezenas de páginas. Foram tais resumos que serviram de “manuais” de catequese, em todos os continentes, até a aurora do Concílio Vaticano II (1962-1965). E, mesmo após o Concílio Vaticano II, algumas dioceses, paróquias e cabeças clérigas e leigas continuaram utilizando esses resumos (MORÁS, 2004).

Na análise de Azzi (2001), o modelo tridentino estabelecia uma orientação pastoral sintetizada ao redor de três eixos principais: 1º) Doutrinário: em decorrência da cisão operada pelas igrejas protestantes, o Concílio de Trento teve um aspecto teológico marcante, com um

²⁰ Do projetado catecismo para criança nunca se redigiu um texto oficial (MARTINS, 1951).

código de fé ortodoxo, sintetizado mais tarde no Catecismo Romano; 2º) Moralista: em razão da crise que atingia a Igreja, com destaque à reforma de costumes, na pastoral tridentina; 3º) Sacramental: o último polo girava ao redor da doutrina da graça, havendo uma insistência muito grande sobre a necessidade de conservá-la ao longo de toda a existência. Para combater qualquer tipo de pecado, mortal e venial, passou-se a recomendar a frequente confissão e comunhão.

Ainda segundo o autor (2001), apesar dos esforços empreendidos pelos jesuítas, a influência desse novo espírito tridentino ficou bastante restrita, atingindo principalmente os alunos do colégio de Salvador e de outras escolas de ler e de escrever. Nas diversas freguesias continuava sendo promovida a tradicional pastoral lateranense.

A catequese tradicional desenvolvida nas escolas e colégios dos jesuítas poderia também ser destinada aos mamelucos, e a algumas crianças indígenas. Os negros ficavam de fora. Desde o início da colonização, houve nítida separação na catequese ministrada os indígenas, aos brancos e aos escravos negros. Estes últimos, desde cedo, foram alvo de uma evangelização sumária e emergencial, muitas vezes, sob a responsabilidade dos senhores de engenho (LUSTOSA, 1992), e evidentemente preparatória para se conformar com a escravidão (CASIMIRO, 2002).

Somente em 1707 as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* estabeleceram um novo modelo de catecismo chamado de *Forma da doutrina cristã* que deveria circular por toda a colônia e outro, mais abreviado, destinado especialmente aos negros.

4 - A CATEQUESE NAS CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA

4.1 A memória cristã no catecismo das Constituições Primeiras

As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, extenso documento que traz o modelo de catequese por nós analisado, tem sua origem no Brasil colonial. Celebradas em 12 de junho de 1707, as *Constituições* tiveram sua 1ª impressão em Lisboa, no ano de 1719, e em Coimbra, em 1720, com todas as licenças necessárias. Em 1853 foram republicadas, sendo em 2007 reeditadas, por iniciativa do Conselho Editorial do Senado Federal.

As mencionadas *Constituições*, nítido reflexo da Igreja Católica no Brasil colonial, podem ser consideradas, ao lado das Ordenações do Reino, da Mesa de Consciência e Ordens e do Conselho Ultramarino, embriões do ordenamento jurídico e religioso brasileiro, uma vez que, além de regular as ações do clero e dos fiéis, ditaram as regras do “bem viver” para toda a sociedade brasileira por quase dois séculos. Isso foi possível “em uma época em que a religião católica era o principal balizador da mentalidade e da moral das pessoas, que findavam por comportar-se, social e politicamente, segundo os ditames da Igreja” (MAGALHÃES, 2007, p. 2). Assim, como a religião católica era obrigatória, por ser a religião oficial da colônia, todos deveriam submeter-se às regras que eram impostas por ela, sendo a desobediência passível de punição.

No início do século do XVIII, todas as decisões de caráter religioso dependiam da Coroa lusitana, em virtude do Padroado, que conferia ao rei o lugar de chefe da Igreja. Respalçado legalmente, o Estado Português, na sua expressão absolutista, controlava a Igreja Católica em Portugal e em suas colônias, dentre as quais, a colônia brasileira. Por decisão da Coroa, a Igreja Católica no Brasil, era regida segundo as *Constituições Eclesiásticas de Lisboa e Évora*, e de acordo com as disposições do Concílio de Trento (CASIMIRO, 2002). Essas considerações atestam que, até o início do século XVIII, o Arcebispado da Bahia, como era de se esperar, seguiu as constituições religiosas portuguesas, ao mesmo tempo, observando os interesses do Estado absolutista português.

[...] o Estado tinha mecanismo de controle sobre todo o organismo colonial, principalmente sobre a própria Igreja. Tanto por conta do Padroado, como por causa das atribuições da Mesa de Consciência e Ordem e do Conselho Ultramarino. Não podemos esquecer, ademais, de que se tratava de um Estado absolutista, regalista, centralizador e monopolizador de quaisquer decisões que

viesses de encontro aos seus interesses mercantilistas (CASIMIRO, 2009, p.6).

A iniciativa de criar constituições religiosas específicas para o Brasil colonial surgiu no momento em que as constituições portuguesas já não atendiam às necessidades coloniais, ou seja, existiam situações na Colônia que não eram contempladas pela legislação canônica portuguesa. Segundo Casimiro (2002), as diferenças mais marcantes entre a sociedade portuguesa e a sociedade brasileira eram aquelas referentes ao tecido social, uma vez que a colônia brasileira tinha sua economia pautada na exploração da mão de obra escrava, sendo necessário, portanto, regulá-la religiosa e socialmente. Ainda, segundo a referida autora, a obra, *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, do jesuíta Jorge Benci (1650-1708) foi de grande importância na elaboração das constituições brasileiras, por fornecer, de forma detalhada, as recomendações e diversas atitudes que os senhores e os párocos deveriam adotar, referentes à educação religiosa dos escravos.

Antes de falarmos das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, julgamos necessário descrever de forma sucinta o cenário no qual a mesma foi elaborada e, posteriormente inserida. A colônia portuguesa na América vivia um período de grandes mudanças: a exploração do pau-brasil, primeira grande riqueza explorada no século XVI, havia sido substituída pela economia açucareira que, em decorrência da concorrência antilhana (segunda metade do século XVII), começava a abrir espaço para a atividade mineradora; politicamente, a colônia se recuperava dos reflexos da União Ibérica (1580-1640) e, se adaptava às determinações da Dinastia de Bragança, que havia assumido o trono após a Restauração Portuguesa. Segundo Caio Prado Junior (1987), a política portuguesa adotaria, a partir daquele momento até o fim do período colonial, uma política de arrocho sobre a colônia do Brasil, que consolidaria sua posição de simples produtora e fornecedora de gêneros úteis ao comércio metropolitano.

A sociedade mantinha uma estratificação social muito rígida: a pequena, mas poderosa, classe dominante formada pelos portugueses e seus descendentes, cujos interesses, fortemente protegidos, opunham-se aos da maioria da população. Por outro lado, uma maioria formada, sobretudo, por escravos que trabalhavam nas mais diversas atividades, em especial, nos engenhos, e na nascente atividade aurífera. Nos engenhos ou nas minas, os escravos eram os sustentáculos da economia colonial, como bem destacou Antonil “Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, por que sem eles não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente” (1979, p.89).

As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, elaboradas nesse cenário, além de formar um compêndio abordando desde questões dogmáticas e da fé até o comportamento das ordens, irmandades, e dos fiéis, procuraram adequar as determinações do Concílio de Trento (1545-1563) às terras brasileiras e às suas peculiaridades.

A obra em estudo, composta por cinco livros, começou a ser elaborada em 1702, em um sínodo Diocesano, que contou com a assessoria de peritos e foi presidido por D. Sebastião Monteiro da Vide.

Quinto arcebispo do Brasil, e do Conselho de Sua Majestade, D. Sebastião Monteiro da Vide, foi iniciado na Companhia de Jesus, mas deixou-a para abraçar a vida militar durante a guerra da Restauração. Um pouco mais tarde, ao renunciar à carreira militar, ingressou na Universidade de Coimbra onde estudou Direito Canônico. Após a conclusão de seus estudos tornou-se sacerdote e, logo depois, vigário do Arcebispado de Lisboa, sendo elevado à Dignidade de Metropolitano do Brasil, a cuja Diocese chegou em 22 de maio de 1702 (FERREIRA, 2007).

No curso das duas décadas à frente da Igreja da Bahia, Monteiro da Vide preocupou-se em tornar efetivas certas disposições do Concílio de Trento, como demonstram suas visitas pastorais, tanto na cidade de Salvador quanto no Recôncavo e nas paróquias do interior, administrando o sacramento da crisma, privativo dos bispos, a milhares de fiéis. Procurou ainda incentivar os colégios inacianos de Salvador e de Belém e, em Cachoeira, instituiu um centro de formação de sacerdotes. Entretanto, celebrou-se especialmente, como promotor e organizador do sínodo diocesano, realizado em Salvador, do qual se originaram as *Constituições Primeiras*. Documento que em substituição às constituições de Lisboa, estendeu-se, nas décadas seguintes, às demais dioceses (VAINFAS, 2000).

As *Constituições* não foram, somente, inspiradas nas disposições do Concílio de Trento e nas constituições de Évora e Lisboa. Como a maioria das publicações de caráter moral e religioso da época, sofreram influências das tradições cristã, dos livros da Sagrada Escritura, do Direito Canônico, da Patrística e da Escolástica. Uma Escolástica que, em decorrência das transformações do século XVI, havia passado por uma reorganização. Era a Segunda Escolástica, também chamada de Escolástica Espanhola, herdeira da filosofia escolástica clássica (CASIMIRO, 2002).

Os conteúdos da Escolástica Espanhola, além de discutir e normatizar muitos aspectos do Direito Internacional, decorrente dos descobrimentos modernos, também legislou e criou jurisprudência acerca de novas formas sociais e religiosas surgidas por causa da escravidão em larga escala, questões teológicas ligadas à existência da alma escrava e, principalmente,

jurisprudência acerca do direito de escravizar (CASIMIRO, 2002). Observamos nas notas de rodapé das Constituições muitas citações ou referências aos escolásticos espanhóis Luiz de Molina, Sanchez, Vasquez, Pedro e Domingos Sotto, Navarro, dentre outros.

Os livros das *Constituições Primeiras* foram organizados da seguinte forma: O Livro Primeiro trata da fé católica, da doutrina, da denúncia dos hereges, da adoração, do culto, dos sacramentos; O Livro Segundo trata dos ritos, da missa, da esmola, da guarda dos domingos e dias santos, do jejum, das proibições canônicas, dos dízimos, primícias e oblações; O Livro Terceiro fala sobre as atitudes e o comportamento do clero, das indumentárias clericais, das procissões, do cumprimento dos ofícios divinos, da pregação, do provimento das igrejas, dos livros de registros das paróquias, dos funcionários eclesiásticos, dos mosteiros e igrejas dos conventos; O Livro Quarto fala das imunidades eclesiásticas, da preservação do patrimônio da Igreja, das isenções, privilégios e punições dos clérigos, do poder eclesiástico, dos ornamentos e bens móveis das igrejas, da reverência devida e da profanação de lugares sagrados, da imunidade aos acoutados, dos testamentos e legados dos clérigos, dos enterros e das sepulturas, dos ofícios pelos defuntos; o Livro Quinto trata sobre as transgressões (heresias, blasfêmias, feitiçarias, sacrilégio, perjúrio, usura, etc.), das acusações e das respectivas penas (excomunhão, suspensões, prisão etc.).

Não analisaremos este extenso documento normativo na sua totalidade, mas, somente a parte que diz respeito ao modelo de catequese concebido e implantado no Brasil. As *Constituições Primeiras* tratam do ensino da doutrina cristã em dois momentos: no livro primeiro, quando falam da obrigação dos pais, mestres, amos e senhores de ensinar ou fazer ensinar a doutrina cristã aos seus filhos, discípulos, criados e escravos, e no livro terceiro quando se refere à obrigação dos párocos de ensinar a doutrina cristã a seus fregueses. No livro terceiro examinaremos o catecismo apresentado para ensinar a doutrina cristã aos catecúmenos e a breve instrução dos mistérios da fé direcionada à catequização dos escravos do Brasil.

No modelo de catequese das *Constituições Primeiras*, é evidente a memória dos ensinamentos de Jesus, que falam da necessidade de ensinar a fé cristã a todos os povos, sem distinções (Mc 16,15). Esse modelo estabelecia que toda e qualquer pessoa tivesse direito à catequese, em especial os escravos, que eram os mais necessitados dessa instrução pela rudeza com que se apresentavam, por serem de várias nações e apresentarem diversas línguas (VIDE, 2007). Vejamos o que diz o texto:

Mandamos a todas as pessoas, assim Ecclesiasticas, como seculares, ensinarem, ou fação ensinar a Doutrina Cristã á sua família, e especialmente

a seus escravos, que são os mais necessitados desta instrução pela sua rudeza, mandando-os á Igreja, para que o Parocho lhes ensine os Artigos da Fé, para saberem bem crer; o Padre Nosso, e Ave Maria, para saberem bem pedir; os Mandamentos da Lei de Deos, e da Santa Madre Igreja, e os pecados mortaes, para saberem bem obrar; as virtudes, para que as sigão; e os sete Sacramentos, para que dignamente os recebão, e com elles a graça que dão, e as mais orações da Doutrina Christã, para que sejam instruídos em tudo, o que importa a sua salvação (VIDE, 2007: LIV.I, Tit. II, nº 4).

Não eram apenas os clérigos aqueles responsáveis pelo ensinamento da Doutrina Cristã, mas, os seculares também tinham obrigações de ministrar os ensinamentos cristãos, aos seus filhos, escravos e aderentes. Fica também evidente que a catequese ministrada nesse contexto, embora tributária dos ensinamentos dos tempos primevos, não era uma prática catecumenal tão elaborada (em várias etapas) e rigorosa, ao contrário, era bem mais sumária e superficial, em especial, aquela direcionada aos escravos.

No Brasil colonial, a exemplo do orbe cristão, era obrigação do pároco administrar o batismo, mas, em caso de necessidade ou por justa e racional causa, outras pessoas poderiam administrá-lo, mesmo sendo excomungados, hereges ou infiéis, mas, se tivessem a intenção de batizar como mandava a Santa Madre Igreja, poderiam realizá-lo. Era o que determinava as *Constituições Primeiras*.

E posto que o Baptismo feito por qualquer das ditas pessoas fica valido, concorrendo os mais requisitos de sua essencia, como tudo de deve entre ellas guardar tal ordem, que estando presente o Parocho, que for Sacerdote, este prefira a todos, e logo o Sacerdote simples, e em sua falta o Diacono prefira ao Subdiacono, o Clerigo ao leigo, o homem á mulher, o fiel ao infiel. O que se entende, sabendo os sobreditos fazer o Baptismo, porque se não souberem, aquelle o fará, que bem o saiba fazer (VIDE, 2007: LIV.I, Tit. XIII, nº 43).

Em qualquer tempo da Igreja, o batismo foi o passaporte para que o fiel pudesse participar integralmente da comunidade cristã. A eucaristia, as orações, a missa, dentre outras práticas e ensinamentos cristãos, corroboraram para a manutenção de uma memória coletiva cristã. A eucaristia, por exemplo, servia/serve para rememorar o momento da ceia do Senhor com seus apóstolos e, manter viva a memória de Jesus.

Émile Dürkheim, ao explicar a função social das celebrações religiosas, afirma que estas tinham por efeito mobilizar a coletividade, “aproximar os indivíduos, multiplicar seus contatos e torná-los mais íntimos” (2003, p.375). Assim, as celebrações cristãs concorriam para manter o grupo unido, ao mesmo tempo em que mantinham a memória do grupo. A

função da celebração seria, portanto, tornar o passado sempre presente, impedindo que os ensinamentos de Jesus se apagassem na memória de seus fiéis. As celebrações impediam que as memórias de uma consciência coletiva se apagassem, ou seja, ao mesmo tempo em que revivificavam a memória de um passado comum, reanimavam o sentimento de coesão social do grupo.

O sociólogo esclarece mais um pouco a questão em torno da relação entre memória e celebração quando diz que é através das celebrações que “o grupo reanima periodicamente o sentimento que tem de si mesmo e de sua unidade; ao mesmo tempo, os indivíduos são revigorados em sua natureza de seres sociais” (DÜRKHEIM, 2003, p. 409). Os ritos e cultos seriam, portanto, mediações existentes para aproximar pessoas, e essa convivência seria elemento significativo para a formação de uma identidade comum e para o estabelecimento de uma memória coletiva que permaneceria concomitantemente ao grupo social estabelecido. Sobre o assunto, Le Goff e Schmitt afirmam:

A memória ritual, para a qual a eucaristia oferece um exemplo perfeito, não representa somente a lembrança do passado, mas a anulação da barreira temporal separando o passado do presente. A consagração da missa não se contenta em evocar a lembrança do sacrifício do Calvário, ela é este sacrifício, da mesma forma que a recitação dos nomes dos defuntos não se limita a fazer com que sejam recordados por todos, mas torna-os outra vez presentes (LE GOFF; SCHMITT, 2006, p.168).

Depois da evangelização, ocorria a catequese, que era o passaporte para ingressar na comunidade cristã. A utilização de catecismos durante o processo catequético facilitava a aprendizagem dos ensinamentos cristãos. As *Constituições Primeiras* trazem um catecismo que era destinado a toda gente, mas ainda oferece aos catequistas uma breve instrução dos mistérios da fé direcionada especialmente aos escravos negros.

Convém lembrar que os catecismos eram livros elementares usados pela Igreja para a organização e a sistematização da formação cristã no processo de catequização. O termo tradicional foi usado por Lutero, desde 1525, ao criar um livro que continha instruções cristãs, expostas sistematicamente em linguagem simples e popular²¹. Os católicos perfilharam a inovação, sem suspeitar que, mais tarde, os protestantes iriam reivindicar para Lutero, não só a introdução do nome, mas até a invenção do atual catecismo. Para os católicos, o catecismo era um legítimo patrimônio da Santa Madre Igreja, tanto que no final do século XVI, o

²¹ Lutero estava certamente, amparado nos conhecimentos da pedagogia catequética desde S. Agostinho, até à Escolástica.

Núncio Apostólico Possevin, S. J., teria afirmado: *Repetimus nostra, non usurpamos aliena* (MARTINS, 1951)²².

Segundo o autor (1951), não cabe, pois, a Lutero, nem aos demais reformadores, a criação formal do catecismo. Com efeito, Lutero só utilizou o nome. Quanto à matéria, chegou até a inspirar-se diretamente em antigas tradições da Igreja. Seu pequeno Catecismo contém a explicação dos Mandamentos, do Símbolo, do Pai-Nosso, do Batismo e da Eucaristia, conforme os modelos antigos.

O primeiro catecismo propriamente dito foi elaborado por ordem do segundo Sínodo Provincial de Lavour em 1368. Inspirando nos opúsculos de Santo Tomás, expôs, para uso do clero, o nexos orgânico dos principais artigos da fé. Precursor remoto do *Catecismo Romano*, o Manual de Lavour teve várias edições, mas nenhuma delas chegou até nós. “*Catechismus Vaurensis*” é o título, pelo qual costuma ser citado em estudos bibliográficos (MARTINS, 1951).

A forma de doutrina cristã apresentada pelas *Constituições Primeiras*, como a maioria dos catecismos cristãos de sua época, modelou-se na tradição cristã, nos livros da Sagrada Escritura, nas homilias, nos escritos teológicos dos Primeiros Padres, nas disposições conciliares, no Direito Canônico, na Patrística e na Escolástica, nas apologias, nas homilias, nos dogmas e nos cânones da Igreja²³. Mas, se adequaram às recomendações do Concílio de Trento e aos manuais e catecismos da doutrina cristã que foram estabelecidos após as decisões tridentinas, e que circulavam na colônia desde o século XVI. É preciso evidenciar que muitas destas contribuições não foram diretas, mas, perpassaram diferentes contextos históricos da Igreja até chegar às *Constituições Primeiras* no início do século XVIII. O catecismo incluía, portanto, coisas velhas e novas (Mt 13,52), porque, para a Igreja, a fé é sempre a mesma e, simultaneamente, é nova, ao adequar-se às necessidades então apresentadas.

As *Constituições Primeiras* iniciam a doutrina cristã, como ocorria com quase todos os catecismos, com a profissão de fé em um Deus trino. Segue uma condensada manifestação da fé trinitária e a apresentação do símbolo da fé. Continua apresentando os quatorze artigos da fé, divididos em sete, que pertencem às três pessoas divinas e outros sete referentes à humanidade de Jesus. Seguem a oração do senhor, a saudação angélica, a salve rainha, os dez mandamentos da lei de Deus e os cinco da Igreja, os sete pecados mortais e as sete virtudes contrárias, os sete sacramentos, o termo da confissão, as oito bem-aventuranças, os sete dons

²² Traduzindo: reclamamos o que é nosso, não nos arrogamos o que é dos outros.

²³ Tal afirmação é comprovada rapidamente ao observarmos as notas e referências que explicam as *Constituições Primeiras*.

do Espírito Santo, as três virtudes teologais e as quatro cardeais, as três potências da alma e seus três inimigos, os cinco sentidos corporais e os quatro novíssimos do homem, seis pecados contra o Espírito Santo, os pecados que bradam ao céu, as sete obras de misericórdia corporais e as sete espirituais e, finalmente, o completo ato de contrição do Concílio de Trento.

Em 1256, São Tomás de Aquino havia apresentado uma divisão de matéria similar, quando expôs em cinco opúsculos separados o Símbolo, o Padre-Nosso, a Saudação angélica, o Decálogo e os Sacramentos. Vinte e cinco anos depois, o Sínodo de Lambeth transformou os opúsculos tomistas em um conjunto doutrinário, ao qual acrescentou explicações sobre as obras da misericórdia, os sete pecados capitais, e as virtudes que lhes eram contrárias (MARTINS, 1951).

Não é temerário dizer que desde o século XIII já havia uma ordem tradicional de matéria, que sofreu reduções ou acréscimos a partir das necessidades de cada época. O *Catecismo Romano*, por exemplo, foi moldado na teologia de São Tomás e sua matéria foi dividida em *De Symbolo Apostolorum, de Sacramentis, de Decalogo, de Oratione praesertim Dominica*, que representam a divisão tradicional da doutrina cristã: crer, orar, agir (MARTINS, 1951).

Diante do exposto, podemos afirmar que o catecismo estabelecido pelas *Constituições Primeiras* se inspirou em outros catecismos derivados de Trento. Principalmente para estabelecer a sua divisão de matéria que, mesmo sendo mais densa (quantidade de itens) que as propostas por São Tomás e pelo *Catecismo Romano*, na sua íntegra não refutava os modelos anteriores.

A primeira matéria abordada pela forma da doutrina cristã das *Constituições Primeiras* foi a profissão de Fé em Deus trino e uma condensada manifestação da Fé trinitária. A afirmação da Fé em Deus trino por parte da Igreja esteve presente desde os primórdios do cristianismo. Ela pode ser visualizada na formulação da regra batismal, na pregação, na catequese e na oração da Igreja. Tais formulações podem ser visualizadas desde os escritos apostólicos: “A graça do Senhor Jesus Cristo, e o amor de Deus, e a comunhão do Espírito Santo sejam com todos vós” (2 Cro 13,13). Também a *Didaqué* apresentou a fórmula trinitária, baseada em Mt 28,19: “No que diz respeito ao batismo, batizai em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo em água corrente” (DIDAQUÉ, 7-1). Esta, no entanto, não era a única profissão de fé em vigor na Igreja inicial, o próprio Novo Testamento apresenta uma fórmula cristológica além da trinitária: “Quando ouviram isto, foram batizados em nome do

Senhor Jesus” (At 19,5). Nessas condições, podemos perceber que a Igreja teve que travar grandes lutas para estabelecer a forma da doutrina.

No transcorrer dos primeiros séculos, a Igreja procurou formular mais explicitamente a sua fé trinitária, tanto para aprofundar a sua própria compreensão da fé, quanto para defendê-la das deformidades, decorrentes das interpretações realizadas pelas variedades de fé cristã que emergiram. Os concílios antigos, o trabalho teológico dos Padres da Igreja e o apoio do povo cristão foram decisivos para que a Igreja conseguisse estabelecer sua formulação do dogma da Trindade.

O Concílio de Nicéia, que havia definido como ortodoxia correta a concepção religiosa do bispo Atanásio, teve sua decisão reafirmada por outros tantos concílios da Igreja que reafirmaram que a Trindade é Una. Não professamos três deuses, mas um só Deus em três pessoas: “A Trindade consubstancial”²⁴. As pessoas divinas não dividem entre si a única divindade, mas cada uma delas é Deus por inteiro: “O Pai é aquilo que é o Filho, o Filho é aquilo que é o Pai, o Espírito Santo é aquilo que são o Pai e o Filho, isto é, um só Deus quanto à natureza”²⁵. “Cada uma das três pessoas é esta realidade, isto é, a substância, a essência ou a natureza divina” (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1998, p.70-71)²⁶.

Gradativamente, as questões cristológica e trinitária, que tanto agitaram a Antiguidade e o início da Idade Média, foram desaparecendo. No início da Modernidade, a fórmula de fé adotada pela Igreja já havia sido estabelecida, tanto que o *Catecismo Romano*, elaborado no século XVI, não se deteve em especulações relativas à processão trinitária, procurou, maiormente, realçar “a glória e a grandeza de Deus, sua onipotência, bondade e misericórdia, os assim chamados atributos relativos, que deveriam inflamar os fiéis de amor e reverência para com Deus” (MARTINS, 1951, p.51-52). O catecismo das *Constituições Primeiras*, a exemplo do *Catecismo Romano*, também não se deteve em especulações relativas à processão trinitária, a mais, priorizou adotar uma profissão de Fé em Deus trino e uma condensada manifestação da Fé trinitária, que teria suas fontes no Símbolo pseudo-Atanasiano, como já explicitado, reafirmadas por outras tantas decisões conciliares.

A manifestação da Fé trinitária, presente nas *Constituições Primeiras*, professava que as três pessoas divinas eram distintas, mas ao mesmo tempo todas três eram o mesmo Deus e que as três pessoas divinas eram iguais:

²⁴ O II Concílio de Constantinopla em 453 reafirmou as decisões de Nicéia.

²⁵ XI Concílio de Toledo em 675 (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1998).

²⁶ IV Concílio Lateranense em 1250 (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1998).

[...] que cada uma das tres Divinas Pessoas é Deos, e todas tres o mesmo Deos; mas que são tres Pessoas distintas de tal sorte, que uma Pessoa não é outra, porque são três distintas em quanto Pessoas, posto que em quanto Deos, são todas tres o mesmo Deos (VIDE, 2007: LIV.III, Tit. XXXII, nº 552).

Na Antiguidade, quando era formalizado um contrato, um objeto era partido e dividido entre as partes contratantes; cada parte do objeto dividido era um “símbolo” de identidade para a junção com o outro pedaço. No *Dicionário Informativo Bíblico, Teológico e Litúrgico* (1999, p.493), o termo símbolo é apresentado como uma palavra de origem grega (“*sym*”, “com”, “*symbalos*”, “o que une”). Posteriormente, a palavra passou a significar qualquer sinal ou senha (contra-senha) que transmitisse determinada mensagem. Ambrósio, por exemplo, explica: “Símbolo é o termo grego que significa contribuição” (AMBRÓSIO DE MILÃO, 1996, p.23).

O símbolo está relacionado com algo que ultrapassa o seu valor intrínseco, tendo como caráter intencional apontar para algo que está além de si mesmo, um veículo de comunicação que contribui para romper as barreiras linguísticas. Quando Constantino se declarou convertido ao cristianismo, alegando ter tido um sonho antes de uma batalha, pintou na bandeira, no seu capacete e no escudo de seus soldados um símbolo representado pelas duas letras iniciais do nome de Jesus, colocando uma sobre a outra. Segundo ele, conforme vira no sonho, este símbolo estava acompanhado da inscrição “Por esse sinal vencerás” (DREHER, 1993, p.61). Nessas condições, o símbolo criado por Constantino simbolizava sua vitória e, mais profundamente, sua aliança com o cristianismo.

É possível, observar que, ao longo do tempo, a Igreja sentiu-se à vontade para empregar figuras que expressassem a sua fé. Todavia, a palavra símbolo foi usada pela primeira vez no sentido teológico, por Cipriano, em 250, nas suas *Epístolas* (69 ou 79), referindo-se ao cismático Novaciano. O Credo Apostólico, que foi atribuído tradicionalmente aos apóstolos, recebeu a designação de símbolo no Sínodo de Milão (390), numa carta subscrita por Ambrósio, sendo designado “*symbolum apostolorum*”²⁷.

No início do cristianismo, o Símbolo Apostólico, também conhecido como Símbolo da Fé, Profissão de Fé ou Credo consistia numa declaração de fé dos pontos considerados essenciais à existência da Igreja cristã. Inicialmente, servia como ensino proposicional a

²⁷ Segundo uma lenda, os doze apóstolos, reunidos em Jerusalém depois de Pentecostes, teriam estabelecido em comum, os rudimentos da nova fé, cada um ditando uma cláusula em particular da doutrina revelada por Jesus (BOGAZ; COUTO; HANSEN, 2008).

respeito da fé cristã, uma verdadeira síntese da fé, elaborada a partir das escrituras e que, ao mesmo tempo, servia para combater os ensinamentos considerados errados. No segundo século, eles ficaram conhecidos como Regras da Fé, cabendo aos candidatos ao batismo durante a profissão de fé fazerem seu estudo, a fim de que pudessem, na ocasião adequada, declarar publicamente a sua fé de forma responsiva.

Quando o cristianismo -ainda era uma religião proibida no Império Romano, o temor às perseguições levava os cristãos a memorizar o Símbolo da Fé e, quando necessário, recitavam-no como testemunho da fé. Durante muitos anos, ele foi mantido pela memória oral. Somente no século IV por meio de uma espécie de *anamnesis* dos antepassados, seu conteúdo foi recuperado e documentado (BOGAZ; COUTO; HANSEN, 2008).

Liturgicamente, o Símbolo da Fé era usado no batismo, quando os fiéis (no caso de serem adultos) professavam sua fé cristã no momento do batismo (At 8,37; Rm10,9). Também era usado na eucaristia, quando os fiéis declaravam a sua fé por hinos, orações e exclamações devocionais (1Co12,3; 16,22; Fp2,5-11). A partir do século quarto, o Credo passou a ser usado nos cultos regulares, sendo recitado logo após a leitura das Escrituras²⁸.

As versões do Símbolo da Fé têm sido numerosas ao longo dos séculos, em resposta às necessidades das diversas épocas e de suas sucessivas traduções. Podemos inclusive elencar algumas variações do Credo: o de Justino Mártir (150), o de Santo Atanásio de Alexandria (295-373), o da Igreja bizantina (381), o Credo Niceno-Constantinopolitano que tem sua grande autoridade no fato de ter resultado dos dois primeiros concílios ecumênicos (325 e 381), dentre outros (BOGAZ; COUTO; HANSEN, 2008).

O Símbolo da Fé apresentado nas *Constituições Primeiras* foi o modelo Niceno-Constantinopolitano, que também foi utilizado no Catecismo Romano. Este Símbolo da Fé está dividido em três partes²⁹: A primeira parte fala da primeira Pessoa Divina e da obra admirável da criação: “Creio em Deus Padre, todo Poderoso, Criador do Céu, e da terra” (VIDE, 2007: LIV.III, Tit. XXXII, nº 553). A segunda parte, fala da segunda Pessoa Divina e do Mistério da Redenção dos homens:

[...] e em JESUS Christo um só seu Filho nosso Senhor, o qual foi concebido do Espírito Santo: nasceu da Maria Virgem: padeceu sob poder de Poncio Pilatos: foi crucificado, morto, e sepultado: desceu aos infernos: ao terceiro dia resurgiu dos mortos, subiu ao Céu, está assentado á mão direita de Deus

²⁸ Em 1020, o papa Bento VIII introduziu o uso do credo na Missa (BOGAZ; COUTO; HANSEN, 2008).

²⁹ Segundo uma antiga tradição, já atestada por Santo Ambrósio, costumava-se contar doze artigos do Credo, uma forma simbólica de associar o conjunto da fé apostólica ao número dos apóstolos (BOGAZ; COUTO; HANSEN, 2008).

Padre todo Poderoso, d'onde hade vir a julgar os vivos, e os mortos” (VIDE, 2007: LIV.III, Tit. XXXII, nº 553).

Finalmente, a terceira e última parte, fala da terceira Pessoa Divina, fonte e princípio de santificação: “Creio no Espirito Santo, na Santa Igreja Catholica, a communicação dos Santos, a remissão dos peccados, a resurreição da carne, e vida eterna. Amen Jesus” (VIDE, 2007: LIV.III, Tit. XXXII, nº 553).

Essas três partes, embora distintas, estavam interligadas e o seu conjunto representava um dos selos batismais, cabendo aos candidatos, durante a profissão de fé, fazerem seu estudo, a fim de que pudessem, na ocasião adequada, ou seja, no momento do batismo, declarar publicamente a sua fé. Convém lembrar que as *Constituições Primeiras* orientavam o batismo das crianças, de preferência, até os oito dias após o nascimento, “conformando-nos com o costume universal do nosso Reino, que sejam baptizadas até os oito dias de nascida” (VIDE, 2007: LIV.I, Tit. XI, nº 14). Entretanto, se o batismo não fosse realizado na infância, ele não seria negado, mas o pároco deveria instruir o candidato antes de batizá-lo:

Por tanto, conformando-nos com o que dispoem os sagrados Canones, mandamos a cada um dos Parochos do nosso Arcebispado, não administrem o Sacramento do Batismo aos adultos, sem que primeiro examinem o animo, com que o pedem, e sem que os instruaõ na Fé, e lhes ensinem ao menos o Credo, ou Artigos de Fé, o Padre Nosso, Ave Maria, e Mandamentos da Lei de Deos; e lhes ensinem como não sómente devem crer os mysterios da Fé Catholica, e confessal-os com a boca, mas juntamente ter intençaõ de receber o baptismo (VIDE, 2007: LIV.I, Tit. XIV, nº 47).

Essas condições mínimas de aprendizagem seriam facilitadas caso estivessem os batizando em perigo de morte, podendo, neste caso, ser batizados até por leigos, inclusive com a mediação de intérpretes, caso o batizando ainda não falasse a língua dos cristãos (CASIMIRO, 2002). A Igreja tinha consciência de que os preceitos cristãos não podiam simplesmente ser impostos pela força. Tinham que ser apresentados de maneira convincente, mediante um trabalho de pregação e conquista espiritual. Questões teológicas como: o dogma da trindade, a liberdade, a salvação, a encarnação de Deus-filho, a relação entre fé e razão careciam de melhor entendimento por parte dos catequizandos.

O Símbolo da Fé das *Constituições Primeiras* destaca a fé num único Deus, como ser absoluto criador do Céu e da Terra. Depois de professar a unicidade divina e a pessoa de Deus Pai, este Símbolo da Fé revela que Jesus é o Cristo, que ele foi ungido por Deus e que se

encarnou no ventre de Maria Virgem (e não Virgem Maria)³⁰. Depois de apresentada a identidade de Jesus, encontramos os seus passos históricos até o seu padecimento sob Pôncio Pilatos. Também nos mostra Jesus assumindo sua identidade humana, quando relata sua morte na cruz entre os pecadores e a sua descida ao inferno. É como se através dessa condição humana ele exprimisse a sua solidariedade para com os seres humanos. Finalmente, este Símbolo da Fé ensina que Deus, o pai, ressuscitou Jesus, o Filho, dos mortos e que garante a vida eterna para todos que professam seu nome. No caso das *Constituições Primeiras*, esse professar se daria pelo ingresso na vida cristã.

Outra matéria abordada pelo catecismo das *Constituições Primeiras* trata das orações, que eram ensinadas aos catecúmenos para que estes soubessem bem pedir. No Título XXXII, n.º 555, do Livro Terceiro das Constituições é apresentada a Oração do Senhor, também conhecida como Pai-Nosso, é a oração mais conhecida do cristianismo. Acredita-se que Jesus ensinou essa oração cristã quando estava reunido com seus discípulos e um deles, vendo-o rezar, lhe pediu: “Senhor, ensina-nos a orar” (Lc 11,1). O Novo Testamento relata Jesus e seus discípulos orando em várias ocasiões, mas, não os descreve usando essa oração. Os discípulos foram os responsáveis por apresentá-la às comunidades cristãs, tanto que podemos encontrar duas versões no Novo Testamento: uma versão com sete petições, em S. Mateus (6,9-13) e outra versão com apenas cinco petições, em Lucas (11,2-4).

Na Igreja inicial, havia uma prescrição de rezar o Pai-Nosso três vezes ao dia, particularmente ou em família. Inicialmente, não era uma oração realizada em assembleia litúrgica. No entanto, com o passar do tempo, a Oração do Senhor foi se tornando a predileta da cristandade e por isso foi introduzida na celebração eucarística. O costume atual do rito latino, de recitá-la antes da comunhão, remonta a Gregório Magno (ZILLES, 2009).

Além destas versões encontradas no Novo Testamento temos uma outra, posterior, encontrada na *Didaqué* (8,2). A versão do Pai-Nosso da *Didaqué* “acrescenta uma doxologia, que ainda hoje é conhecida entre os ortodoxos e luteranos, e, há pouco tempo, foi reintroduzida para os católicos de língua alemã, quando rezam o Pai-Nosso fora da missa” (ZILLES, 2009, p.59).

Na Forma da Doutrina Cristã apresentada nas *Constituições Primeiras* aparece a prescrição de rezar a Oração do Senhor como parte do processo catequético, bem como o

³⁰ A diferença é que na expressão Maria Virgem, a palavra “Virgem” aparece como adjetivo, enquanto na expressão Virgem Maria, a palavra “Virgem” aparece como substantivo. Isso quer dizer, que no dogma sobre a virgindade, Marias não só concebeu na qualidade de virgem, mas continuou virgem mesmo depois do nascimento de Jesus (CASIMIRO, 2002).

modelo a ser utilizado. Um modelo bem similar ao que encontramos em S. Mateus (Mt 6, 9-13). Esse modelo é parte de um discurso, onde S. Mateus critica os hipócritas, que oram simplesmente com a finalidade de serem vistos orando; ele apresenta uma orientação sobre como orar, mostrando que as repetições vãs devem ser substituídas por um diálogo direto com o Pai.

Mas tu, quando orares, entra no teu aposento, e, fechando a tua porta, ora a teu Pai que está em secreto. E teu Pai, que está em secreto, te recompensará. E, orando, não useis de vãs repetições, como os gentios, que pensam que por muito falar serão ouvidos. Não vos assemelhe a eles, pois vosso Pai sabe do que necessitais, antes de lho pedirdes. Portanto, vós orareis assim: Pai nosso que estás nos céus, santificado seja o teu nome, venha o teu reino, seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu. O pão nosso de cada dia nos dá hoje. Perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores. Não nos deixeis cair em tentação, mas livra-nos do mal. Porque teu é o reino e o poder, e a glória para sempre. Amém (Mt 6, 9-13).

No Título XXXII, n.º 556, do Livro Terceiro das Constituições é apresentada outra oração que era uma saudação à Virgem Maria. Conhecida como Saudação Angélica, essa saudação pode ser encontrada no Novo Testamento, em Lucas (1,28). Embora essa oração a Maria esteja presente na tradição oral do Credo Apostólico, desde o século I, foram os Padres da Igreja os responsáveis por, gradativamente, estabelecerem as características da mariologia na tradição cristã: Inácio de Antioquia (+110) afirmava que Jesus era o Filho de Deus, gerado verdadeiramente de Maria; Justino de Roma (+165) afirmava que Jesus era a realização de todo pensamento humano e sua encarnação trouxe para todos os seres humanos a semente do Verbo Divino. Maria foi a primeira criatura, onde a semente divina encontrou habitação; Irineu de Lião (+200) ensinava que Maria transmitiu a Jesus toda humanidade de Adão; Hipólito de Roma (+235) afirmava que Maria concebeu o Verbo divino pela força de seu amor (BOGAS; COUTO; HANSEN, 2008).

Outros tantos Padres Orientais (Eusébio de Cesareia, Atanásio de Alexandria, Basílio de Cesareia, João Crisóstomo) e Padres Ocidentais (Ambrósio de Milão, Jeronimo, Agostinho), dentre outros, mostraram suas devoções a Maria (BOGAS; COUTO; HANSEN, 2008). No entanto, mesmo havendo importantes escritos sobre Maria, até o século IV, o culto mariano era espontâneo, não havia uma obrigatoriedade. Somente no século V, o Sínodo de Alexandria (430) oficializou a veneração a Maria. Nesse contexto, surgiu a maior discussão sobre Maria na história, uma discussão protagonizada por Nestório de Antioquia e Cirilo de Alexandria (BOGAS; COUTO; HANSEN, 2008).

Nestório de Antioquia (380-451) defendia que havia duas pessoas separadas em Jesus

encarnado (uma pessoa divina, como filho de Deus e uma pessoa humana, como filho de Maria) e que Maria não se podia chamar Theotokos (mãe de Deus), mas apenas Christotókos (mãe de Jesus Cristo). Por outro lado, Cirilo de Alexandria (376-442) antecipou, antes de Calcedônia, a dualidade das naturezas existentes em Jesus e a qualificação de Maria como Theotokos (MANZANARES, 1995).

As discussões foram finalizadas no Concílio de Éfeso:

O dogma de Éfeso é um dogma cristológico, uma vez que toca diretamente a identidade de Jesus Cristo: uma pessoa indivisível e duas naturezas. A declaração da Maternidade divina de Maria, a *Theotokos*, é decorrência desta unidade do Verbo divino que se encarnou no ventre de Maria (BOGAS; COUTO; HANSEN, 2008, p.188).

É perceptível a devoção a Maria, pela Saudação Angélica, encontrada no catecismo das *Constituições Primeiras*. Essa devoção, mesmo sendo uma memória que retoma os tempos apostólicos, foi referenciada no livro de Lucas, no Concílio Lateranense (1215) e na *Alma Instruída*³¹.

Ao final das orações apresentadas, na Forma da Doutrina Cristã, das *Constituições Primeiras*: Oração do Senhor, Saudação Angélica e Salve Rainha, aparece o Amém Jesus (VIDE, 2007: LIV.III, Tit. XXXII, nº 214-215). O Amém que foi conservado nas orações litúrgicas cristãs é de origem judaica, mas, por significar o sim da Igreja ou da comunidade eclesial reunida em assembleia em louvor a Jesus, passou a ser utilizado com insistência pelos padres nos primeiros séculos do cristianismo, os quais não se cansavam de explicar e insistir no Amém (ZILLES, 2009). Para muitos padres, a pronúncia do Amém era a aclamação litúrgica mais importante, particularmente no final da eucaristia.

O livro terceiro, das *Constituições Primeiras*, apresenta, também, uma breve forma de catecismo, inspirado no Concílio de Trento, que o pároco deveria reproduzir e distribuir em sua freguesia para que, com ele, os senhores pudessem instruir seus escravos nos mistérios da fé e na Doutrina Cristã. Em vários trechos das *Constituições Primeiras* é perceptível a preocupação da Igreja em ensinar a doutrina aos negros, uma vez que o conhecimento da doutrina por parte dos adultos era uma condição para a recepção de todos os sacramentos, em particular do batismo. Vale lembrar que, de acordo com a mentalidade da época, a alma do negro não batizado era habitada pelo demônio (ROCHA, 1993).

³¹*Alma instruída na doutrina, e vida cristã* é uma monografia do Padre Manoel de Fernandes, escrita em 1688.

Até então, o sistema de catequização direcionado aos escravos negros, havia sido bem diferente dos outros modelos estabelecidos na colônia. Não era uma catequese realizada como a dos indígenas, em aldeamentos, ou como a dos brancos, em escolas. Era uma catequese realizada nas casas, nas fazendas, nas quais os negros serviam como escravos. Alguns fazendeiros possuíam uma capela e mesmo um capelão com conhecimentos das línguas africanas para facilitar o processo. Mas, de forma geral, era uma evangelização apressada e mal feita e os próprios evangelizadores eram mal preparados. Não que os religiosos coloniais fossem desprovidos de sentimentos cristãos, mas, apresentavam um tipo de cristianismo peculiar àquela cultura.

A legislação das *Constituições Primeiras* deixa entrever que, na prática da escravidão, os senhores cometeram sérios abusos no que se refere às obrigações religiosas que tinham para com os seus escravos; o que aconteceu, por não estarem estabelecidas as obrigações religiosas dos senhores para com eles. Os escravos, muitas vezes, não eram batizados, não recebiam os demais sacramentos, não conheciam as verdades da fé cristã, trabalhavam todos os dias da semana, não guardavam o domingo nem os dias santos. Era preciso, portanto, medidas claras que estabelecessem os deveres cristãos dos senhores, mas, que continuassem mantendo o caráter da legislação escravista.

As *Constituições Primeiras*, em vários trechos, e citando autores da Segunda Escolástica, insistem que os escravos deveriam ser batizados, poderiam se casar numa celebração cristã e que poderiam ser sepultados em terreno sagrado. Também, citando Benci, estabeleciam, que os seus proprietários deveriam deixar-lhes tempo necessário à missa dominical, bem como para receber uma instrução religiosa elementar, adaptada à capacidade de compreensão dos mesmos. Por outro lado, o documento sinodal se omitiu totalmente de qualquer discussão sobre os maus tratos aplicados aos escravos, e menos ainda sobre a legitimidade do próprio sistema escravista.

Vejamos o que diz as constituições sobre o matrimônio dos negros escravos³²:

Conforme a direito Divino, e humano os escravos, e escravas podem casar com outras pessoas captivas, ou livres, e seus senhores lhe não podem impedir o Matrimônio, nem o uso dellle em tempo, e lugar conveniente, nem por esse respeito os podem tratar peor, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro por ser captivo, ou por ter outro justo impedimento o não possa seguir, e fazendo o contrario peccão mortalmente,

³² No caso do matrimônio dos escravos, as *Constituições* se basearam, especialmente, na obra *De Matrimônio*, do espanhol Tomás Sanchez (1610).

e tomão sobre suas consciencias as culpas de seus escravos, que por este temor se deixão muitas vezes estar, e permanecer em estado de condenação (VIDE, 2007: LIV.I, Tit. LXXI, nº 303).

E sobre a participação dos escravos nas missas:

Conformando-nos com o costume geral, mandamos a nossos súbditos, que oução Missa Conventual nos Domingos, e dias Santos de guarda da Igreja Parochial, onde forem fregueses, e a ella fação ir seus filhos, criados, escravos, e todas as mais pessoas, que tiverem a seu cargo, salvo aquelles, que precisamente forem necessários para o serviço, e guarda de suas casas, gados, e fazendas, mas a estes revesarão, para que não fiquem uns sempre sem ouvir a Missa (VIDE, 2007: LIV.II, Tit. XI, nº 367).

Era comum no regime de exploração da mão de obra escrava, de forma particular nos engenhos de açúcar, o cultivo e a produção por parte dos próprios escravos de seus alimentos durante os dias santos. Essa prática considerada desumana e cruel foi associada, ao não cumprimento do mandamento de guardar do dia do Senhor. O domingo deveria ser santificado. Os escravos não deveriam trabalhar aos domingos, e deveria ser obrigação do senhor alimentar seus escravos.

A santificação do domingo foi uma memória mantida desde os tempos antigos. Segundo os Atos dos Apóstolos, havia comunidades que se reuniam aos domingos com Paulo para a fração do pão e a liturgia da palavra (At 20, 7). Na primeira Carta aos coríntios, Paulo manda que no primeiro dia da semana guardem sua oferta para Jerusalém (1Cor 16,2). A designação do dia do Senhor encontra-se também em Ap 1,10 e em outros textos apócrifos. Entretanto, foi a ressurreição de Jesus no primeiro dia da semana judaica que consagrou o domingo como o dia de um novo começo (Mc16, 2).

Para definir os ajustes a serem feitos com relação à catequização dos negros escravos, as *Constituições Primeiras* fizeram uso da obra do jesuíta Jorge Benci, *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, que apresentava uma normatização das relações e obrigações que os senhores tinham para com os escravos, que seriam: o sustento físico, o pão espiritual (a doutrina cristã), o trabalho e o castigo. Segundo Casimiro (2002), o Sínodo baiano promulgou o conjunto de leis, mas as normas sobre a questão específica da educação dos escravos negros foram, declaradamente, extraídas de *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. Ademais, tanto Jorge Benci quanto o Sínodo muito se apoiaram na Escolástica Espanhola.

No ato de contrição, as *Constituições Primeiras* mostram que os escravos africanos eram os mais necessitados da doutrina cristã, pois eram de várias nações e possuíam várias

línguas, o que dificultava a comunicação. Para facilitar o ensino da doutrina, e conseguir um melhor aproveitamento, foi pensada uma instrução mais breve e acomodada à “rudeza” dos escravos. O que explica os diversos erros ortográficos, que provavelmente era a forma de falar dos escravos africanos.

Herdeira da racionalidade tridentina, a breve instrução dos mistérios da fé direcionada aos negros escravos, não seguia na íntegra o modelo do *Catecismo Romano*, uma vez que o modelo adotado pelas *Constituições Primeiras* era pautado em perguntas e respostas, e o *Catecismo Romano* era uma exposição temática ou discursiva das verdades cristãs (MARTINS, 1951)³³.

A partir das perguntas e respostas que continha a *Breve Instrução*, os escravos deveriam ser preparados para fazer a confissão e receber a comunhão. Esse modelo de catecismo baseado em perguntas e respostas rememora o antigo modelo hebraico onde a educação religiosa se dava em torno da família e a instrução realizada pelo pai se dava por meio de perguntas e respostas. O modelo hebraico também foi utilizado por Jesus, que utilizou várias categorias de perguntas para transmitir seus ensinamentos aos discípulos, como podemos observar em várias passagens bíblicas, vejamos alguns exemplos: “É lícito curar no sábado?” (Lc 14,3) ou “O que daria o homem em troca da sua alma?” (Mc 8,37) ou “Por que me experimentais, hipócritas?” (Mt 22,18).

Seguindo a pedagogia de Jesus, o modelo pedagógico de perguntas e respostas foi utilizado em vários contextos da Igreja cristã, inclusive, na elaboração de muitos catecismos. Entretanto, percebemos que no catecismo apresentado pelas *Constituições Primeiras* as perguntas eram, na verdade, “pseudoperguntas” uma vez que faziam afirmações em forma de perguntas, e, na realidade, não visavam perguntar, almejavam apenas apresentar um ensinamento em forma de pergunta. Cabendo ao pároco através do breve compêndio apenas transmiti-las, como parte dos ensinamentos cristãos, não induzindo seus interlocutores a uma reflexão. Era uma forma de conseguir facilmente transmitir os ensinamentos cristãos, como bem afirmam as *Constituições*: “[...] e nesta fôrma com bem pouco trabalho seu colherão muito fructo das almas, que estão encommendadas ao seu cuidado” (VIDE, 2007: LIV.III, Tit. XXXII, nº 578).

A breve forma de catecismo, funcionou como um recurso persuasivo de retórica que oferecia um pressuposto de “verdade” que, por sua vez, impedia o catecúmeno de questionar o que lhe era apresentado. Outra estratégia retórica adotada era a de fazer várias perguntas

³³ Apenas uma edição anônima do Catecismo Romano publicada na Antuérpia em 1574 dividia o texto original em perguntas e respostas (MARTINS, 1951).

com a mesma resposta, geralmente curtas; ou mesmo várias respostas que mesmo diferentes, serviam para confirmar uma mesma conjectura enunciada: “P. O teu coração crê tudo que Deos disse? R.Sim. P. O teu coração ama só a Deos? R. Sim. P. Deos hade levarte para o Ceo? R.Sim. P. Queres ir para onde está Deos? R.Sim. P. Queres morrer porque Deos assim quer? R.Sim” (VIDE, 2007: LIV.III, Tit. XXXII, nº 583).

O breve compêndio apresenta o que seria o mínimo para o entendimento da fé, da prática da confissão e da comunhão, e para um “bem morrer” cristão. Apresentava ao todocinquenta e duas perguntas divididas, em quatro partes temáticas, referentes à criação, à confissão, à comunhão e ao ato de contrição, junto com as perguntas para os moribundos.

A primeira parte e a mais longa de todas era composta de vinte e nove perguntas e respostas. Aqui transcrevemos um pequeno trecho dela com a ortografia original que, segundo as *Constituições Primeiras*, seria a forma de falar dos escravos no Brasil. Começava assim o breve catecismo:

P.Quem fez este mundo? R. Deos. P. Quem nos fez a nós? R. Deos. P. Deos onde esta? R. No Céu, na Terra e em todo mundo. P. Temos um só Deos ou muitos? R. Temos um só Deos. P. Quantas pessoas? R. Tres. P. Dize os seus nomes? R. Padre, Filho, e Espirito Santo. P. Qual destas Pessoas tomou a nossa carne? R. O Filho. P. Qual destas Pessoas morreo por nós? R. O Filho. P. Como se chama este Filho. R. JESUS Christo. Sua Mãi como se chama? Virgem Maria.(VIDE, 2007: LIV.III, Tit. XXXII, nº 579).

Diante do exposto, podemos perceber que o tema da criação era o primeiro a ser abordado, seguindo uma tradição catequética antiga e medieval retomada e ampliada pelo IV Concílio Lateranense. O texto seguia apresentando perguntas referentes às pessoas da Trindade, dando um destaque especial para o Filho e para seu destino depois da morte. Em seguida, apresentava perguntas e respostas sobre a vida após a morte. Nas quinze perguntas e respostas sobre o destino da alma e do corpo após a morte, é possível notar a orientação escatológica, uma vez que a transmissão enfática das noções de céu e inferno fica bastante evidente no texto. Se o catecúmeno aceitasse os ensinamentos cristãos teria um final perfeito, se por outro lado não aceitasse, seu destino seria o inferno³⁴:

P. Quem fez este mundo? R. Deos. P. Quem nos fez a nós? R. Deos. P. Deos onde está? R. No Ceo, na terra, e em todo o mundo. P. Temos um só Deos, ou muitos? R. Temos um só Deos. P. Quantas pessoas? R. Tres. P. Dize os

³⁴ Vale lembrar que a memória dessas ameaças escatológicas estavam sempre presentes nos principais sermões publicados pelos religiosos da época, mormente Vieira, Benci, Antonil, Manuel Bernardes, Manoel Ribeiro Rocha, dentre outros (CASIMIRO, 2002).

seus nomes R. Padre, Filho, e Espírito Santo. P. Qual destas Pessoas tomou a nossa carne? R. O Filho. P. Qual destas pessoas morreu por nós? R. O Filho, P. Como se chama este Filho? R. JESUS Christo. P. Sua Mãe como se chama? R. Virgem Maria. P. Onde morreu este Filho? R. Na Cruz. P. Depois que morreu onde foi? R. Foi lá abaixo da terra buscar as almas boas. P. E depois onde foi? R. Ao Ceo. P. Há de tornar a vir? R. Sim. P. Que há de vir buscar? R. As almas de bom coração. P. E para onde as há de levar? R. Para o Ceo. P. E as almas de máo coração para onde hão de ir? R. Para o inferno. P. Quem está no inferno? R. Está o Diabo (VIDE, 2007: LIV.III, Tit. XXXII, nº 579).

A orientação escatológica esteve presente desde os primórdios do cristianismo. Em Mateus, aparece uma versão do discurso escatológico de Jesus: “Então aparecerá no céu o sinal do Filho do homem, e todos os povos da terra se lamentarão e verão o Filho do homem, vindo sobre as nuvens do céu, com poder e grande glória” (Mt 24, 30), o último capítulo da *Didaqué* trata da escatologia, ou seja, da hora incerta da segunda vinda de Jesus. Muitos outros nomes importantes da Igreja fizeram suas afirmações escatológicas. O Papa Gregório Magno, por exemplo, despertou uma febre escatológica, ao considerar próximo o fim do mundo, um pouco antes, Eusébio de Cesaréia, na *História eclesiástica*, considerou que a vitória de Constantino era: “a demonstração evidente do estabelecimento atual do reino escatológico de Deus no mundo”. Na abordagem que fez sobre escatologia, Le Goff (2012) afirma que a orientação escatológica era bastante comum no mundo judaico- cristão e que ela se formou a partir da Bíblia.

A escatologia judaica continua baseada no Antigo Testamento, enquanto, no cristianismo, os desenvolvimentos feitos pelo Novo Testamento na escatologia veterotestamentária são mais importantes, apesar das variações de interpretação da escatologia neotestamentária. Penso que o último livro do Novo Testamento, o Apocalipse de São João, deva ter um lugar à parte, que pela sua excepcional importância na escatologia cristã, quer pela necessidade de o situar simultaneamente numa literatura judaica e cristã, que ultrapasse em muito o Novo Testamento (LE GOFF, 2012, p.326).

Na segunda parte do compêndio, referente à instrução para a confissão, são apresentadas oito perguntas com suas respectivas respostas, que apresentam o objetivo da confissão, os benefícios para quem se confessa e os malefícios para os que escondem os pecados:

P. Para que é a Confissão? R. Para lavar a alma do peccado P. Quem faz a confissão esconde peccado? R. Não. P. Quem esconde peccados para onde vai? R. Para o inferno. P. Quem esconde peccados, hade tornar a fazer mais ? R. Não P. Que faz o peccado? R. Mata a alma. P. A alma depois da

Confissão torna a viver? R. Sim. P. O teu coração hade tornar a fazer peccado? R. Não. P. Por amor de quem? R. Por amor de Deos (VIDE, 2007: LIV.III, Tit. XXXII, nº 580).

Na terceira parte da breve instrução, referente aos ensinamentos para a comunhão, são apresentadas nove perguntas sobre o motivo da comunhão e sobre a presença de Jesus na eucaristia:

P. Tu queres Comunhão? R. Sim. P. Para que? R. Para por na alma a nosso Senhor JESUS Christo. P. E quando está nosso Senhor Jesus na Communão? R. Quando o Padre diz as palavras. P. Aonde diz o Padre as palavras? R. Na Missa. P. E quando diz as palavras? R. Quando toma na sua mão a Hostia. P. Antes que o Padre diga as palavras, está já na Hostia nosso Senhor Jesus Christo? R. Não. Está só no pão. P. E quem poz a nosso Senhor Jesus Christo na Hostia? Elle mesmo, depois que o Padre disse as palavras (VIDE, 2007: LIV.III, Tit. XXXII, nº 581).

Na quarta e última parte do compêndio é apresentado um ato de contrição para os escravos e a gente rude: “Meo Deos, meu Senhor: o meu coração só vos quer, e ama: eu tenho feito muitos peccados, e o meu coração doe muito por todos os que fiz. Perdoai-me meu Senhor, não hei de fazer mais peccados: todos boto fora do meu coração, e da minha alma por amor de Deos” (VIDE, 2007: LIV.III, Tit. XXXII, nº 582) e cinco perguntas destinadas aos moribundos que desejassem um morrer cristão: “P.O teu coração crê tudo o que Deos disse? R. Sim. P. O seu coração ama só Deos? R. Sim. P. Deos hade levarte para o Ceo? R. Sim. P. Queres ir para onde está Deos? R. Sim. P. Queres morrer porque Deos assim quer? R. Sim” (VIDE, 2007: LIV.III, Tit. XXXII, nº 583).

Numa perspectiva crítico-construtiva, alguns comentários são dirigidos a este modelo de catecismos perguntas e respostas que, através de técnicas mnemônicas levavam o fiel à memorização, sem investigar o público alvo ao qual se destinava:

[...] redigidos com fins apologéticos, os pequenos catecismos se dirigem mais à razão e à memória, sem levar em conta a vida concreta do destinatário, nem suas questões particulares, nem sua situação pessoa, nem o específico de sua faixa etária bem como a evolução das faculdades e atitudes pessoais do evangelizador (MÓRAS, 2004, p.17-18).

Era comum, os pequenos catecismos terem uma linguagem doutrinal decorativa. Pelas mnemotécnicas, os catecúmenos aprendiam mais facilmente os ensinamentos cristãos

(MORÁS, 2004). O breve compêndio apresentado pelas *Constituições Primeiras* visava, sobretudo, a conversão dos escravos. Mostra a necessidade de processos mnemônicos para a assimilação dos ensinamentos cristãos, mas, faz uma alegação de que os escravos não estavam aptos a processos mnemônicos extensos, renunciando, portanto, à memorização de orações e formulações doutrinárias, que se acreditavam difíceis de serem lembradas por gente “rude”.

Segundo as *Constituições Primeiras*, o modelo baseado em perguntas e respostas, atenderia melhor aos objetivos da conversão dos negros escravos, uma vez que, trechos mais curtos facilitariam a memorização: “[...] as suas perguntas, e respostas serão as examinadas para elles se confessarem, e commungarem Christamente, e com mais facilidade, do que estudando de memoria o Credo, e outras lições, que só servem para os de maior capacidade” (VIDE, 2007: LIV.III, Tit. XXXII, nº 578).

4.2 Um projeto escravista-cristão

Conforme vimos, as *Constituições Primeiras* estabeleceram uma forma de doutrina simplificada para catequizar os escravos. Entretanto, achamos contraditória essa relação entre escravidão e catequese. Como poderia a Igreja Católica estabelecer um modelo de catequese direcionado aos negros, quando legitimava a escravidão dos filhos da África? Esse tema tão complexo e delicado muito preocupou os estudiosos do assunto, que chegaram a interpretações nem sempre convergentes.

Partindo do pressuposto de que os catecismos eram elaborados de forma pensada e que sua função era principalmente a de convencer os fiéis, buscamos alguns condicionamentos históricos e teológicos que pudessem ter influenciado a Igreja Católica no estabelecimento desse catecismo simplificado direcionado aos escravos.

Contudo, achamos necessário primeiramente deixar claro o posicionamento da Igreja frente à escravidão. Um posicionamento que tem suas origens desde épocas mais remotas, e que, pela memória teológica cristã, foi mudando nos diferentes tempos e lugares. A partir da revisão bibliográfica, podemos afirmar que os fundamentos sobre a escravidão estavam incrustados na mentalidade da Igreja desde a Antiguidade, e atravessou toda a Idade Média até chegar à Idade Moderna. Mas, suas raízes foram fincadas por autores clássicos que, ao longo do tempo, engendraram tal concepção. São Paulo, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino foram alguns desses teólogos. Seus posicionamentos frente à questão da escravidão,

geraram uma memória que foi sendo ressignificada e adaptada à compreensão e às conveniências de cada tempo e lugar.

Uma amostra que revela claramente essa adaptação foi o posicionamento distinto que a Igreja Católica adotou com relação à escravização dos indígenas e dos negros africanos, no contexto do Brasil colonial. Diferentemente da escravização dos indígenas, a escravização dos negros foi de certo modo, invisível aos olhos da Igreja. De alguma forma, a questão da humanidade do escravo negro permaneceu em uma espécie de limbo, zona morta da consciência moral da época, esquecida ou entendida como natural (WEFFORT, 2012). Podemos inclusive afirmar que a atitude da Igreja Católica frente à escravidão negra foi de conivência, uma vez que várias ordens religiosas possuíam escravos e o tráfico também foi exercido por religiosos (HOORNAERT, 1983).

A Ordem dos jesuítas, por exemplo, largamente responsável pela educação colonial, apologista do humanismo cristão da Igreja tridentina, herdeira da escolástica de São Tomás, combatente do cativo indígena, foi conivente com a escravidão dos negros, tanto que Serafim Leite (2004), em uma análise sobre a postura dos missionários frente à escravidão, afirma que só havia dois caminhos a serem seguidos pelos padres: declararem-se contra a escravidão e serem expulsos do Brasil, ou aceitarem o fato da escravidão e tentarem combater, pelo exercício da caridade, os excessos de violência sofridos pelos negros.

De acordo com Azzi (2008), a principal justificativa apresentada para a escravidão negra era a doutrina da guerra justa³⁵. Os negros poderiam ser escravizados, desde que capturados num combate envolvendo interesses de promoção da fé no continente africano. Em nível popular, porém, a tese mais difundida para justificar o sistema escravista era a doutrina da maldição divina.

Sob esse prisma, três interpretações diversas, mas convergentes, eram apresentadas para explicar a origem da escravidão negra: a) a primeira versão defendia que a escravidão era consequência do pecado de Adão e da maldição imposta ao homem de trabalhar com o suor de seu rosto; b) a segunda considerava os africanos como descendentes de Caim, e, portanto, traziam na carne a maldição divina. Por ter cometido o primeiro homicídio da humanidade, Deus teria colocado um signo na carne de Caim, para que não fosse morto, mas vivesse continuamente expiando o seu crime. Na tradição popular, a negritude era o sinal imposto por Deus; c) a terceira versão defendia que os africanos eram descendentes de Cam, o filho de Noé, amaldiçoado pelo pai por ter zombado de sua nudez, quando jazia embriagado após ter

³⁵ Essa justificativa da guerra justa tem sua defesa principalmente na obra *Justitia e Jure* do jesuíta Luiz de Molina (1535-1600) (LEITE, 1965).

provado o fruto da videira (AZZI, 2008).

Salvo raríssimas exceções, não se discutia a imoralidade da escravidão negra dentro da Igreja³⁶. O que se discutia, em especial entre os missionários jesuítas, era a forma e os excessos da sua aplicação. Dentre as vozes que se levantaram denunciando os abusos cometidos por senhores e capatazes contra os negros, merece destaque, o já citado jesuíta Jorge Benci, que por meio de sua obra, buscou dar uma feição cristã à escravização colonial, ao estabelecer uma fórmula de aconselhamento para os senhores no trato dos cativos que se baseava no: “*panis, disciplinae et opus servo* – pão, ensino ou castigo e trabalho, fórmula extraída do Eclesiástico e combinada com Aristóteles” (VAINFAS, 1986, p.73).

No decorrer da escravidão colonial, os africanos, arrancados violentamente de seu meio e embarcados em navios infectos para serem escravizados no Brasil, nunca se conformaram. A partir do final do século XVII, as insatisfações eram muitas e cada vez se tornavam iminentes os levantes. O medo que colonos, jesuítas e autoridades régias sentiam de rebeliões negras, se intensificou ainda mais após o levante de Palmares.

No contexto das lutas para expulsar os holandeses que se estabeleceram no nordeste brasileiro, se formou em Alagoas um “Estado negro”, mais conhecido como Palmares. Um quilombo que conseguiu resistir durante quase cem anos as sucessivas expedições oficiais enviadas para derrotar os quilombolas (VAINFAS, 1996, p.64-65).

Foi justamente o desejo de evitar novos Palmares que levou a Igreja a desenvolver um projeto escravista-cristão na transição do século XVII para o século XVIII. Segundo o autor, mesmo citando pouco Palmares, que era considerado um assunto tabu dentro da Igreja, o levante teria levado os jesuítas a sérias reflexões acerca da escravidão africana, principalmente a uma solução quanto a conciliar escravidão e catequese dos negros, assunto que já vinha afligindo a Igreja, principalmente os inicianos, havia décadas³⁷.

Coincidentemente ou não, nessa época surgiram algumas obras valiosíssimas que podem nos ajudar a entender mais claramente esse novo posicionamento da Igreja frente à escravização dos negros, como exemplo, os *Sermões* de Vieira, impressos entre 1679 e 1689, o sermonário de Jorge Benci, reunido na *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* (1705), a célebre obra de Antonil, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e*

³⁶Alguns padres se levantaram contra a escravidão dos negros e foram punidos por adotarem tal atitude, podemos citar alguns exemplos: Padre Gonçalo Leite (1546-1603), Padre Miguel Garcia(1550-1614), Padre Gabriel Malagrida (1689-1760).

³⁷ Os jesuítas falaram pouco sobre Palmares, mas falaram muito sobre a escravidão.

minas (1711) e as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707), obra na qual se encontra o modelo de catequese por nós estudado.

A mensagem que tais obras buscavam introjetar nos colonizadores e colonizados variava conforme o receptor do discurso. Aos escravos recomendava-se o conformismo com a situação de cativo e a esperança de uma vida melhor após a morte. Aos senhores, o tom era quase sempre de ameaça com castigo do Céu e da Terra, caso não cuidassem da salvação espiritual e humana dos negros, negando-lhes, em alguns casos, a possibilidade da catequese e abusando do direito de explorá-los e castigá-los (VAINFAS, 1996).

Independentemente dos discursos que estas obras tentaram interiorizar em seus receptores, uma coisa é certa, a Igreja havia mudado sua forma de pensar a escravidão africana³⁸. Segundo Vainfas (1996), até o século XVI não se percebeu nenhuma preocupação da Igreja com relação à catequese dos africanos, bem como nenhuma indignação contra o apresamento injusto ou contra os castigos exagerados. Para o autor, essa tomada de consciência a partir do Século XVII, está relacionada ao crescimento do tráfico, ao aumento da escravidão no litoral e às constantes rebeliões e fugas de escravos africanos. Foi como se o temor tivesse repentinamente encaminhado os inácianos à possibilidade de desenvolver um projeto combinando catolicismo tridentino e escravismo, no sentido de amortecer os conflitos.

Vieira, por meio de seus discursos, recomendava que os negros aceitassem o cativo, os castigos e as afrontas. Para ele, os negros africanos, a quem chamava de “etíopes”, eram os eleitos de Deus e feitos à semelhança de Jesus para salvar a humanidade por meio do sacrifício. Suas ideias eram habilmente encadeadas para demonstrar a similitude entre a condição dos escravos e a de Jesus:

Cristo despido e vós despido: Cristo sem comer e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratado em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio (VIEIRA, 1633, p.30).

³⁸ Não pretendemos aqui estabelecer nenhum juízo de valor sobre as obras citadas. Desejamos apenas mostrar que por trás de suas elaborações estavam intrínsecos os interesses ideológicos da época, ou seja, as tendências teológicas discutidas naquele momento.

Dessa forma, podemos observar que Vieira pretendia imprimir na mente dos escravos a concepção cristã da escravidão, buscando torná-los conformados com tal situação. Seus discursos visavam levar o negro à aceitação de sua condição e à não rebeldia.

Antonil também se alinhou ao projeto escravista-cristão, mesmo não acentuando a ideia do “pão espiritual” que, segundo ele, sairia muito caro ao projeto jesuítico. Antonil mostrou sua preocupação com os negros ao defender o matrimônio entre os negros, ao se opor às libidinagens desenfreadas, defender os castigos moderados, opor-se às sevícias, e mostrar preocupação com a fuga dos escravos e a formação de quilombos, embora não mencionasse Palmares:

E bem é que saibam que isto lhes há de valer, porque, de outra sorte, fugirão por uma vez para algum mocambo no mato, e se forem apanhados, poderá ser que se matem a si mesmos, antes que o senhor chegue a açoutá-los ou que algum seu parente tome à sua conta a vingança, ou com feitiço, ou com veneno (ANTONIL, 1979, p.92).

Antonil escreveu esse sermão no período correspondente ao apogeu e à fase final da guerra de Palmares. Para Vainfas (1996), é impossível ver mera coincidência entre as inquietações jesuíticas com o cativo negro e o levante liderado por Zumbi:

Evitar novos Palmares, sem contudo mencioná-lo, eis uma das profundas motivações desse discurso, verdadeiro projeto de cristianizar completamente a escravidão colonial, transformando engenhos em missões, senhores em zelosos missionários, escravos em obedientes filhos de Deus. Utopia conservadora e escravista que admitia os negros no Paraíso, desde que escravos, e os condenava implacavelmente ao Inferno se incorressem no pecado mortal da rebelião (VAINFAS, 1996, p.74).

Dentre todos, o receituário mais sistemático dirigido aos senhores para tratar os escravos à moda cristã foi de Jorge Benci que, com seus sermões, empenhou-se em dar uma feição cristã à escravidão colonial. Seus sermões foram agrupados em uma formulação doutrinária para os senhores e os escravos. Com sua obra, Benci, abordou as condições de vida e trabalho dos africanos, além de fornecer regras, normas e modelos para os senhores governarem de forma cristã seus engenhos.

Também as *Constituições Primeiras*, fortemente influenciadas pelas ideias de Benci, corroboraram com esse modelo escravista-cristão, ao apresentarem uma forma de doutrina simplificada para catequizar os “rudes” escravos:

E porque os escravos do Brasil são os mais necessitados da Doutrina Christã, sendo tantas as nações, e diversidades de linguas, que passam do gentilismo a este Estado, devemos de buscar-lhes todos os meios, para serem instruidos na Fé, ou por quem lhes falle nos seus idiomas, ou no nosso, quando elles já o possam entender. E não há outro meio mais proveitoso, que o de uma instrução accommodada á sua rudeza de entender, e barbaridade de fallar. Portanto serão obrigados os Parochos a mandar fazer copias, (se não bastarem as que mandamos imprimir) de breve fórma do Cathecismo, que vai no titulo 32 para se repartirem por casas dos frequezes, em ordem a elles instruirem aos seus escravos nos mysterios da Fé, e Doutrina Chistã, pela fórma da dita instrução, e as suas perguntas, e respostas serão as examinadas, e mais facilmente do que estudado de memoria o Credo; e outras, que aprendem, os que são de mais capacidade (VIDE, 2007: LIV.III, Tit.III, nº 8).

Igreja e Estado caminharam juntos, e, já que não estavam dispostos a abrir mão dos lucros e benefícios que a escravidão negra lhes trazia, a solução encontrada foi a cristianização dos negros. A evangelização e a catequização acabaram se tornando úteis para a Igreja e para o Estado, já que, com essas práticas, a Igreja poderia manipular a consciência dos negros, fazendo-os aceitarem mais facilmente sua condição de escravos. Na visão dominante, uma vez que aceitassem o Evangelho estariam, ao mesmo tempo, aceitando sua submissão à Coroa. Ambos, Estado Português e Igreja saíam ganhando. É necessário lembrar que no projeto colonizador e evangelizador, essas duas instituições andaram sempre juntas, uma vez que estavam interligadas pelo Padroado Régio.

Para alcançar seus intuitos, a Igreja usou e abusou da teologia da redistribuição, na qual a dor e o sofrimento deveriam ser aceitos com paciência e obediência por parte dos escravos, na esperança e na certeza de uma retribuição proporcional dada por Deus após a morte. Visando uma maior aceitação de seus argumentos, a Igreja chegou a utilizar citações bíblicas e argumentos de teólogos:

[...] permaneça cada um na condição em que se encontrava quando foi chamado. Eras escravo quando foste chamado? Não te preocupes com isto. Ao contrário, ainda que te pudesses tornar livre, procura antes tirar proveito da tua condição de escravo. Pois aquele que era escravo quando chamado pelo Senhor, é um liberto do Senhor (1Co 7,22).

Acreditamos que nem todos os estudiosos dessa relação contraditória entre catequese e escravidão foram felizes em suas argumentações. Alguns até tentaram mostrar que havia interesses ideológicos, mas, também cristãos, por trás dessa catequização:

A maioria dos estudiosos daquele período concorda em afirmar que, além dos rudimentos da doutrina, o interesse de incorporar os negros à cristandade visava, também, torná-los mais dóceis e mais conformados, na tentativa de adaptá-los à situação de escravidão. Mas isso não quer dizer que a regra fosse geral, pois, havia consciência realmente cristã e que se preocupava de veras com o destino das almas coloniais (FRAGOSO, 2000, p. 45).

4.3 A influência da obra de Benci na catequese das *Constituições Primeiras*

O resumo de catequese, direcionado aos “rudes”, apresentado pelas *Constituições Primeiras*, mostra claramente a influência dos escritores e manuais europeus. As citações no rodapé lembram nomes e obras clássicas, como o *Catecismo da doutrina cristã* e de *práticas espirituais* de frei Bartolomeu dos Mártires (1514-1590), o *Jardim espiritual*, do frei Pedro de Santo Antônio (1571-1641), os catecismos de frei Luís de Granada, e escritos como *Alma instruída*, *Báculo pastoral* e outros que manifestam as tendências que penetraram a formação catequética daquele contexto histórico. Estranhamente, as *Constituições Primeiras* fizeram poucas referências ao *Catecismo Romano*. Nas notas de rodapé (parte destinada ao modelo de catequese) só encontramos uma referência a ele. Esta consideração atesta que o sínodo preferiu recorrer diretamente aos Evangelhos, às decisões conciliares, a Patrística, Escolástica, etc, ou seja, obras que também foram utilizadas na elaboração do *Catecismo Romano*.

Foram muitos os autores citados pelas *Constituições Primeiras*, porém, dentre as obras citadas, não desmerecendo as demais, merece destaque a obra do jesuíta Jorge Benci, *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. O jesuíta e sua obra foram referências bastante utilizadas pelo sínodo na elaboração do modelo de catequese. Essa afirmação é embasada na observância de uma grande quantidade de referências à obra do jesuíta nas notas de rodapé. Podemos observar o nome de Benci ao lado de muitas autoridades da Segunda Escolástica. Evidenciando que o sínodo presidido por Monteiro da Vide fez largo uso de sua obra, especialmente nas partes referentes ao trato com os escravos.

Convém lembrar que, na composição do Sínodo que redigiu as *Constituições Primeiras* estava uma significativa representação jesuítica. Dos dezenove examinadores nomeados, seis eram jesuítas, dois eram beneditinos, dois eram carmelitas, dois franciscanos, um agostiniano e um era carmelita descalço. Os cinco restantes eram padres seculares de altas dignidades eclesiásticas (VIDE, 2007).

Jorge Benci nasceu em Rimini, na Itália, em 1650. Aos quinze anos ingressou na Companhia de Jesus, em Bolonha. Em 1681, transferiu-se para Lisboa, com o objetivo de

trabalhar nas atividades missionárias. Mas não foi em solo europeu que Benci defendeu suas mais fervorosas ideias “não foi a velha Europa a arena escolhida por Benci para combater hereges, para defender as suas ideias morais probabilistas, ou para praticar o seu evangelho, mas sim a jovem Colônia Portuguesa, ou seja, o Brasil” (CASIMIRO, 2002, p.187).

Em 1683, Jorge Benci realizou sua profissão solene no Rio de Janeiro. Sete anos depois, quando já se encontrava na Bahia, o jesuíta pediu para sair do Brasil, alegando motivos pessoais. Pediu para voltar a Veneza onde já havia estado ou para ir para a Ilha de São Tomé, contudo sua solicitação não foi aceita e Benci foi enviado para Lisboa, onde trabalhou com os assuntos referentes à Província do Brasil até 1708, ano de seu falecimento.

Em sua estadia na Brasil, Benci redigiu sermões que foram publicados em Roma no ano de 1705. No período em que esteve na Bahia, foi companheiro do padre Antônio Vieira (1608- 1697), cujos sermões sobre a escravidão dedicados a Nossa Senhora do Rosário, entre 1686-1688, podem ter servido de inspiração para sua obra mais importante, *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. Por situar-se cronologicamente entre os mencionados sermões de Vieira e a obra de Antonil (1711), a *Economia Cristã*, indicada, na análise de Vainfas (2000), pode ser considerada um esforço orquestrado pelos jesuítas, daquela época, para organizar e divulgar as ideias da Companhia relativas à escravidão, projeto que seria continuado, mais tarde, nas obras do bispo Azeredo Coutinho.

A Obra é dividida em uma introdução e quatro discursos, onde o jesuíta aborda as condições de vida e trabalho dos negros escravizados, bem como normas e regras que os senhores cristãos deveriam adotar com relação aos seus escravos.

Os senhores deveriam antes de tudo se governarem a si mesmos, à luz dos preceitos divinos do catolicismo, para serem dignos da condição senhorial. Verdadeiros senhores eram os senhores cristãos, e só assumindo esse papel é que poderiam bem governar os escravos (VAINFAS, 1996, p.73).

Os quatro sermões apresentavam uma fórmula que Benci utilizava para aconselhar os senhores: *panis, disciplinae et opus servo*. A análise de cada uma dessas obrigações para com os cativos organiza as diferentes partes da obra, às quais se acrescenta a obrigação de lhes ensinar a doutrina. Ou seja, o jesuíta falava da necessidade do sustento físico, do pão espiritual (a doutrina cristã), do trabalho e do castigo.

Diante do exposto, percebe-se que a obra definia assim a imagem do senhor cristão, que deveria agir como pai no sustento de seus filhos; como ministro, no zelo pela educação

cristã; com juiz, na aplicação proporcionada dos castigos; e como “ser racional, amante da moderação” (VAINFAS, 2000, p. 456).

Foi mais precisamente nos dois primeiros discursos da *Economia Cristã*, que os peritos do sínodo buscaram as razões pelas quais os senhores coloniais e os párocos deveriam catequizar os escravos. Segundo Casimiro (2002), é possível evidenciar exatamente ‘onde’, ‘quando’ e ‘em que’ as *Constituições* se ampararam nos argumentos bencianos.

A breve instrução dos mistérios da fé prescrita para os escravos, por exemplo, foi inspirada diretamente no segundo sermão de Benci, que faz referência ao que deveria ser feito para ministrar-lhes o "pão espiritual", ou seja, a catequização. Vejamos o que o texto de Benci diz sobre a catequese para os negros:

69 Quando não possais ou não queirais [doutrinar os escravos]: porque os não trazeis aos Colégios e casas da Companhia, e aos mais Conventos das outras famílias Religiosas, onde há operários, que têm à sua conta ensinar os escravos no seu mesmo idioma; (BENCI, 1977, p. 89).

Já as *Constituições Primeiras* dizem sobre o ensinamento dos conteúdos doutrinários aos negros:

55 [...] muitos escravos, que há neste Arcebispado, são muitos delles tão buçaes, (33) e rudes, que, pondo seus senhores a diligencia possível em os ensinar, cada vez parece que sabem menos, compadecendo-nos de sua rusticidade, e miseria, damos licença aos Vigarios, e Curas, para que constando-lhes a diligencia dos senhores em os ensinar, e rudeza (34) dos escravos em aprender, de maneira que se entenda, que ainda que os ensinem mais, não poderão aprender, lhes possão administrar os Sacramentos do Baptismo, Penitência, Extremunção, e Matrimonio, (35) catequizando-os primeiro nos mysterios da Fé, nas disposições (36) necessárias para os receber (VIDE, 2007: LIV.I, Tit. XIV, nº 55).

Podemos citar outros exemplos onde as determinações apresentadas pelas *Constituições Primeiras* comungam claramente com o pensamento de Benci. Com relação ao dia do Senhor ser usado pelos negros para produzirem seus alimentos, Benci fala: "Logo, se por faltar com o sustento aos escravos, os obrigais a procurá-los nos domingos e dias santos: não vedes que peçais gravemente" (Discurso I, parágrafo 1, n.21 e 22) e as constituições afirmam:

E não cuidem alguns que satisfazem esta dita obrigação com lhe deixarem livres os Domingos e dias santos; porque ainda este é erro pior, que o primeiro, pelo mais que lhe acresce, de darem com isso ocasião aos escravos

de faltarem nesses dias ao preceito da Igreja [...] (VIDE, 2007: LIV.I, Tit. XIV, nº 55).

Ao compararmos os dois textos, percebemos uma similitude em seus conteúdos. Uma similitude que podemos dizer oficializada, a partir da observância das notas de rodapé do texto das *Constituições Primeiras*. As fontes inspiradoras da obra de Benci, por outro lado, provêm de uma longa história do pensamento teológico cristão, e mesmo do pensamento teológico do contexto benciano.

[...] o conjunto pedagógico sintetizado por Benci se ampara nos argumentos da Sagrada Escritura, da Patrística, da Escolástica, dos clássicos greco-romanos, do Direito Divino e Natural, do Direito Romano, dos cânones da Igreja e dos comentários de teólogos, seus contemporâneos. Todavia, seu discurso se ampara, antes de tudo, no referencial bíblico: na Revelação antio-testamentária, contida no *Gênesis*, nos livros dos *Provérbios*, do *Eclesiástico*, e na Revelação crística (CASIMIRO, 2002, p.208).

Estas considerações atestam que as normas que mandavam e ordenavam os pais e os párocos ensinarem aos seus escravos: indicando como batizar os escravos adultos; exigindo que deixassem livres os escravos nos domingos e festas de guarda e obrigando os párocos a fazerem práticas espirituais e ensinarem a doutrina cristã aos seus fregueses, foram tributárias da *Economia Cristã*, que por outro lado, foi tributária de toda uma memória coletiva cristã que vem perpassando a longa trajetória da Igreja Católica e ainda se encontra arraigada no universo daqueles que se consideram cristãos.

5 – CONCLUSÃO

Nos séculos primeiros do cristianismo, alguns judeus e gregos convertidos, conhecedores da filosofia platônica e aristotélica, abraçaram a causa cristã e se tornaram os primeiros pais da Igreja Cristã. Foi o período da Patrística, também chamada época dos “Primeiros Padres”, quando aconteceram os primeiros concílios, elaboraram-se as principais apologias ao cristianismo, homilias, sumas teológicas, e, principalmente os instrumentos evangelizadores, ou seja, os primeiros manuais catequéticos.

No decorrer da história, o cristianismo passou por várias fases, interpretações teológicas, disputas e alianças com o poder, notadamente nos momentos de crise teológica e moral, como, por exemplo, na Idade Média, com a ascensão e queda da chamada “Escolástica”; no início da Modernidade, com o Humanismo e o Renascimento; no período que se seguiu às navegações; com a colonização das terras conquistadas, com a nomeada “Segunda Escolástica”; com a fundação da Companhia de Jesus e a sua proibição na segunda metade do século XVIII. Em toda essa caminhada do cristianismo, a matriz inicial preservou seu cabedal de conhecimentos e os manuais evangelizadores conservaram o cerne inicial.

Demonstrar que o modelo de catequese estabelecido pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, criado e inserido na colônia portuguesa da América, no início do século XVIII, foi herdeiro de uma memória coletiva cristã milenar foi um dos objetivos dessa pesquisa. Uma memória coletiva que, alimentada pela coesão do grupo e mantida pelo sentimento de pertencimento cristão, vem perpassando a longa trajetória da Igreja Católica e orientando, de acordo com as interpretações e interesses de cada contexto, as ações e modelos adotados pela Igreja. Uma vez que a tradição cristã dos primeiros séculos e dos demais períodos da história da Igreja com suas imensas riquezas sempre estiveram presentes, inspirando a teologia da Igreja Católica.

Frei Bartolomeu de Las Casas, por exemplo, foi um grande evangelizador dos ameríndios. Nas suas idas e vindas pelos caminhos e descaminhos da América, levava sua biblioteca ambulante, carinhosamente transportada pelos indígenas, os quais acreditavam que aqueles livros eram instrumentos para a sua defesa. Em meio aos pertences do frei estavam os Evangelhos, as Cartas do Apóstolo Paulo, a Suma de Tomás de Aquino, mas, também, os escritos de S. João Crisóstomo, o predileto de Las Casas, ao lado de Santo Agostinho, de S.

Gregório, e de tantos outros Padres da Igreja, que o ajudaram a implantar a Igreja no Novo Mundo.

Tomando como exemplo Las Casas, podemos afirmar que os cristãos não precisaram viver diretamente com Jesus para que guardassem a memória de seus ensinamentos. Essa memória foi tomada de empréstimo a indivíduos que conseguiram perpetuar estes ensinamentos e transmiti-los a comunidades ligadas pelo cristianismo.

O sínodo responsável pela elaboração do catecismo das *Constituições Primeiras* também fez uso do conjunto das tradições doutrinárias, litúrgicas, morais e eclesiais da Igreja. Em sua elaboração, fica visível a utilização dos cabedais do Antigo Testamento e dos Evangelhos; dos ensinamentos dos primeiros Padres, dos conhecimentos da patrística e da escolástica, das disposições conciliares tridentinas, das homilias, dos dogmas e cânones da Igreja, dentre outras tantas contribuições. Uma memória que vem perpassando gerações e perdurando desde a Antiguidade.

A eucaristia, as orações, a missa, dentre outras tantas práticas e ensinamentos cristãos tornaram-se elementos imprescindíveis para a manutenção dessa memória coletiva cristã. Dentre esses elementos, a evangelização e a catequese, incluindo os manuais de instrução e a prática catequética, foram os maiores guardiões dessa memória, porque tinham justamente esse papel de guardiões. Modelos que, muitas vezes, imbuídos de um discurso ideológico visavam muito mais do que evangelizar e catequisar.

Variada literatura aponta, conforme mencionado na extensão do texto, que o ajuste entre Igreja e poder temporal se repetiu em muitos momentos da história. As armas mais eficazes desse ajuste provinham justamente dos pensamentos dos seus ideólogos, desdobrados em matérias de teologia moral, direito canônico, escritos espirituais, vidas dos santos e, especialmente, manuais evangelizadores e catequéticos. Enfim, um arsenal ideológico do qual ficava difícil escapar.

Documentos elaborados pelos mais capazes pensadores religiosos e intelectuais católicos que serviam como instrumentos de poder e controle dos fiéis, hoje servem como fontes de história e memória da Igreja, levando em conta que, segundo Le Goff (2012), o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Sua utilização pelo poder é o que o transforma em monumento. O documento não é inócuo. É, antes de qualquer coisa, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a

viver, muitas vezes esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.

Podemos, portanto, considerar o catecismo das *Constituições Primeiras* como um documento-monumento, pois foi fruto de escolhas e intenções de quem o elaborou, ou seja, produto da sociedade colonial que o fabricou. Escolhas e intenções muitas vezes envolvidas em relações de poder.

Por outro lado, não podemos negar que as *Constituições Primeiras* tenham sido precursoras ao estabelecerem um catecismo simplificado para a catequização dos negros escravos, mesmo que sua inserção tenha ocorrido em um momento histórico no qual a colônia era abalada pelas repercussões do levante de Palmares e que o temor tivesse repentinamente mostrado à Igreja a possibilidade de desenvolver um projeto combinando catequese e escravismo, no sentido de amortecer os conflitos.

Ao imprimir na mente dos escravos a concepção cristã da escravidão, a Igreja Católica cumpria seu papel religioso, sua missão evangelizadora e catequizadora e, ao mesmo tempo, buscava tornar os negros escravos conformados com a situação na qual estavam inseridos. Interesses religiosos e políticos caminharam de mãos dadas.

Nosso objetivo foi a análise do catecismo das *Constituições Primeiras* enquanto documento para permitir a sua utilização científica. Todo documento deve ser analisado e criticado, para que possamos não apenas discernir o seu conteúdo, mas, para desmistificá-lo. Todavia, não podemos analisá-lo isoladamente do conjunto de documentos do qual faz parte. Pois corremos o risco de subestimar o texto que exprime a superioridade, não do seu testemunho, mas do ambiente que o produziu. Haja vista que cada época tem sua consciência e suas produções são produtos dessa consciência.

Mesmo em meio a tantos contextos históricos e adaptações, a essência do cristianismo não se diluiu, pelo contrário foi fortalecida por uma memória coletiva que se encontra no grupo formado por indivíduos cristãos, inserido na sociedade circundante.

Essas afirmações conclusivas ficam evidentes quando levamos em conta, a partir da teoria da memória, a presença das categorias pedagógicas inseridas no catecismo das *Constituições Primeiras* e que são resultantes de princípios cristãos advindos da cultura cristã multissecular — a história da criação, a aliança, a terra prometida, a descendência de Abraão, o rei Davi, o nascimento de Jesus, sua vida e o seu sacrifício, a ressurreição e fundação da Igreja; as orações, os mandamentos, os pecados capitais, as obras de misericórdia, os mandamentos da Igreja, os sacramentos — categorias essas presentes nos catecismos que

precederam e sucederam àquele das *Constituições* baianas e que obedecem à fórmula infalível de “crer, orar e agir, tal como preconizou Santo Agostinho.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **A Instrução dos Catecúmenos** – Teoria e Prática da catequese. Petrópolis: Vozes, 2005.

ALTANER, B. e STUIBER, A. **Patrologia: vida, obra e doutrina dos Padres da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1988.

AMBRÓSIO. **Explicação do Símbolo**. São Paulo: Paulus, 1996.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas minas (1711)**, 2ª ed., São Paulo, Melhoramentos/INL, 1979.

ARNAUT DE TOLEDO, Cézar de Alencar; RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins. A filosofia educacional dos jesuítas nas Cartas de Pe. José de Anchieta. **Acta Scientiarum**. Maringá, v.25, n.2, 2003.

ARNAUT DE TOLEDO, Cézar de Alencar. Razão de estudos e razão política: um estudo sobre o *Ratio Studiorum*. In: JUNIOR, O. S.; RIBAS, M. A. A. B.; TOLEDO, C. A. A de (Org.). **Origens da Educação Escolar no Brasil Colonial**, v. II. Maringá: EDUEM, 2013.

ARNAUT DE TOLEDO, C. A.; RUCKSTADTER, V.C.M. O teatro jesuítico na Europa e no Brasil no Século XVI. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M.I.M. (Org.). **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas: FAE: HISTEDBR, 2006.

ARNAUT DE TOLEDO, Cézar de Alencar; RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins. Estrutura e organização das *Constituições* dos jesuítas (1539-1540). **Acta Scientiarum**. Maringá, v. 24, n. 1, p. 103-113, 2002.

AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida: Santuário, 2008.

BARAÚNA, Luís João. **Sto. Tomás de Aquino e Dante Alighieri**. São Paulo: Nova Cultural, 1979.

BASÍLIO MAGNO. **As Regras Monásticas**. Petrópolis: Vozes, 1983.

BENCI. **Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 1973.

BLOCH, Marc. Memória coletiva, tradição e costumes: a propósito de um livro recente. In **História e Historiadores**: textos reunidos por Étienne Bloch. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

BOEHNER, Philotheus e GILSON, Etienne. **História da Filosofia Cristã**. Petrópolis: Vozes, 1995.

BOGAZ, A. S.; COUTO, M. A.; HANSEN, J. H. **Patrística: caminhos da tradição cristã**. São Paulo: Paulus, 2008.

BULFINCH, Thomas. **O livro de Ouro da Mitologia – História de Deuses e Heróis**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

BRAVO, Arturo. **O estilo Pedagógico do mestre Jesus**. São Paulo: Paulus, 2007.

CAMINHA, Pero Vaz: A carta de Pero Vaz de Caminha a el-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil. In: SIMÕES, Henrique Campos. Anais do Seminário: **Leituras da carta de Pero Vaz de Caminha**. Bahia (Ilhéus), 1996.

CARDOSO, Armando. Origens da Doutrina Cristã na língua brasílica. In: ANCHIETA, José de (S.J). **Doutrina Cristã**. TomoI. Texto em Tupi e Português. Introdução, tradução e notas de Armando Cardoso (S.J). São Paulo: Loyola, 1992.

CASADEI, Elisa Bachega. Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. **Revista Espaço Acadêmico**. São Paulo (n.108), Marc. 2010.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. **Economia cristã dos senhores no governo dos escravos: uma proposta pedagógica jesuítica no Brasil colonial**. 2002. 482f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

_____. Igreja, Educação e Escravidão no Brasil Colonial. **Politéia: História e Sociedade**. Vitória da Conquista. v. 7, n. 1, p.85-102, 2007. Disponível em: <http://www.uesb.br/politeia/v7/artigo4.pdf> . Acesso em: Abril de 2014.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Petrópolis: Vozes , 1998.

CESARÉIA, Eusébio de. **História Eclesiástica**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 1999.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia: História e Grandes Temas**. São Paulo: Saraiva, 2000.

DIDAQUÉ. **Catecismo dos Primeiros cristãos**. Petrópolis: Vozes, 2009.

DOWLEY, Tim. **Os Cristãos – Uma História Ilustrada**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

DREHER, Martin N. **A Igreja no Império Romano**. V.I. São Leopoldo: Sinodal, 1993.

DREHER, Martin N. **Coleção História da Igreja - A Igreja no Império Romano**, V.I. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

DURKHEIM, Émile. **Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FIGUEIREDO, Dom Fernando Antônio. **Curso de Teologia Patrística III: a vida da igreja primitiva (séculos IV e V)**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FRAGOSO, Hugo. **Também sou teu povo, Senhor: Jubileu 2000 – 500anos Evangelizando o Brasil**. Paulo Afonso: CNBB, 2000.

FERREIRA, Ildefonso Xavier. Prólogo. In: VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 1853.

FRÖHLICH, Ronaldo. **Curso Básico de História da Igreja**. São Paulo: Paulus, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. *Los marcos sociales de la memoria*; postfacio de Gérard Namer; tradução de Manuel A. Baeza y Michel Mujica. Venezuela: Anthropos, 2004.

HAMMAN, Adalbert-G. **Para ler os Padre da Igreja**. São Paulo: Paulus, 1995.

HÄRING, Bernhard C. S.S. R. **A Lei de Cristo: Teologia Moral para Sacerdotes e Leigos**. Tomo I, Teologia Moral Geral. São Paulo: Herder, 1960.

HOORNAERT, Eduardo. A cristandade durante a primeira época colonial. In: Hoornaert, Eduardo. **História da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1983.

IGLESIAS, Tania Conceição. **A experiência educativa da ordem franciscana: aplicação na América e sua influência no Brasil colonial**. 2010. 431f. Tese de Doutorado - Programa de Pós Graduação em Educação, da Unicamp, Campinas, 2010.

ISACC, J. e ALBA, A. **História universal – Oriente e Grécia**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

JORGE, José Antonio. **Dicionário informativo bíblico, teológico e litúrgico – com aplicações práticas**. Campinas: Átomo, 1999.

JOSEFO, Flávio. **História dos Hebreus**. Rio de Janeiro: CPAD, 1990.

JÚNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**, São Paulo: Brasiliense, 1987.

KERSTEN, Holger. **Jesus nasceu na Índia**. Rio de Janeiro: Best Seller, 1988.

KLEIN, Luiz Fernando. **Atualidade da Pedagogia Jesuítica**: São Paulo: Loyola, 1997.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2006.

- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas: Unicamp, 2012.
- LUSTOSA, Oscar F. **Catequese Católica no Brasil: para uma história evangelizadora**. São Paulo: Paulinas, 1992.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Portugália, 2004, Tomos II, III e VIII.
- MAGALHÃES, Antônio Carlos. Reafirmando nossa identidade. In: VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 2007.
- MAMIANI, Luís Vincencio. **Catecismo da doutrina christã na Brasilica língua da Nação Kiriri**. Lisboa: Miguel Deslandes, 1698. Disponível em: <<http://biblio.etnolinguistica.org/mamiani-1698-catecismo>>. Acesso em: 25 de agosto de 2014.
- MANACORDA, Mário Alighiero. **História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias**. (Trad.) Gaetano Lo Monaco. São Paulo: Cortez, 1996.
- MANZANARES, César Vidal. **Dicionário de Patrística**. Aparecida: Santuário, 1995.
- MARITAIN, Jacques. **Introdução geral à filosofia**. Rio de Janeiro: Agir, 1989.
- MARROU, Henri-Irénée. **História da Educação na Antiguidade**. São Paulo: EPU, 1990.
- MARTINS, Leopoldo Pires (ofm). **Catecismo Romano**. Petrópolis: Vozes, 1951.
- MATOS, Henrique Cristiano José. **Caminhos pela História da Igreja: uma orientação para iniciantes**. Belo Horizonte: O Lutador, 1995.
- _____. **Introdução à História da Igreja**. Belo Horizonte: O Lutador, 1997.
- MORÁS, Francisco. **As correntes contemporâneas de catequese**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC. Nº 10, 1993.
- O' MALLEY, John W. **Os Primeiros Jesuítas**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.
- PAIVA, Hugo de V. introdução. In: AGOSTINHO, Santo. **A Instrução dos Catecúmenos: Teoria e Prática da Catequese**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- PAIVA, José Maria de. **Colonização e Catequese**. São Paulo: Cortez. 1982.
- PERALTA, Elsa. **Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica**. Arquivos da Memória. Portugal (n.2), 2007.
- PIERINI, Franco. **A Idade Antiga Curso de história da Igreja - I**. São Paulo: Paulus, 1998.

PIERRARD, Pierre. **História da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1982.

PIRES, Martins Leopoldo. **Catecismo Romano**, Petrópolis: Vozes, 1951.

POOLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº10, 1992.

PUNTES, R. V. La Compañía de Jesús y su misión histórica em Brasil. In: Encontro Interinstitucional do Grupo de Pesquisa Educação, História e Cultura: Brasil, 1549-1759, 2002, Maringá. **Anais**. v. 1. p. 1-23.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

RIVERA, Paulo Barrera. **Tradição, transmissão e emoção religiosa: sociologia do protestantismo na América Latina**. São Paulo: Olho d'Água, 2001.

ROCHA, Manuel Ribeiro. **Étiope Resgatado**, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado: discurso sobre a libertação dos escravos no Brasil de 1758. Petrópolis: Vozes, 1993.

RODRIGUES, Pero. **Primeiras Biografias de José de Anchieta**. Introdução e notas de Pe. Helio Abranches Viotti. São Paulo: Loyola, 1988.

ROSA, Maria da Glória. **A História da Educação através de textos**. São Paulo: Cultrix, 1993.

RUSSELL, Bertrand. **História da filosofia ocidental**. Brasília, Editora: Universidade de Brasília, 1982.

SANTO HIPÓLITO DE ROMA. Tradição apostólica de Hipólito de Roma. Liturgia e catequese em Roma no século III. Petrópolis: Vozes, 1977.

SANTOS, Myrian Sepúlvida dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SEGUNDO CATECISMO DA DOCTRINA CRISTÃ. Petrópolis: Vozes, 2008.

SEGUNDO, Juan Luis. **A história perdida e recuperada de Jesus de Nazaré; dos sinóticos a Paulo**. São Paulo: Paulus, 1997.

SOUZA, Neusa Maria Marques de (ORGANIZADORA). **História da Educação**. São Paulo: Editora Avercamp, 2006.

TERRINONI, Ubaldo. **Projeto de pedagogia evangélica**. São Paulo: Paulinas, 2007.

VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial**. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. Deus Contra Palmares: representações senhoriais e ideias jesuíticas. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um Fio: História dos Quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VERDETE, Carlos Curral Marques. **História da Igreja Católica**. v. I. Das origens até ao Cisma do Oriente (1054). São Paulo: Paulus, 2009.

VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 1853.

VIEIRA, Antônio. “Sermão XIV. Na Bahia, à irmandade dos pretos de um engenho em dia de são João Evangelista, no ano de 1633”. In: H. **Cidade** (Org.). *Padre Antônio Vieira*.

WEFFORT, Francisco C. **Espada, cobiça e fé: as origens do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

WENZEL, João Inácio. **Pedagogia de Jesus segundo Marcos**. São Paulo: Loyola, 1997.

ZILLES, Urbano. Prefácio e tradução. In: **Didaqué** – Catecismo dos Primeiros cristãos. Petrópolis: Vozes, 2009.

ANEXOS

A - LIVRO PRIMEIRO DAS CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA

LIVRO PRIMEIRO

DAS

CONSTITUIÇÕES

DO ARCEBISPADO DA BAHIA.

TITULO II.

COMO SÃO OBRIGADOS OS PAIS, MESTRES, AMOS E SENHORES A ENSINAREM, OU FAZEREM ENSINAR A DOCTRINA CRISTÃ AOS FILHOS, DISCÍPULOS, CRIADOS, E ESCRAVOS.

3 Porque não só importa muito, que a Doutrina Christã e bons costumes se plantem na primeira idade³⁹, e puerícia dos pequenos, mas também se conservem na mais crescida dos adultos, aprendendo uns juntamente coma lição de ler, e escrever, as do bem viver no tempo, em que a nossa natureza logo inclina para os vícios, e continuando os outros a cultura da Fé, em que forão instruidos, e crendo nos seus mysterios aquelles, que novamente os ouvirem, ordenamos o seguinte.

4 Mandamos a todas as pessoas, assim Ecclesiasticas, como seculares, ensinarem, ou fação ensinar a Doutrina Cristã á sua familia⁴⁰, e especialmente a seus escravos⁴¹, que são os mais necessitados desta instrução pela sua rudeza, mandando-os á Igreja, para que o Parocho⁴² lhes ensine os⁴³ *Artigos da Fé, para saberem bem crer; o Padre Nosso, e Ave Maria, para saberem bem pedir; os Mandamentos da Lei de Deos, e da Santa Madre Igreja, e os peccados mortaes, para saberem bem obrar; as virtudes, para que as sigão; e os sete Sacramentos, para que dignamente os recebão, e com elles a graça que dão, e as mais orações da Doutrina Christã, para que sejam instruidos em tudo, o que importa a sua salvação.* E encarregamos

³⁹ Cap. Vos aute omnia. de Consecrat. dist 4. cap. Omnis aetas 12. q.1. solorz. de Indiar. gubern. tom 2. lib. 1. c. 25. n. 19.

⁴⁰ 1. ad Timoth. 5.8. Abr. de Paroch. lib. 8. c.7. sect. 2. n. 369. Navar. in manual. cap. 14. n.17. Palau p.1. tract. 4. d. punet. 11. n.2. Constit. Ulyssipon. lib. 1. tit. 3. decret. 1. § 1.

⁴¹ Abr. d. lib. 8. cap. 7. sect. 5. n. 303. Navar. d. cap. 14. n. 21. Benci. Econom. Cristã discurs. 2. § 1. n. 62. cum sequentib. usq. ad num. 71.

⁴² Benci d. discurs. 2. § 2. á n. 72. Abreu d. lib. 7. cap. 2. n. 14. 15. 16.

⁴³ Abreu lib. 7. cap. 1. á num. 1. usq. ad num. 4. et c. 2. n. 16. 17. Barb. de Paroch. p. 1. cap. 15. n. 4. Pal. p. 1. tract. 4. d. 1. punet. 9. et 10. Constit. Ulyssip. d. decret. 1. in principio. et § 1.

gravemente as consciencias das sobreditas pessoas, para que assim o fação, attendendo á conta⁴⁴, que de tudo darão á Deos nosso Senhor.

5 E para que os Mestres dos meninos, e Mestras das meninas não faltem á obrigação do ensino⁴⁵ da Doutrina Christã. Mandamos a nossos Visitadores inquirão com grande cuidado, se elles fazem, o que devem, para que, sendo descuidados, sejam amoestados, e punidos, e lhes revogamos as licenças, que de Nós tiverem, sem as quaes não poderão ensinar.

TITULO III.

DA ESPECIAL OBRIGAÇÃO DOS PAROCHOS PARA ENSINAREM A DOCTRINA CHISTÃ A SEUS FREGUEZES.

6 Porque aos Parochos, como Pastores, e Mestres espirituaes, obriga mais o cuidado de apascentar⁴⁶ suas ovelhas com a Catholica, e verdadeira Doutrina, exhortamos a todos os de nosso Arcebispado, e a todas quaesquer pessoa, a que nelle estiver encarregada a cura das Almas, ainda que sejam izentas, que todos os Domingos⁴⁷ do anno, em que não concorra alguma festa solemne, ensinem aos meninos⁴⁸, e escravos⁴⁹ a Doutrina Chistã no tempo⁵⁰, e hora, que lhe parecer mais conveniente, attendendo aos lugares, e distancias das suas Parochias, ou sejam nas Cidades, ou fora dellas.

7 E para se conseguir o fruto desejado, ordenam os Parochos aos Pais, que mandem aos lugares, e horas determinadas seus⁵¹filhos; e aos Senhores seus⁵² escravos: e se algumas das sobreditas pessoas, esquecidas da obrigação Chistã, a não forem ouvir, e não mandarem as pessoas, que estão a seu cargo, para a ouvirem, sejam certos, que se fazem reos de quantos peccados, se commetterem por falta de Doutrina, de que Deos nosso Senhor lhes fará rigoroso juizo. E aos padres Capellães encommendamos, que nas suas Capellas fação a mesma diligencia, principalmente com os escravos.

8 E porque os escravos do Brasil são os mais necessitados da Doutrina Christã, sendo tantas as nações, e diversidades de linguas⁵³, que passão do gentilismo a este Estado, devemos de buscar-lhes todos os meios, para serem instruidos na Fé, ou por quem lhes falle nos seus idiomas⁵⁴, ou no nosso, quando elles já o possão entender. E não há outro meio mais

⁴⁴ 1. ad. Timoth. 5. 8. Abr. d. lib. 8. n. 393. Pal. d. p. 1. tract. 4. d. 1. punet. 11. n. 2. et 3. Benci d. disc. 2. § 2. n. 73. in fine.

⁴⁵ Trid. sess. 23. de Reform. cap. 18. Gavant. verb. Ludimagist. num. 6. et in manuali p. 2. in prax. visit. Episc. § 5. n. 32.

⁴⁶ Conc. Trid. sess. 5. de Reform. c. 2. vers. Archipresbyter, et sess. 24. de Reform. c. 4. vers. Idem etiam. Tex. in c. Ut quisque 3. de Vita, et honest. Cler. Abr. de Paroch. lib. 2. c. 1. n. 1.

⁴⁷ Concil. Trid. locis. cit. Zerol in prax. Episc. p. 1. verb. Doctrin. Christian. Barb. de Offic. et potes. Par. c. 15. Abreu de Paroch. 1. 2. c. 5. n. 37.

⁴⁸ Abreu de Par. lib: 7. c. 2. n. 16. Barbos. de Off. et potest Par. p. 1. c. 15. n. 7.

⁴⁹ Abr. ubi prox. Const. Egit. lib 1. tit. 2. fol. 5. Portuens. lib 1. tit. 1. Const. 2. § 2. vers. 1.

⁵⁰ Abreu de Par. lib. 7. e. 2. n. 16.

⁵¹ Cap. Ut quisque 3. de Vit. et hones. Cleric. Barb. de Offic. et potest. Par. p. 1. c. 15. n. 7. Pal. p.1. de Fide tract. 4. punet. 11. n. 2. et 3.

⁵² Constit. Ulyssip. lib. 1. tit. 3. decret. 1. § 4. Benc. d. discours. 2. § 1. n. 69. et § 2 á n. 72.

⁵³ Testatur Benci d. disc. 2. § 1. n. 62. et 65.

⁵⁴ Paul. ad. Corinth. 1. e. 14. v. 10. 11. 12. Trid. sess. 24. de Reform. c. 7. text. in cap. In scripturis § Quies itaque 80. q. 1.

proveitoso, que o de uma instrução accommodada á sua rudeza⁵⁵ de entender, e barbaridade de fallar. Portanto serão obrigados os Parochos a mandar fazer⁵⁶ copias, (se não bastarem as que mandamos imprimir) de breve fórma do Cathecismo, que vai no titulo 32 para se repartirem por casas dos freguezes, em ordem a elles instruirem aos seus escravos nos mysterios da Fé, e Doutrina Chistã, pela fórma da dita instrução, e as suas perguntas, e respostas serão as examinadas, e mais facilmente do que estudado de memoria o Credo; e outras, que aprendem, os que são de mais capacidade.

B - LIVRO TERCEIRO DAS CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA

LIVRO TERCEIRO DAS CONSTITUIÇÕES DO ARCEBISPADO DA BAHIA

TITULO XXII.

DA OBRIGAÇÃO QUE OS PAROCHOS TEM DE FAZER PRATICAS ESPIRITUAES, E ENSINAR A DOCTRINA CHRISTÃ AOS SEUS FREGUEZES.

549 Como uma das principais obrigações dos Pastores das almas é (como temos dito) apascentar as ovelhas, que estão commettidas, com a saudável pregação da palavra de Deos, e ensinar-lhes a Doutrina Christã: conformando-nos com o que nesta matéria dispõem o Sagrado Concilio Tridentino⁵⁷, mandamos a todos os Vigarios, Capellães, e Curas de nosso Arcebispado collados, ou annuaes preguem per si proprio a sueus freguezes nos Domingos, e festas solemnes do anno, tendo sciencia, e approvação⁵⁸ nossa.

550 E não tendo sufficiencia para pregar lhes fação praticas espirituas⁵⁹, em que lhes ensinem o que é necessario para fugirem os vícios, e abraçarem as virtudes. E quando nem para isso tiverem sufficiencia (o que delles não esperamos) leião a seus freguezes⁶⁰ alguns capítulos desta Constituição, que pertence á Doutrina Christã. E para que com mais commodidade a possão ensinar lha'a pomos aqui, e é a que se segue.

⁵⁵ Abreu lib. 2. cap. 5. á n. 36. Bene. d. disc. 2. § 2. n. 78. fol. 74.

⁵⁶ Ad ea quae Abr. de Par. lib. 7. c. 2. n. 17. facit Const. Egitanens. lib. tit. 2. e. 2. fol. 7.

⁵⁷ Trid. sess. 25. C. 2. de Reform. et sess. 24. C. 4. dict. tit. de Reform et ibi Barb. n. 6. et 13. Abr. de Instit. Paroc. lib. 2. c. 5. n. 36. cum seq. et lib.5. c. 7. et lib. 7. c. 2. Possevin. de Offic. Curati cap. 4.

⁵⁸ C. excommunicamus § Quia verò de Haeret. Trid. sess. 24. de Reform. c. 4. vers. Nullus. Barbos. ad Trident. Sess. 5. c. 2. n. 22. et de Polest. Episcop. alleg. 76. N. 24. Gavant. verb. Concio Sacra n^o 17. Constit. Egitan. lib. 3. tit. 7. c. 7. n. 13. Brachar. tit. 15. Constit. 12. fol. 246.

⁵⁹ Trident. sess. 5. c. 2. vers. Pro sua, et carum capacitate, et sess. 24. de Reform. c. 7. Abr. de Istit. Paroc. lib. 5. c. 7. n. 49. Constit. Portuens. lib. 3. tit. 6. Constit. 5. vers. 1. Fol. 299. D. Fratr. Bartholom. dos Martyres Catet. lib. 2. fol. 136. Cum seq. DD. ad Trid. sess. 22. de Sacrificio Missae c. 8. Const. Bracharens. Ubi proximè.

⁶⁰ Costit. Portuens. Ioc. Citato. Brachar. tit. 15. Constit. 12. n. 2. vers Item quando.

FORMA DA DOCTRINA CHRISTÃ.

SINAL DO CHRISTÃO.

551 Pelo signal da Santa + Cruz⁶¹, livre-nos Deos nosso + Senhor, de nosso + inimigos. Em nome do Padre, e do Filho, e do Espirito Santo. + Amen.

AS PESSOAS DA SANTISSIMA TRINDADE

552 As Pessoas da Santissima Trindade são três: Padre, Filho e Espirito Santo, três pessoas distinctas, e um só Deo verdadeiro.

INTELLIGENCIA DESTE ALTISSIMO MYSTERIO.

Consiste a verdadeira intelligencia deste Altissimo Mysterio em crer, que cada uma das tres Divinas Pessoas é Deos, e todas tres o mesmo Deos⁶²; mas que são tres Pessoas distinctas de tal sorte, que uma Pessoa não é outra, porque são três distinctas⁶³ em quanto Pessoas, posto que em quanto Deos, são todas tres o mesmo Deos.

E que a Pessoa do Padre não foi primeiro que a do Filho, nem a do Filho primeiro que a do Espirito Santo, mas todas são ab aeterno⁶⁴, e sem principio. E que todas as tres Divinas Pessoas são iguais⁶⁵, de tal sorte, que o Padre não é maior que o Filho, nem o Filho maior que o Espirito Santo, antes são tão iguais, que o mesmo poder, saber, e amor, e tudo o mais que está em uma Pessoas, é o mesmo, que está em todas tres, excepto que uma Pessoa não é⁶⁶ outra.

Das tres Divinas Pessoas se fez Homem a Pessoa do Filho⁶⁷, e este Filho de Deos feito Homem é Christo, cuja Lei professamos.

Christo é Deos, e Homem verdadeiro: em quanto Deos é Filho do Padre Eterno, em quanto Homem Filho da Virgem Maria, em cujas purissimas entranhas tomou carne humana. Christo em que Deos é o mesmo Deos que o Padre, e o Espirito Santo: em quanto Pessoa Divina é igual ao Padre, e ao Espirito Santo, e é menor que o Padre, e que o Espirito Santo em quanto Homem.

⁶¹ Fr. Pedro de S. Antonio no Jardim espiritual tract. 1. c. 2. Per totum. D.Fr. Bartholom. dos Martyres lib. 1. da Doutrina Chistã c. 3. Fol. 7. Cum seq.

⁶² Exodi 20. Paul. ad Ephes. 4. Isai. 6. Psal. 32. Matth. 28. Joan. 5. Symbolum D. Athanas Trident. sess. 3. decret. de Symbol. Fidei. C. Firmiter de sum. Trinit. D. Cyril. lib. 2. Thesaur. c. 1. D. Ambros. lib. 2. de Fide ad Gratian. c. 4. D. Thom. 1. p. q. 74. art. 3. ad 3.

⁶³ C. Firmiter. de sum. Trinitat. Symbol. D. Athanas. Gonet. tom. 6. P. 1, tract. 6. c. 1. § 1. et &c. 6. 7. et 8. Alma Instruida tom. 2. c. 2. num. 11. cum seq. fol. 974. et eod. cap. docum. 1. n. 11. fol. 982.

⁶⁴ Dict. cap. Firmiter, c. un. de Sum. Trin. lib. 6. Symbol. Div. Athan. D. Bern. Epist. 90. Leo Papa Epist. 93.

⁶⁵ Symbol. D. Athan. D. Aug. lib. 15. de Trin. lib. 6. cap. 3. D. Ambros. lib. 5. de Trinit. D. Thom. de Trinit. q. 42. art. 6. D. Chrysolog. Serm. 60. Gonet. diet. tract. 6. de Mysterio Trinitatis c. 10. § 1. Alma Instruida ubi supra.

⁶⁶ Psalm. 66. Isaiae 6. Matth. 28. Joan. 5. D. Bernard. lib. 5. de Considerat. c. 8. D. Hieron. in Psal. 66. D. Ambros. lib. 2. de Fide ad Gratian. c. 4. Gonet. dict. tract. 6. c. 1. § 1.

⁶⁷ Joan. 1. 14. c. Firmiter de summ. Trinit. Suar. tom. 1. disp. 2 sect. 1. 2. et 3. Symbol. D. Athanasii.

SYMBOLO DA FÉ.

553 Creio em Deos⁶⁸ Padre, todo Poderoso, Creador do Ceo, e da terra: e em JESUS Christo um só seu Filho nosso Senhor, o qual foi concebido do Espirito Santo: nasceo da Maria Virgem: padeceo sob poder de Poncio Pilatos: foi crucificado, morto, e sepultado: desceo aos infernos: ao terceiro dia resurgio dos mortos, subio ao Ceo, está assentado á mão direita de Deos Padre todo Poderoso, d'onde hade vir a julgar os vivos, e os mortos. Creio no Espirito Santo, na Santa Igreja Catholica, a communicação dos Santos, a remissão dos peccados, a resurreição da carne, e vida eterna. Amen Jesus.

OS ARTIGOS DE FÉ.

554 Os Artigos de Fé⁶⁹ são quatorze: sete pertencem á Divindade, e os outros sete á Humanidade de nosso Senhor JESUS Christo.

Os que pertencem á Divindade são estes.

O primeiro crer em um só Deos todo Poderoso. O segundo crer que é Padre. O terceiro crer que é Filho. O quarto crer que é Espirito Santo. O quinto crer que é Creador. O sexto que é Salvador. O setimo crer que é Glorificador.

Os sete que pertencem á Humanidade são estes.

O pimeiro crer que o mesmo Filho de Deos foi concebido do Espirito Santo. O segundo crer que foi por nós crucificado, morto, e sepultado. O quarto crer que desceo aos infernos, e tirou as almas dos Santos Padres, que lá estavam a espera de sua santa vinda. O sexto crer que subio ao Ceo, e está assentado mão direita de Deos Padre. O sétimo crer que há de vir julgar os vivos, e os mortos dos bens, e males que fizerão.

ORAÇÃO DO SENHOR

555 Padre nosso⁷⁰, que estaes em o Ceos: santificado seja o teu nome: venha a nós o teu Reino: Seja feita a tua vontade assim na terra, como no Ceo. O pão nosso de cada dia nos dá hoje: e perdoanos nossas dividas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores. E não nos deixe eahir em tentação: mas livra-nos de todo mal. Amen JESUS.

SAUDAÇÃO ANGELICA.

⁶⁸ Ad Rom. 3. 4. Malach. 3. 6. Psalm. 135. 5. Deuter. 6. 4. Psal. 113. 3. et 95. 5. Luc. 1. 31. 2. 10. Matth. 1. 21. 14. 30. 8. 12. Actor. 12. Matth. 7. 5. Joan. 1. 14. Isai. 53. 7. Joan. 10. 8. Luc. 23. 43. Ephes. 4. 9. Matth. 24. 30. Joan. 5. 27. Math. 25. 34. Joan. 14. 26. Joan. 20. 23. Job. 19. 26. 1. ad Corinth. 15. 42. Matth. 25. 21. ad Rom. 8. 18. Concil. Nicen. Trident. sess. 3. de Symbolo fidei. Bellarm. in declaration Symboli. Abr. de Instit Paroch. lib. 7. sess. 2. cum seq. c. 3. Calec. Roman. Fol. 15. cum seq.

⁶⁹ Fr. Joan. á D. Thoma fol. 10. p. 1. Explicação da Doutrina Christã. Jardim Epiritual tract. 3. cap. 2. Alma Instruida tom. 2. docum. 1. cum seq. Catec. D. Fr. Bartholom. dos Martyres lib. 1. c. 5. Fol. 12.

⁷⁰ Luc. 11. 2. Matth. 6. 9. Suar. de Religion. lib. 3. c. 8. Abr. lib. 7. c. 4. sect. 1. usq. ad 8. D. Fr. Bartholom. dos Martyr. in suo Catechis. lib. 1. c. 1. Fol. 49. Marchant. in Hort. Pastor. lib. 2. tract. 3. Paradis. animae sect. 1. c. 2. sect. 5. c. 3. et 8. et sect. 7.

556 Ave Maria⁷¹, cheia de graça, o Senhor é contigo. Benta es tu em as mulheres, bento é o fruto do teu ventre JESUS. Santa Maria, Madre de Deos, roga por nós pecadores, agora, e na hora da nossa morte. Amen JESUS.

SALVE RAINHA.

557 Salve Rainha⁷², Madre de Misericordia, vida, doçura, esperança nossa, salve. A ti brandamos os degradados, filhos de Eva. A ti suspiramos gemendo, e chorando neste Valle de lagrimas. Eia pois advogada nossa, esses teus olhos misericordiosos a nós volve, e depoid deste desterro nos mostra a JESUS bento Fructo do teu vente. O'clemente, ó pia, ó doce, sempre Virgem Maria, rogo por nós Santa Madre de Deos, para que sejamos dignos das promessas de Christo. Amen JESUS.

OS MANDAMENTOS DA LEI DE DEUS.

558 Os Mandamentos da Lei de Deos⁷³ são dez. Os tres primeiros pertencem a honra de Deos; e os outros sete ao proveito do proximo. O primeiro, honrarás a um só Deos. O segundo, não jurarás o seu Santo nome em vão. O terceiro, guardarás os Domingos, e as festas. O quarto, honrarás a teu pai, e a tua mai. O quinto, não matarás. O sexto, não fornicarás. O setimo, não furtarás. O oitavo, não levantarás falso testemunho. O nono, não desejarás a mulher do teu proximo. O decimo, não cubiçarás as cousas alheias. Estes dez Mandamentos se encerrão em deos: convêm a saber, amar a Deos sobre todas as cousas, e a teu próximo como a ti mesmo.

MANDAMENTOS DA SANTA IGREJA.

559 Os Mandamentos da Santa Igreja⁷⁴ são cinco. O primeiro; ouvir Missa aos Domingos, e festas de guardar. O segundo, confessar ao menos uma vez cada anno. O terceiro, commungar pela Pschoa da Resurreição. O quarto, jejuar quando manda a Santa Madre Igreja. O quinto, pagar dizimos, e primícias.

PECCADOS MORTAES.

⁷¹ Luc. 1. 28. et 48. Idem 1. 38. et 11. 28. Concil. Lateranens. sub Leone X. § 9. Abr. de Instit. Paroc. lib. 7. cap. 5. sect. 1. et 2. Marchant. In Hort. Pastor. tract. 4. Sect. 3. cum seq. Alma Instruida tom. 1. cap. 5. fol. 555. cum seq.

⁷² Suar. de Relig. lib. 3. cap. 9. Á n. 8. cum seq. Catec. de Eusebio 2.p lição 25. Jardim espiritual tract. 3.cap. 3. Alma Instruida tom. 1. c. 6. fol. 744. cum seq.

⁷³ Abr. lib. 8. c. 4. n. 113. cum sequentib. Catec. de Eusebio p. 1. Lição 10. et seq. Jardim Espiritual tract. 4. cap. 1. Baculo Pastoral c. 8. Fr. Joan. de S. Thom. 2. p. da explicação da Doutrina Christã fol. 112. in principio D. Fr. Bartholom. dos Martyres in suo Catec. tratado dos Mandamentos da Divina Lei fol. 65.

⁷⁴ Baculo Pastoral c. 18. Alma Instruida tom. 3. cap. 3. fol. 511. cum seq. Catec. de Eusebio p. 1. lição 19. Jardim Espiritual tract. 4. c. 4. Abr. lib.8. c. 14. sect. 1. num. 592. cum seq. fol 442. et seq. D. Fr. Barthol. dos Martyr. dict. Catec. c. 9. lib. 1. fol. 107.

560 Os peccados Mortaes⁷⁵ são sete. O primeiro, é Soberba. O segundo, Avareza. O terceiro, Luxuria. O quarto, Ira. O quinto, Gula. O sexto, Inveja. O setimo, Preguiça.

VIRTUDES CONTRARIAS AOS PECCADOS MORTAES.

561 A primeira⁷⁶, Humildade contra a Soberba. A segunda, Liberalidade contra a Avareza. A terceira, Castidade contra a Luxuria. A quarta, Paciencia contra a Ira. A quinta, Temperança contra a Gula. A sexta, Charidade contra a Inveja. A setima, Deligencia alegre nas cousas de Deos contra a Preguiça.

SACRAMENTOS.

562 Os Sacramentos⁷⁷ da Santa Madre Igreja são sete. O primeiro, é Baptismo. O segundo, Confirmação. O terceiro, Comunhão. O quarto, Penitencia. O quinto, Extrema Unção. O sexto, Ordem. O setimo, Matrimonio.

A CONFISSÃO.

563 Eu peccador⁷⁸ me confesso a Deos todo poderoso, e á Bemaventurada sempre Virgem Maria, e ao bemaventurado S. Miguel Archanjo, ao bemaventurado S. João Baptista, e aos bemaventurados Apostolos S. Pedro, e S. Paulo, e a todos os Santos, e a vós Padre, que pequei muitas vezes por pensamento, palavra, e obra, por minha culpa, minha culpa, minha grande culpa. Por tanto peço, e rogo a Bemaventurada sempre Virgem Maria, ao bemaventurado S. Miguel Archanjo, ao bemaventurado S. João Baptista, e aos bemaventurados Apostolos S. Pedro, e S. Paulo, e a vós Padre, que rogueis por mim a Deos nosso Senhor.

BEMAVENTURANÇA.

564 As Bemaventuranças⁷⁹ são oito. A primeira, Bemaventurados os pobres de espirito, porque delles é o Reino do Ceo. A segunda, Bemaventurados são os mansos, porque elles possuirão a terra. A terceira, Bemaventurados os que chorão, porque elles serão consolados. A quarta, Bemaventurados os que hão fome, e sede de justiça, porque elles serão fartos. A quinta, Bemaventurados os que usam de misericordia, porque elles alcançarão misericordia. A sexta, Bemaventurados os limpos de coração, porque elles verão a Deos. A setima, Bemaventurados os pacificos, porque elles serão chamados filhos de Deos. A oitava, Bemaventurados os que padecem perseguição por amor da justiça, porque delles é o Reino do Ceo.

DONS DO ESPIRITO SANTO.

⁷⁵ Abr. lib. 8. c. 15. n. 641. cum seq. Paradis. Animae sect. 3. c. 3. Baculo Pastoral. c. 24. Fr. Joan. a D. Thom. dict. 2. P. fol. 215.

⁷⁶ Jardim Espiritual tract. 6. c. 6. Baculo Pastoral. c. 24.

⁷⁷ Catec. Rom. Fol. 152. Euseb. P. 1. lição 45. cum seq. Baculo Pastoral. cap. 33. cum seq. Frat. Joan. a S. Thom. 1. p. fol. 40.

⁷⁸ Sancta Mater Ecclesia in Missali, et Breviario Romanis.

⁷⁹ Matth. 5. Luc. 6. Jardim Espiritual tract. 5. c. 4. et 5. Baculo Pastoral cap. 44.

565 Os Dons do Espírito Santo⁸⁰ são sete. O primeiro, é Sapiencia. O segundo, Entendimento. O terceiro, Conselho, O quarto, Fortaleza. O quinto, Sciencia. O sexto, Piedade. O setimo, Temor de Deos.

VIRTUDES THEOLOGICAS.

566 As Virtudes Theologicas⁸¹ são tres. A primeira, é a Fé. A segunda, Esperança. A terceira, Charidade.

VIRTUDES CARDEAES.

567 As Virtudes Cardeaes⁸² são quatro. A primeira, é Prudencia. A segunda, Justiça. A terceira, Fortaleza. A quarta, Temperança.

POTENCIAS D'ALMA.

568 As Potencias d'Alma⁸³ são três. A primeira, é Memoria. A segunda, Entendimento. A terceira, Vontade.

INIMIGOS D'ALMA.

569 Os Inimigos d'Alma⁸⁴ são três. O primeiro, é Mundo. O segundo, Diabo. O terceiro, Carne.

SENTIDOS CORPORAES.

570 Os Sentidos Corporaes⁸⁵ são cinco. O primeiro, é Ver. O segundo, Ouvir. O terceiro, Cheirar. O quarto, Gostar. O quinto, Apalpar.

NOVISSIMOS DO HOMEM.

571 Os Novissimos do Homem⁸⁶ são quatro. O primeiro, é Morte. O segundo, Juizo. O terceiro Inferno. O quarto, Paraiso.

PECCADOS CONTRA O ESPÍRITO SANTO.

572 Os Peccados contra o Espírito Santo⁸⁷ são seis. O primeiro, é Desesperação. O segundo, presumpção de se salvar sem merecimento. O terceiro, Contradizer a verdade conhecida por tal. O quarto, Inveja das mercês, que Deos faz a outrem. O quinto, Obstinação no peccado. O sexto, Impenitencia.

⁸⁰ Jsaiaë 11. Catech. Euseb. 2. p. lição 245. Jardim Espiritual. tract. 5. c. 4. Baculo Pastoral cap. 43.

⁸¹ Paul. 1. ad Corint 13. n. 13. Paradisus animæ sect. 4. cap. 2. Jardim Espiritual tract. 6.c. 1. et 2. Bacul. Pastor. c. 41.

⁸² Baculo Pastoral c. 42. Jardim Espiritual tract. 6. c. 3.

⁸³ Jardim Espiritual tract. 5. c. 8.

⁸⁴ Ex praxi Ecclesiæ.

⁸⁵ De explicatione vide Jardim Espiritual tract. 5. c. 8.

⁸⁶ D. Fr. Bartholom. dos Martyr. in Catec. lib. 1. c. 15. fol. 110.

⁸⁷ Bacul. Pastor. cap. 31. Jardim Espirit. tract. 6. c. 12.

PECCADOS QUE BRADÃO AO CEO.

573 Os Peccados que bradão ao Ceo⁸⁸ são quatro. O primeiro, é Homicídio voluntario. O segundo, Peccado sensual contra a natureza. O terceiro, Oppressão dos pobres, principalmente, orphãos, e viuas. O quarto, não pagar o jornal aos que trabalhão.

OBRAS DE MISERICORDIA.

574 As Obras de Misericordia⁸⁹ são quatorze: sete se chamão Corporaes, e outras sete Espirituaes.

As Corporaes são estas.

A primeira, Dar de comer aos que tem fome. A segunda, Dar de beber aos que tem sede. A terceira, Vestir os nus. A quarta, Visitar os enfermos, e encarcerados. A quinta, Dar pousada aos peregrinos. A sexta, Remir os captivos. A setima, Enterrar os mortos.

As sete Espirituaes são estas.

A primeira, Dar bom conselho. A segunda, Ensinar os ignorantes. A terceira, Consolar os tristes. A quarta, Castigar aos que errão. A quinta, Perdoar as injurias. A sexta, soffrer com paciência as fraquezas de nossos próximos. A sétima, rogar a Deos pelos vivos e defuntos.

ACTO⁹⁰ DE CONTRIÇÃO.

575 Senhor Deos Trino, e um, Creador, e Salvador meu, por serdes vós quem sois, e porque vos amo sobre todas as cousas, me pesa de todo coração de vos ter offendido; e proponho firmemente com vossa graça de vos não offender mais; e dos peccados, que contra vós tenha feito, vos peço perdão, e o espero alcançar pelos merecimentos de Jesus Christo vosso unico Filho, e meu Senhor, e Redemptor.

576 Mas porque os rudes não poderão tão facilmente aprender o acto de Contrição, na fórmula que acima vai posto, o resumimos a menos palavras, nas quaes vai incluída toda a substancia delle, e nesta fórmula bastará que o fação⁹¹, e é o seguinte.

Senhor, pesame de coração de vos ter offendido por seres um Deos infinitamente bom, e proponho firmemente de vos não offender mais, e tenho dor de todos os meus peccados pelas penas do Inferno, ou pela torpesa delles, e proponho firmemente de me emendar.

577 E porque os escravos de nosso Arcebispado, e de todo o Brasil⁹² são mais necessitados da Doutrina Christã, sendo tantas as nações, e diversidades de lingoas, que

⁸⁸ Jardim Espiritual tract. 6. cap. 13. Bacul. Pastoral c. 32.

⁸⁹ Matth. 9. 13. &c. 12. 7. idem 18. 15. 1. Joan. 3. 17. Alma Instruida tom. 3. c. 3. docum. 2. cum seq. fol. 694. Jardim Espiritual. tract. 5. cap. 6. Bacul. Pastoral cap. 40.

⁹⁰ Marchant. in Candelabr. Mystico tract. 5. Sect. 2. cum seq. Paradisus amimæ sect. 3. c. 1. § 8. 9. et 10. ad ea quæ Concil. Trid. sess. 14. de Sacrament Poenit. cap. 4. de Contriçione. Torreb. de Jur. spirit. lib. 24. c. 7.

⁹¹ Facit. Ep. Paul. ad Corinth. 1. cap. 3. n. 2.

⁹² Benci Economia Christã discours. 2. § 1. n. 62. fol. 57.

passão do gentilismo a este Estado, devemos buscar-lhes todos os meios⁹³ para serem instruidos na Fé, ou por quem lhes falle no seu idioma⁹⁴, ou na nossa lingoa, quando elles já a possuem entender. E não se nos offerece outro meio mais prompto, e mais proveitoso que o de uma instrucção accommodada á sua rudeza⁹⁵ de entender, e fatuidade de fallar.

578 Por tanto serão obrigados os Parochos a mandar fazer⁹⁶ copias, (senão bastarem as que mandamos imprimir) de uma breve fórma de Cathecismo, que aqui lhes communicamos, para se repartirem⁹⁷ pelas casas de sua freguezes, em ordem a elles instruírem os seus escravos⁹⁸ nos mysterios da Fé, e Doutrina Christã pela fórma da dita instrucção. E as suas perguntas, e respostas serão as examinadas para elles se confessarem, e commungarem Christamente, e com mais facilidade, do que estudando de memoria o Credo, e outras lições, que só servem para os de maior capacidade. E póde ser, que ainda os Parochos sejam melhor instruidos nos Mysterios da Fé por este breve compendio. Este pois seja o desvelo todo dos Parochos⁹⁹; e nesta fórma com bem pouco trabalho seu colherão muito fructo das almas, que estão encommendadas ao seu cuidado.

BREVE INSTRUÇÃO DOS MYSTERIOS DA FÉ, ACCOMMODADA AO MODO DE
FALLAR DOS ESCRAVOS DO BRASIL, PARA SEREM CATHEQUISADOS¹⁰⁰ POR
ELLA.

	PERGUNTAS	RESPOSTAS
579 Quem fez este mundo?		Deos.
Quem nos fez a nós? Deos onde está?		Deos No Ceo, na Terra, e em todo o mundo.
Temos um só Deos, ou muitos?		Temos um só Deos.
Quantas Pessoas?		Tres.
Dize os seus nomes?		Padre, Filho, e Espirito Santo.

⁹³ Paul. 1. ad Corint. 3. 2. Abr. de Instit. Par. lib. 2. c. 5. n. 42.

⁹⁴ Paul. 1. ad Corint. 14. 9. 10. 11.

⁹⁵ D. Greg. 2. Moral. c. 2. Abr. lib. 5. c. 6. n. 44. et cap. 7. n. 53. Benci na Economia Christã discurs. 2. § 2. n. 78.

⁹⁶ Facit Abr. de Instit. Paroch. lib. 7. c. 2. n. 17. D. Fr. Barthol. no seu Catech. lib. 1. c. 3.

⁹⁷ Facit 1. Reg. 21. 4. ibi: Non habeo laicos panes ad manum. Jerem. Thren. 4. 4. Economia Christã discurs. 2. § 2. n. 78.

⁹⁸ Ad ea quæ Jerem. 26. 2. Loquêris universos sermones, quos ego man davi tibi, ut loquaris ad eos. Abr. de Instit. Paroch. lib. 7. c. 2. n. 15. et cap. 13. n. 12. Economia Christã discurs. 2. § 1. n. 62. fol. 57. cum seq.

⁹⁹ Trid. sess. 5. c. 2. ad illa verba: Pro sua, et earum capacitate: et sess. 24. de Reform. c. 4. Abr. de Instit. Paroch. lib. 2. c. 5. et lib. 5. c. 4. n. 31. et lib. 7. cap. 2. Econom. Christã discurs. 2. § 2. n. 72.

¹⁰⁰ Ad ea quæ D. Fr. Barthol. in suo Catech. lib. 1. c. 14. Facit. Const. Ulyssip. Lib. 1. Tit. 7. decr. 6. § 2. Alma Instruida tom 2. cap. 1.

Qual destas Pessoas tomou a nossa carne?	O Filho.
Qual destas Pessoas morreo por nós?	O Filho.
Como se chama este Filho?	JESUS Christo.
Sua Mãe como se chama?	Virgem Maria.
Onde morreo este Filho?	Na Cruz.
Depois que morreo onde foi? E depois onde foi?	Foi lá abaixo da terra buscar as almas boas Ao Ceo.
Há de tornar a vir?	Sim.
Que há de vir buscar?	As almas de bom coração.
E para onde as há de levar?	Para o Ceo.
E as almas de más coração para Onde hão de ir?	Para o inferno.
Quem está no inferno?	Está o Diabo.
E quem mais?	As almas de máo coração.
E que fazem lá?	Estão no fogo, que não se apaga.
Hão de sahir de lá alguma vez?	Nunca.
Quando nós morremos, morre também a alma?	Não. Morre só o corpo.
E a alma para onde vai?	Se é boa a alma, vai para o Ceo: Se a alma não é boa, vai para o inferno.
E o corpo para onde vai?	Vai para a terra.
Hade tornar a sahir da terra vivo?	Sim.
Para onde há de ir o corpo, que teve alma de máo coração?	Para o inferno.
E para onde hade ir o corpo, que teve alma de bom coração?	Para o Ceo.
Quem está no Ceo com Deos?	Todos os que tiverão boas almas.
Hão de tornar a Sahir do Ceo, ou hão	Hão de estar lá sempre.

de estar lá para sempre?

INSTRUÇÃO PARA¹⁰¹ A CONFISSÃO.

- 580** Para que é a Confissão? Para lavar a alma do peccado.
- Quem faz a confissão esconde peccados? Não.
- Quem esconde peccado para onde vai? Para o inferno
- Quem esconde peccado, hade tornar a fazer mais? Não.
- Quem faz o Peccado? Mata a alma.
- A alma depois da Confissão torna a viver? Sim.
- O teu coração hade tornar a fazer peccado? Não.
- Por amor de quem? Por amor de Deos.

INSTRUÇÃO PARA¹⁰² COMUNHÃO.

- 581** Tu queres Communhão? Sim.
- Para que? Para pôr na alma a nosso Senhor JESUS Christo.
- E quando está nosso Senhor JESUS Christo na Communhão? Quando o Padre diz as palavras.
- Aonde diz o Padre as palavras? Na Missa.
- E quando diz as Palavras? Quando toma na sua mão a Hostia.
- Antes que o Padre diga as palavras, está já na Hostia nosso Senhor JESUS Christo? Não. Está só o pão.
- E quem poz a nosso Senhor JESUS Christo Na Hostia? Elle mesmo, depois que o Padre disse as palavras.
- E no Calix que está, quando o Padre o toma na mão? Está vinho, antes que o Padre diga as palavras.

¹⁰¹ Ad ea quæ Trid. sess. 14. de Sacram. Poenit. c. 5. cap. Omnis utrius que sexÛS de Poenit. et remiss. Navar. in Manual. cap. 2. per totum.

¹⁰² Ad ea quæ Trid. sess. 21. de Communionem cap. 2. et.3.

E depois que diz as palavras, que cousa está no Calix?

Está o sangue de nosso Senhor JESUS Christo.

ACTO DE CONTRIÇÃO¹⁰³ PARA OS ESCRAVOS E GENTE RUDE.

582 Meo Deos, meu Senhor: o meu coração só vos quer, e ama: eu tenho feito muitos peccados, e o meu coração doe muito por todos os que fiz. Perdoai-me meu Senhor, não hei de fazer mais peccados: todos boto fóra do meu coração, e da minha alma por amor de Deos.

PARA SE DIZER AO MORIBUNDO

PERGUNTAS.

RESPOSTAS.

- 583** O teu coração crê¹⁰⁴ tudo o que Deos disse?
 O seu coração ama só¹⁰⁵ Deos?
 Deos hade levarte para¹⁰⁶ o Ceo?
 Queres ir para onde está¹⁰⁷ Deos?
 Queres morrer porque Deos assim¹⁰⁸ quer?

Sim.
 Sim.
 Sim.
 Sim.
 Sim.

584 Repitão-lhes muitas vezes¹⁰⁹ o acto de contrição; e advirta-se que , antes de fazer a instrução acima dita, se há de dizer aos que a ouvirem, que cousa é ¹¹⁰Confissão; e que cousa é communhão; e que cousa é Hostia; e que cousa é Calix; e tambem que cousa é Missa; e tudo por palavras toscas¹¹¹, mas que elles as entendão, e possam perceber o que se lhes ensina. E se não souber a lingua do confessor, ou moribundo, e houver quem a saiba, póde ir vertendo nella estas perguntas, assim como o for instruido.

¹⁰³ Ad ea quæ Trid. sess. 24. de Sacrament. Poenit. cap. 4. Navar. in Manual. c. 1. de Contritione.

¹⁰⁴ Abr. lib. 11. c. 14. n. 153.

¹⁰⁵ Abr. dict. lib. &e. n. 159.

¹⁰⁶ Abr. loc. cit. n. 155.

¹⁰⁷ Abr. ubi proximè.

¹⁰⁸ Abr. lib. 11. c. 11. n. 120.

¹⁰⁹ Abr. dict. cap. 14. n. 160. et 161.

¹¹⁰ 1. Ad Corinth. 14. 6.

¹¹¹ Trident. sess. 5. de Reform. Abr. lib. 5. n. 53. et 54.